

UEVORA - UNIVERSIDADE DE ÉVORA – PORTUGAL
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

Gestão Democrática da
Organização Escolar Brasileira
Na Globalização



162 972

Alexei José Esteves Xavier

“Esta Dissertação não inclui as críticas e sugestões feitas pelo júri”

Orientador: Prof. Dr. José Verdasca

Maceió – Alagoas, abril 2006

Alexei José Esteves Xavier

Gestão democrática no processo da Organização escolar Brasileira

Dissertação apresentada como trabalho de conclusão do curso de mestrado em educação: estado políticas públicas e gestão educacional em cumprimento às exigências para obtenção do grau de Mestre pela UEVORA.

Orientador : José Verdasca

Maceió – Alagoas,
Abril, 2006

“... Quanto mais o homem o homem estiver distante da consciência sobre a natureza do seu trabalho, do trabalho na sociedade capitalista, tão mais imobilizado estará, politicamente, para empreender qualquer transformação na ordem social estabelecida”.

Luzete Adelaide pereira

AGRADEÇO ESTE ESFORÇO:

Aos gestores que se descobriram, e assim, descobrindo-se com as comunidades escolares carentes, sofrem as injustiças e a opressão, mais sobretudo com elas lutam por uma escola e um país melhor.

E AGRADEÇO:

- Ao meu pai, José de Oliveira Xavier, que trabalha por uma educação transformadora para o Brasil;
- A minha mãe, Neci Esteves de Gusmão Xavier, que trabalha em um grupo religioso presbiteriano de assistência social;
- A minhas irmãs , Aleksandra Esteves xavier, nádia esteves xavier, caterine esteves xavier, Catarina Xavier e Nadejida Xavier, por terem me apoiado neste curso;
- A minha filha , Alessa ingrid Barbosa Esteves Xavier, que é razão e a inspiração da minha vida;
- Aos professores e funcionários do curso de mestrado em educação da unifal/uevora, em especial ao meu orientador José Verdasca, que foi fundamental nesse processo com sua disponibilidade e competência, me instruindo muito bem ;
- Ao coordenador do curso de mestrado Vitor Trindade, no qual conduziu o processo da forma mais democrática possível.

RESUMO

Esta dissertação teve como objetivo fundamental de fazer uma análise reflexiva sobre a gestão educacional que nos mostra a necessidade de uma abordagem prévia, mesmo que breve do contexto político-sociológico do nosso país. Observamos historicamente que o processo de organização e reorganização da sociedade Brasileira, com sua relação de poder dão o tom do avanço ou o retrocesso da gestão educacional. Nesse processo, as ações anacrônicas e autoritárias, seja, em épocas coloniais em regime escravista ou, na fraqueza republicana dos marechais, no populismo ou na ditadura militar, forjaram heranças muito fortes na democracia conquistada de forma árdua pelo povo Brasileiro. O aperfeiçoamento das relações de poder democratizadas e com respeito a cidadania da população disputa espaço com as conservadoras forças políticas de fisiologismo e coronelismo existentes no Brasil. A escola como instituição interage com a sociedade, que se encontra contextualizando no seu cotidiano permeado por práticas autoritárias. A discussão sobre a gestão democrática da educação esta inserida na luta pela democratização da sociedade na qual é vítima da política globalizada. Em tempo de vigência do neoliberalismo, o tema gestão está associado aos paradigmas que fundamentam as mudanças conservadoras na forma de pensar a sociedade e a gestão educacional. A estratégia até tem a aparência de novas políticas para melhorar a educação, mas a essência do discurso é facilmente desmistificada se questionarmos o seu caráter público e democratizante e sua perspectiva de inclusão social. O movimento pela democratização no ensino público foi constatado que está ocorrendo nas últimas décadas, e experiência de sucesso em vários estados e municípios na implantação de conselhos, colegiados escolares e eleição de dirigentes de unidades de ensino foram mecanismos consolidados a partir da constituição de 1988, que legitima a gestão democrática no ensino público. É preciso que o diretor de escola pública que possua função pedagógica e social, seja um líder educacional, servindo de fonte de inspiração e incentivo e apoio técnico, fazendo com que cada profissional, aluno e pai sinta que a escola lhe pertence.

ABSTRACT

BRASILIAN SCHOOL ORGANIZATION'S DEMOCRATIC MANAGMENT IN GLOBALIZATION

This essay aims to stimulate a reflexive analysis on the educational system that shows us a need for a previous approach, even if brief, on the social – political context of our country. We historically observe that the process of organization and reorganization of the brazilian society with its power promotes the advancement system. It this process, the authoritarian and anachronic actions, be it in colonial times in the slavery regime or in the frank republic of the marshals, in the populism or in the military dictatorship, they forged very strong heritages in the conquered democracy by the brazilian people. The improvement of the power relations and in reference to the respect for the citinzenship of the population that dispute space with the conservative political powers of the phisiologism and the colonialism existing in brazil. The school, as an institution, interacts with society which is contextualized in its everyday life permeated by authoritarian practices. The discussion about the democratic management of education is inserted in the fight for the democratization of society which is a victim of the globalized politics. In times of the neoliberalism power, the topic of management is associated to the paradigms which base the conservative changes in society's way of thinking and in the educational system. The strategy even seems to have a new policy to improve education, but the essence of the discourse is easily desmythified if we question its public character and its perspective of social inclusion, the movement for the democratization in the public teaching has been observed in the last decades, and the success of many states and municipalities in the implanting of boards, school boards, and in the election of principals at the teaching units, all of this was consolidated from the 1988 constitution onwards. It's necessary that the principals of the public schools who have pedagogical and social functions be an educational leader, serving as a source for inspiration and incentive and technical support, making each professional, student or their parents feel that the school belongs to them.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	9
 CAPÍTULO I - ANÁLISE DA CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO NO MODELO NEOLIBERAL GLOBALIZADO.....	13
1.1 - O contexto da globalização.....	18
1.2 - O Neoliberalismo: uma construção hegemônica.....	21
1.3 - As políticas Educacionais à Luz do Modelo Neoliberal.....	25
1.4 - Principais conflitos entre o Neoliberalismo e as novas tendências da organização escolar brasileira.....	30
1.5 - Alternativas para superação do Neoliberalismo.....	33
1.6 - O fim do sonho.....	34
1.7 - A sociedade civil se organiza contra o Neoliberalismo.....	35
1.8 - Análise histórica e características do Modelo Neoliberal.....	37
 CAPÍTULO II - A FUNÇÃO DO DIRETOR ENQUANTO ARTICULADOR DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR.....	51
2.1 - A função pedagógica do gestor escolar e sua participação na ação pedagógica.....	54
2.2 - Situação histórica da construção do processo de gestão democrática.....	57
2.3 - Processo da gestão democrática (surgimento da educação brasileira.....	65
2.4 - A organização do projeto político pedagógico: em processo de construção coletiva.....	88
2.5 – Uma Nova Concepção de Escola.....	90

CAPÍTULO III - A GESTÃO DEMOCRÁTICA DOS RECURSOS FINANCEIROS NO ENSINO FUNDAMENTAL.....93

3.1 - Financiamento da Educação Fundamental.....94

3.2 - Legislação e fontes de recursos.....96

3.3 - Controle de aplicação.....104

3.4 - Prestação de Contas.....107

3.5 Contribuição da Gestão na Atuação dos Conselhos Escolares..... 112

CONCLUSÃO.....116

BIBLIOGRAFIA.....122

INTRODUÇÃO

O fim do século XX foi marcado pela maior revolução da história da humanidade: a revolução da comunicação. O advento dos satélites, do microcomputador, da internet, proporcionou o ambiente necessário para o estabelecimento da drástica diminuição das distâncias entre pessoas no mundo inteiro. Estava então consolidado o ambiente tecnológico propício ao desenvolvimento da globalização na área das comunicações, tomando mais informações compartilhadas de forma instantânea pelo planeta

Estas mudanças citadas no campo das comunicações, que tomaram ultra-rápidas a troca de informações entre as diversas partes do mundo, são os frutos da difusão dos novos padrões tecnológicos, que atinge fundamentalmente o padrão produtivo da sociedade pós industrial. Esse nos parece um quadro ainda em construção. Charles Penaforte nos indica que:

O processo está só começando. As fibras óticas, por exemplo, possuem a espessura de um fio de cabelo e permitem a transmissão simultânea de 500 canais de televisão ou de uma frequência de rádio. (Penaforte, 1997, p05)

É fundamental ressaltar, que o avanço tecnológico do capitalismo, sobretudo na área da microeletrônica, mudou radicalmente o padrão produtivo da sociedade em relação aos bens de consumo, e tal maneira que hoje teóricos identifiquem com a sociedade globalizada como a era pós-industrial. O que a cera feita pelo braço do homem, agora passou a ser feito por máquinas. Primeiro no campo de operações de grande porte. Depois nas linhas de montagem e atualmente, em praticamente todas as áreas de produção industrial. Daí, quando se fala em era pós industrial, não está se fazendo uma referência ao fim da indústria, mas o fim da indústria enquanto grande empregadora, a inauguração da era do trabalho morto ou seja aquele feito por máquinas e não por homens

Essa mudança representa (além de um dramático aumento do desemprego) uma nova cultura do trabalho, da educação para o trabalho

A educação sempre foi pensada em sua concepção e prática pelos detentores do poder em qualquer tempo e cultura

No mundo pois industrial e e pretensamente pós-moderno, dominado pelas concepções neoliberais, homem deixe de trabalhar com os braços (força) e passa a trabalhar com a cabeça. Como afirmam alguns consultores do capitalismo, está inaugurada a era do capital humano.

Essa educação classistas atribui aos trabalhadores o papel de aprender informática e línguas estrangeiras, mais na perspectiva da qualidade total, da reengenharia, do fim do emprego, da empresa individual (autônomo, sem carteira assinada e sem direitos trabalhistas). Tudo em tomo dos grandes conglomerados, cada vez mais enxutos(mega fusões) e concentradores de riquezas vivemos na era das empresas de serviços web comércio.

Paralelamente, no campo político, reforçado pela queda do muro de Berlim, o esfacelamento da união soviética e o fim do socialismo real na Europa oriental, prosperou na última década de um projeto iniciado com Margaret Thatcher, na Inglaterra, o neoliberalismo.

O neoliberalismo, longe de ser apenas um projeto econômico do capitalismo, invadiu muitos espaços do mundo dos homens e das nações. Lutando, sobretudo para se tomar hegemônico no campo que Gramsci conceito como superestrutura, a luta política na mente humana, no inconsciente coletivo. Através da venda da idéia, pela mídia capitalista, do fim das ideologias, de que a história - enquanto luta ideológica acabou - que a economia de mercado é o bem supremo da humanidade.

Como em outras áreas, a idéia do Estado Mínimo defendida pelo modelo neoliberal, atingiu em cheio educação no Brasil. Cortes bruscos no orçamento para a área, articulações no sentido de privatização das universidades federais, revelam a face mais feroz de um governo controlado por interesses internacionais, calcadas nas políticas do Banco Mundial e do fundo monetário internacional

A globalização, sob a ótica neoliberal, têm sido impostas as nações pobres pelos países ricos, marcando de forma profunda as classes menos favorecidas, contribuindo para uma exclusão quase total desses segmentos sociais, desprovidos de políticas públicas que respondam a necessidade de saúde , educação, moradia e emprego.

As ações de fundo monetário internacional, carro-chefe do projeto neoliberal de globalização, a são cruéis e desumanas, nações pobres como o Brasil gastar em grande parte de suas receitas com pagamento de juros.

O Brasil tem sido jogado na boca do lobo através das nossas elites governantes, comprometidas de forma suspeita é com projeto de globalização dos países ricos.

É de fácil suposição, o que um governo inspirado na economia de mercado, não se comprometerá com um projeto de gestão escolar, onde os usuários dos serviços da escola pública em seus diversos níveis determinem, entre outras coisas, como devem ser investidos os recursos constitucionais da educação.

Se um governo neoliberal(como no caso Brasileiro da era F.H.C.) de fato apoiasse o projeto popular de gestão democrática da educação, estaríamos diante de um caso de suicídio político, mais as contradições existentes entre o neoliberalismo e a concepção de gestão democrática escolar , defendido pelo setores organizados da classe trabalhadora.

Cabe-nos também, tentar compreende como a globalização sob a ótica do neoliberalismo, se conflitou com a luta da sociedade Brasileira, em busca de uma escola mais democrática e participativa. Onde a comunidade escolar possa definir sua organização e seu modelo de gestão.

Daí, a importância de investigarmos mais profundamente esse conflito, no sentido de encontrar caminhos que garantam a consolidação da gestão democrática no ambiente político-econômico hostil à sua implantação.

É relevante pensarmos nas contradições inerentes ao atual sistema econômico, e nem como poderemos a partir dessas contradições, avançar na implantação da gestão democrática; quais as fragilidades que a gestão democrática tem elevado em seu processo de implantação? Em que contexto político local, tem sido implantado com sucesso a gestão democrática nas escolas? Como tem sido a relação das escolas públicas democraticamente geridas, com as instâncias de poder controlá-la pela ideologia neoliberal?

A resposta a essas questões nos remeter da caminhos mais claro sobre a superação do conflito entre o projeto de implantação da gestão democrática e a consolidação do modelo neoliberal. Supomos que essa superação se dará o pelo improvável convivência de democracia

escolar com o neoliberalismo ou ainda pela mobilização popular, no sentido de superar o atual sistema econômico, substituindo o pela construção de um sociedade mais integrada, solidária e justa.

Vários autores tem refletido sobre os fundamentos do neoliberalismo e sua relação com a educação no Brasil.

CAPÍTULO I - ANÁLISE DA CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO NO MODELO NEOLIBERAL GLOBALIZADO

No presente trabalho, nos utilizaremos de seus conceitos reflexões para enriquecimento dos nossos próprios acadêmicos de análise.

Apesar da variada produção acadêmica sobre temas como globalização, neoliberalismo, educação e gestão democrática, consideramos de extrema relevância, refletir sobre o conflito entre a construção da gestão democrática e a implantação da globalização no Brasil sobre a ótica do neoliberalismo.

A busca de alternativas político-estratégicas para a sua superação do conflito em hora nos propomos a estudar, representará uma boa contribuição ao esforço acadêmico de um número cada vez maior de estudiosos e militantes da causa da democratização da sociedade Brasileira.

Para tanto, nos cercamos de conceituados teóricos que tem produzido farto material científico sobre variáveis temáticas similares ao nosso objeto de estudo.

Assim, Moacir Gadotti, na área de gestão democrática; Milton Santos, fundamentado numa versão crítica de globalização neoliberalismo ; Victor Paro. Refletindo sobre a administração escolar dentro da realidade neoliberal, servirão de fonte teórica para aprofundamento de nossa reflexão, e dando fundamento científico a nossa produção acadêmica.

Os motivos que provocaram nossa curiosidade acadêmica para reflexão sobre os conflitos entre neoliberalismo e a gestão democrática são de natureza profissional. O fato de estarmos ligados à área de educação nos imponham estudo acurado das novas tendências da gestão escolar e o contexto em que se dar a construção dessas tendências.

Os desafios de construir uma escola mais humana e solidária, baseada nos princípios de formação do homem integral, preparada para o exercício pleno da cidadania, e as ameaças à construção desse modelo de escola, nos levaram a refleti tanto sobre a experiência de implantação da gestão democrática, como a modelo econômico educacional Brasileiro baseado numa economia de mercado e fundamentado nas concepções de estado mínimo.

As respostas às dilemas aqui descrito nos darão maior fundamentação para o exercício de nosso trabalho, enquanto gestores escolares sintonizados como as demandas da sociedade Brasileira no limiar do século XXI.

Quando refletindo sobre as relações entre globalização e gestão democrática da educação bebo e é importante pensar que modelo de Globalização estamos contemplando. Se for verdadeiro julgar que a globalização tem si mesma o germes sofisticado da exportação humana, por seu inexorável viés neoliberal, estamos diante de uma questão fundamental para encontrar as respostas a nossa temática.

Conforme Milton Santos (1993, p 19)

Hoje, o que é federativo e ao nível mundial não é só vontade de liberdade, mas de dominação, não é desejo de cooperação, mais de competição , tudo isso exigindo um regido esquema que atravessa a vida humana

Por outro lado, se a gestão democrática tem como condição fundamental para sua implantação a participação popular, e esta só é possível num clima de colaboração e solidariedade, e estamos diante de um sério dilema. Não haverá gestão democrática plena, sem um governo comprometido com a sua implantação. E isso não se dá através de concessão política, mas da pressão popular. Gadotti (1998, p 72) afirma:

A implantação de um novo projeto político e pedagógico enfrentará sempre a diferença generalizada dos que pensam que de nada adianta projetar uma boa escola enquanto não houver vontade política dos de cima. Contudo, o pensamento e a prática dos "de cima", a não se modificaram enquanto não existir pressão dos "de baixo "

O grande desafio da gestão democrática é o de melhorar a qualidade de ensino das escolas públicas. Conforme a firma Vitor Paro (1993), o estado Brasileiro se eximiu do compromisso com a escola pública, pois o seu projeto de estado mínimo já estava em curso, o centro que as classes abastadas da população, se transferiram para a escola privada, a passando a ser a classe trabalhadora que a grande usuário dos serviços públicos de educação . Com menos poder de pressão a política , os pobres viram uma piora a cada dia o cenário educacional político. Com

investimentos cada vez menores, as escolas foram sucataadas e os profissionais de educação aviltados por baixos salários.

Assim sendo, procurarem os demonstrar os caminhos que a população Brasileira usurária da educação pública precisará trilhar para em confrontação com projeto neoliberal, implantar na plenitude a gestão democrática no sistema educacional Brasileiro , tomando por base os autores acima explorados, sem descartar as possíveis contribuições dos outros teóricos durante o aprofundamento de nossa análise.

É possível construir alternativas que consolidem a implantação da gestão democrática no contexto político-econômico dominado pelo neoliberalismo?

Supomos que é possível construir alternativas que consolidem a implantação da gestão democrática num contexto político-econômico dominado pelo neoliberalismo, a partir do processo de conscientização e a organização da sociedade civil, que se dará pela construção de projetos político pedagógicos sintonizado com os interesses da comunidade o usuário dos serviços públicos educacionais; envolvimento conjunto de pais, alunos e educadores no gerenciamento da escola e do sistema escolar; mudanças nos currículos em dos cursos de educação das universidades Brasileiras, objetivando que esses cursos estejam voltados para as reais necessidades da sociedade. Todas essas ações devem apontar para o mesmo objetivo, qual seja, de superar o atual modelo econômico, e substituindo ou por outro modelo mais democrático e socialmente justo.

Assim sendo, propomos comando efetivo deste estudo:

Se encontrar caminhos possíveis para a implantação da gestão democrática e um ambiente neoliberal.

Analisar concepção de educação no modelo neoliberal e globalizado.

Compreende os principais conflitos entre o neoliberalismo e as novas tendências da organização educacional Brasileira.

Construir alternativas à superação do modelo neoliberal numa sociedade globalizada.

A pesquisa que será desenvolvida é de natureza qualitativa, pelo fato da mesma procurar analisar os conflitos existentes entre o neoliberal e as novas tendências da organização escolar Brasileira à luz da globalização e da gestão democrática.

Não nos basearemos em critérios numéricos de representatividade, mas, sim, procuraremos abranger de forma bastante ampla a natureza do conflito já citado, suas ações, seus resultados, seus alvos etc.

Nossa pesquisa será também de natureza aplicada, pois, queremos que a mesma dentro do processo do conhecimento, desenvolva canais que possam servir como auxílio e como parâmetro norteador diante da realidade que estamos vivendo em relação às intenções causadas pela ação do neoliberalismo na área da educação Brasileira, ao mesmo tempo em que buscaremos construir alternativas a superação desse conflito.

É uma pesquisa interdisciplinar uma vez que ela analisa um tema bastante envolvente e que a globalização, onde encontramos recursos filosóficos, sociológicos, políticos e pedagógicos.

Para o levantamento de dados, iremos utilizar o procedimento da metodologia da pesquisa de bibliográfica. A metodologia da pesquisa bibliográfica é um importante pré-requisito para o nosso estudo, uma vez que a mesma é plenamente necessária a qualquer trabalho de pesquisa, cabendo à noite pesquisadores, cuidarmos para que nossas conclusões sejam novas em relação aos elementos que constituem o tema/ problema em estudo.

A estrutura do trabalho consta de três objetivos:

No primeiro capítulo pela analisá-la concepção de educação no modelo neoliberal e globalizado;

No segundo capítulo, tentaremos compreender os principais conflitos entre o neoliberalismo e as novas tendências da organização educacional Brasileira;

Finalmente no terceiro capítulo procurar-construir alternativas à superação do neoliberalismo numa sociedade globalizada.

A análise da concepção de educação no modelo neoliberal globalizado no presente trabalho pretendemos analisar criticamente algumas dimensões do curso neoliberal de arte do campo educacional, onde daremos destaque importância teórica e política de se compreender o neoliberalismo com um processo de construção é hegemônica .

Tentaremos mostrar de que forma esta dimensão cultural , característica de toda lógica hegemônica, foi sempre reconhecida como um importante segmento de construção sócio político por intelectuais conservadores que, em meados do século passado, começaram a traçar as bases teóricas do neoliberalismo como alternativa de poder. Procuraremos mas também mostrar maneiras gerais sobre como tem sido construída a retórica neoliberal no campo educacional. Nosso objetivo será questionar a forma neoliberal e projetar a política educacional.

1.1 - O CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO

A globalização econômica é tida como a causadora de grandes problemas registrados em um processo que ocorre em ondas que durante séculos e longos intervalos, sofreu uma série de avanços e retrocessos.

Registra-se que a primeira onda da globalização aconteceu na grande ascensão do império romano.

No seu tempo, e nos limites do que era então o mundo conhecido dos europeus que, o império romano faz primeira experiência histórica de globalização. E olha que isso aconteceu há mais de dezoito séculos...

(Martins e Carvalho, 1999, p 14)

Os romanos na época procuravam defender com garra o comércio proteção contra as investidas da pirataria. Os romanos também já discutia de de sistemática comercial assim como propagavam o uso da moeda. Este primeiro movimento de globalização teve seu fim decretado com a queda do império romano, onde a federalização política e comercial foi suspensa.

Nos séculos xiv e xv, quando o mundo ocidental passa a ingressar na era dos grandes descobrimentos marítimos, tem início a segunda onda de globalização. Segundo Martins e carvalho, (1999 , p 14)

Estamos falando dos chamados descobrimentos do século xv, quando esquadras espanholas e portuguesas arriscaram se em grandes viagens marítimas e abriram para a Europa as portas de um novo mundo a América

A abertura comercial para o oriente era de grande esperança para uma nova era comercial, mas as guerras religiosas que junto com as poderosas forças monárquica européia atrapalhou processo consegue interrupções.schumpeter em seu livro (history of economic analusis, 1954, p 85) revela que santo antônio, arcebispo de florença registrou em sua suma teológica uma economia moderna global objeto levada em promover justiça social. Antonio falava do destino universal dos bens com direito natural, inalienável ..

Schumpeter escreveu sobre antônio de florença que provavelmente se trate do primeiro autor que devamos ter uma aproximação global da economia em seus distintos aspectos essenciais. Este seria sem dúvida uma grande homenagem para um domenico que se converteria em arcebispo de florença e escrevia uma suma teologia que pediria um autêntico tratado de economia de fatura assombrosamente moderna (laubier, 1999, de 71)

Recentemente, no século XIX em si da terceira onda de globalização no, quando se observa que o liberalismo sobrepujou mercantilismo promovendo um espaço à democracia política. Toda a ênfase da terceira onda foi interrompida diante da violência da primeira guerra mundial.

Após a segunda guerra mundial segue com a globalização que ganham espaço com a baixa do socialismo entre 1989 e 1991, quando surgem diversas organizações intencionais, forma-se o mercado comum europeu, assim como também cresce o número de empresas multinacionais respaldados pelo grande avanço do comércio intencional com o apoio da interligação dos mercados financeiros.

O processo e globalização que estamos vivendo, a quarta onda, é tido como o mais acelerados processos, graças a grande revolução das comunicações que, segundo kumer, citado por pena forte (1997 p 05)

A combinação de satélites, televisão, telefone, cabo de fibra ótica e microcomputadores enfeixou o mundo em um sistema unificado desconhecido. Ela acabou com a imprecisão da informação. Agora, pela primeira vez, temos informações compartilhadas de forma instantânea pelo planeta.

O processo passou a ter uma abrangência maior quando além do comércio e envolveu também os serviços a arte, a educação etc. Hoje já sentimos que o processo globalização que nos deixa mais apreensivo do que entusiasmados, diante da força que o mesmo tem assim como seu grau de abrangência. lanni comenta que:

O mercado, as forças produtivas, a nova divisão intencional do trabalho, a reprodução ampliada do capital, desenvolve-se em escala mundial. Uma globalização que, progressiva e

contraditoriamente, subsume real ou informalmente outras e diversas formas de organização das forças produtivas, envolvendo a produção material e espiritual .(ianni, 1996, p 18)

Os japoneses com o conceito de just in time , foram de perfeita e grande contribuição para a globalização em sua atual fase, quando aplicaram o tal conceito a produção e e promoveram o surgimento de palavras de ordem como: "downsizing", reengenharia, terceirização e qualidade total palavras destas que praticadas no bojo do mercado globalizado tem acelerado o processo de desemprego em massa em países industriais assim como também nos países ditos em vias de desenvolvimento ..

Podemos enriquecer tais comentários quando aceitamos octávio ianni dizendo que:

Ao lado do fordismo , estacknovismo, bem como dos ensinamentos do taylorismo e faylismo, desenvolve-se o taylorismo , a organização do processo de trabalho e produção em termos de flexibilização, terceirização ou sob contratação, tudo isso amplamente agilizar do pela automação, pela microeletrônica e pela informática. Assim se generaliza o capitalismo, transformando o mundo em algo que parece uma fábrica global.

1.2 O NEOLIBERALISMO: UMA CONSTRUÇÃO HEGEMÔNICA

Quando buscamos explicações para o êxito do neoliberalismo, que sentimos que é uma tarefa bastante difícil cuja complexidade tem origem na próxima natureza hegemônica desse projeto. O não liberalismo é expressa de forma dupla as características do processo de construção hegemônica, quando por um lado trata-se de um poder muito forte embasado em estratégias políticas, econômicas e jurídicas, com a preparação e objetivo de buscar resultados positivos para a crise capitalista que teve seu auge nos anos 70. Por outro lado observa-se um projeto ambicioso de reforma e ideológica social em busca de um novo senso comum que fornece coerência com pretensa legitimidade as propostas de reforma do bloco dominante. Se o neoliberalismo tem se transformado em um projeto hegemônico, é porque ele impôs um mecanismo incisivo de transformação material e também um intensa dinâmica de reconstrução ideológicas social .

Não liberalismo deve ser compreendida na dialética das atuais esferas citadas, que se articulam para adquirir e coerência.

Os governos neoliberais têm procurado promover verdadeiras motivações materiais da realidade econômica, política e social, pior ainda, fazendo com que as motivações sejam encantadas como única saída possível para se sair da crise. Os líderes neoliberais têm demonstrado que não só elabora tese acadêmicas do processo neoliberal, ma,, sim, empurrar-las goela abaixo, impondo o processo da aceitação. As obras de friedrich a. Hayek e Milton Friedman, tidos como respeitáveis representante da inteligência neoliberal de retratos e expressivos de preocupação, quando seus textos são de profunda sagacidade no sentido de reconhecer a importância política do acompanhamento das reformas econômicas com necessárias mudanças nas mentalidades, na cultura dos povos.

Podemos observar que as ações dos governos neoliberais não exercem a democracia como é necessário, o passe em uma grande ação de força imposição. Nesse sentido,Bianchetti (1996, p83) comenta:

Em relação à forma de governo, os neoliberais têm receio do exercício democrático, já que consideram que a vontade dos maiores não representa necessariamente os valores da

comunidade histórica de uma sociedade. Esta posição deriva da forma como percebe as decisões que emanam dos órgãos legislativos

É notável a grande insensibilidade dos agentes do neoliberalismo em relação às classes pobres e seus sofrimentos. Chegassem até uma responsabilidade no que diz respeito ao que acontecerá essas classes.

O neoliberalismo chega a passar a idéia de que a pobreza dos grandes contingentes da população constituía uma situação transitória, uma etapa que será naturalmente superada à medida que a riqueza dos bem de vida transbordar para os mais pobres. Não veio lá o mercado não vai integrar naturalmente essa camada social. Ao contrário, ela é parte integrante do sistema econômico montado no país, e sua pobreza serve ao conforto da maioria bem posta na vida.

Os poderosos sempre se serviram de elegantes e acadêmica mente bem estruturadas teorias econômicas para explicar racionalmente seus interesses mesquinhos; foi assim com a lei do declínio natural dos salários, dia David Ricardo e com a lei natural da apropriação de Thomas Malthus, ambas construíram a desculpa perfeita para a imensa exploração do trabalho humano e existente nesta fase do capitalismo industrial .. No Brasil, a ideologia neoliberal invadiu universidades, através da ofensiva ideologia, a massa, por meio da doutrinação da mídia, e o país pela via das pressões das instituições intencionais e dos grandes bancos credores. Com o governo Collor o neoliberalismo transformou-se na doutrina oficial usada para justificar a destruição do estado Brasileiro e o desmonte da indústria nacional. Para conseguir a destruição da indústria e do estado Brasileiro a mídia foi mobilizada quando comentaristas econômicos dos grandes diários, revistas e noticiários televisivos cerraram fileiras na guerra ideológica. Prestigiosa eventos foram organizados para doutrinar personalidades acadêmicas, empresários, banqueiros, operadores da bolsa, jornalistas e administrador. Públicos. Muitos desses eventos contaram com a presença de desconhecidos professores estrangeiros, logo transformados, por uma competem publicidade, em magos conselheiros de governo êxitos no combate à inflação e a crise.

Só acendi uma ingenuidade à toda prova para não ver nessa brutal pressão das instituições financeiras atreladas aos interesses dos grandes grupos econômicos e políticos dos países mais desenvolvidos a execução de um política destinada a forçar uma nova divisão intencional do trabalho, que reserva para aquele país as atividades que serão mais rendosa nas próximas

décadas, e para os países subdesenvolvidos, como o Brasil, o suprimento de produtos primários e manufaturados de tecnologia já difundidas. Esta é a divisão que resguardam os interesses dos países mais desenvolvidos do mundo inteiramente novo que surgiu após o término da guerra fria, o mundo da globalização liderado pelas gigantescas corporações transnacionais e dinamizado pela revolução empresarial japonesa (o Taylorismo) e da revolução tecnológica que subverteu as regras da concorrência capitalista.

A ofensiva de propaganda que os adeptos da doutrina neoliberal fizeram em nosso país conseguiu incutir na sociedade Brasileira o pânico de que a globalização seja um processo tão fulminantes que não permite aos países do mundo, nenhuma outra alternativa a não ser, aqui se submeter passivamente as suas exposições. O país que não privatiza, não liberalista e não desregra, está fora da história, estagnado economicamente ficando à margem da nova tecnologia, ou seja, está fora da civilização grega não integra mais!

Quem discorda desta dogma neoliberal é imediatamente taxado de retrógrado, xenófobo, jurássico, dentre outras palavras pejorativas. (Mubetti, 1998, p04)

Entretanto, a história tem nos mostrado que os povos que se afirmaram como protagonista das grandes aventuras humanas e como os senhores de seu próprio destino construíram sua identidade sua soberania, reivindicando, antes de tudo, seus próprios interesses, os valores da cultura do seu povo, o direito a um caminho próprio para a construção do seu mercado interno e da estrutura produtiva destinadas a abastecer-lo. Foi assim que o Brasil na construção de um estado nacional e também, foi assim que a economia industrial nacional cresceu muito no Brasil de 1930 a 1980.

O neoliberalismo força a interrupção desse processo de crescimento e a volta ao modelo econômico agrário - exportador

Nada mais nociva ao nosso país de que essa falácia. Enquanto vendem essas esdrúxulas idéias às elites corruptas e apodrecidos dos países subdesenvolvidos pela as gralha nações industriais representam em seu benefício mapa do mundo, praticam mais declarado protecionismo e restringir cada vez mais os direitos dos migrantes que introduziram em seus territórios a fim de que seus empresários pudessem dispor de mão-de-obra barata.

Para a economia neoliberal e o atendimento das necessidades básicas daqueles que por ela foram excluídos do mercado, os não consumidores, não está sequer em discussão. Não podemos nos esquecer que não adianta construir mais presídios, shopping centers, condomínios fechados, parques de diversões e aquáticos, aumentar os tipos do código penal, e outras medidas superficiais e egoísta. É preciso alargar o horizonte mental, é preciso saber raciocinar. De se alguém está com uma úlcera no estômago, não adiantará tomar ante ácidos. É por seja, se não for atacada causa. O efeito permanece. Uma das consequência de neoliberalismo é o aumento da parcela social de excluídos da nossa sociedade: aí estão causa e efeito.

O princípio da fundamental que move este sistema de mercado é a livre concorrência: cada um deve defender seus interesses pessoais contra os interesses dos outros (uma ação puramente egoísta)para ver o ótimo funcionamento do sistema. Podemos dizer em outras palavras que o caminho para a solução dos problemas sociais se estaria no fomento do egoísmo. O mercado é apresentado como um entre sopro humano capaz deste milagre de transformar o egoísmo de bem consumo, ou seja, no amor ao próximo. Os economistas neoliberais fala da necessidade de se ter fé no mercado

A atual consciência social, insensível diante do sofrimento dos excluídos do mercado, revela a vitória desta nova espiritualidade e, Amaral próximo e defendem as interesses pessoais contra os outros integradas do mercado e, sobretudo, contra a violência dos excluídos do mercado. Uma estranha espiritualidade para um país que se diz cristão

1.3 - AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS A LUZ DO MODELO NEOLIBERAL

Diante da ação poderosa da quarta globalização, observamos que a educação é considerada como a mais importante arma disponível que encaramos este grande advento visto como a nova estruturação do mundo.

Sem que haja um aprimoramento educação, o processo de desenvolvimento sócio-econômico corre o risco de ser interrompido, pois com o início da era pós industrial, passou mal porque a diminuição contínua do emprego na área industrial e consequentemente um grande aumento em ocupações de serviços que não tinham um grau de importância acentuado, considerada serviços diferenciados, tais como: saúde, turismo, comunicação, lazer e informação, e que atualmente são serviços carentes na sociedade estão sempre necessitados de novas formações específicas por isso é que concordamos com Schumacher em seu livro "o negócio é ser pequeno". Quando o mesmo enfatiza educação como a mais vital de todos os recursos:

Toda a história, assim como toda a experiência atual, aponta para o fato de o homem ser, e não a natureza que proporciona o primeiro recurso: o fator chave de todo o desenvolvimento econômico da mente humana. Subitamente, ocorre um surto de ousadia, iniciativas, invenção, atividade construtiva, não em um campo apenas, mas em muitos campos simultaneamente. Talvez ninguém seja capaz de dizer de onde surgiu, em primeiro lugar, mas podemos ver como se conserva e até se fortalece: graças a vários tipos de escolas, por outras palavras, pela educação. Numa acepção bastante real, por conseguinte, podemos afirmar que a educação é a mais vital de todos os recursos (Schumacher, 1983, p 67)

Na verdade a educação seja escolar difusa nas diversas manifestações sociais, é ao mesmo tempo, a construtora e a produtora de ideologias.

Os governos utilizam a política educacional com seu conteúdo para tutelar a população, reproduzindo nos lugares de aprendizado e à sua ideologia, como forma de conformação social a um projeto hegemônico de classe.



Entendemos que o tipo de profissional exigido no século XXI pelo neoliberalismo será o homem global, que precisará de ver estudando constantemente, se atualizar a durante toda a sua vida, a para não correr o risco de ficar à margem da sociedade do conhecimento.

Na verdade, essa tal sociedade do conhecimento, não representam um avanço nas relações de trabalho democratização da riqueza. Trata-se de uma força sofisticada(na verdade uma pérola do marketing neoliberal) de espoliação da classe trabalhadora, despojar dos de conquistas históricas que levaram séculos para serem consolidadas à custa de muito suor e sangue. Pode afirmar que a constante batalha pelo imaginário da sociedade. Tem sido ganha na última década, pela gigantesca máquina de propaganda dos países ricos e sua ideologia de globalização sobre a ótica neoliberal.

Na verdade a era do conhecimento nada mais é do que uma nova etapa nos conflitos de classe, cada vez mais velados e complexos. A escravidão e agora menos física(privação da liberdade de ir e vir) e mais mental(a submissão voluntária e apaixonada um modelo de mundo que o explora e exporia)

Lester Thurow, ex-diretor do instituto de tecnologia de Massachussetes ordenado do instituto Ásia pacífico, disse a imprensa paulista em julho de 1999 que:

Adaptar à nova ordem é estará o país que, aberta a competitividade global, realizem gigantescos investimentos em educação, já que a maior riqueza nacional passou a ser a mão-de-obra qualificada . Folha de São Paulo , 21 de junho de 1997)

Os comentários feitos nesta ou uma parte desse primeiro capítulo, nos mostra como é necessário preparo educacional do homem na era da globalização, como é preciso que os profissionais se atualiza constantemente para enfrentar a toda a força da globalização de, como o homem precisa dizer a ele aprendendo a aprender, como homem necessita do conhecimento de processos. Drucker comenta em seu livro sociedade pós capitalista que:

Na sociedade do conhecimento, as pessoas precisam aprender com aprendeu .na verdade, na sociedade do conhecimento as matérias podem ser menos importante se que a capacidade dos estudantes para continuar aprendendo e que sua motivação para fazê-lo. A sociedade pós

capitalista existe aprendizado vitalício. Para isso, o que precisamos de disciplina (Drucker, 1995, p 156)

Até agora procuramos mostrar a grande importância da educação no mundo globalizado, mas ainda não comentamos sobre a concepção de educação no modelo neoliberal. Passaremos a apurar nos aproximar da compreensão crítica da reforma neoliberal de pensar e traçar a política educacional.

Em primeiro lugar nos perguntamos: de que maneira os neoliberais entende a crise educacional?

Bem, é necessário destacar que na visão neoliberal, os sistemas educacionais vive atualmente uma grande crise eficiência, é a eficácia e produtividade. Para ele todo processo de expansão da escola durante a segunda metade do século passado foi muito rápido e de uma má distribuição de serviço.

Na perspectiva neoliberal, a crise das instituições escolares é produto da atraz de qualidade que deriva da improdutividade característica das práticas pedagógicas e da gestão administrativa da maioria dos estabelecimentos escolares. Em outras palavras, o neoliberalismo rotula de incompetentes aqueles que trabalham na uma outra coisa que os neoliberais observam é que sistemas educacionais contemporâneos não vive em crise de democratização e sim crise gerencial, crise esta que segundo neoliberalismo é responsável pelos já tão conhecidos problemas graves da crise educacional como: evasão, repetência e analfabetismo.

Nota-se que na visão neoliberal a democratização da escola está inteiramente dependente de reformas administrativa no sistema escolar, em busca da qualidade dos serviços educacionais

Em relação a esta política educacional neoliberalista concordamos com ou posicionamento de Bianchetti quando diz que : a função da escola se reduz a formação de recursos humanos para a estruturação de produção (Bianchetti, 1996, p 94) é claro que a teoria neoliberal está fundamentada na teoria do capital humano onde, segundo Bianchetti a articulação do sistema educativo com sistema produtivo deve ser necessária.

É muito triste observá-los as tendências neoliberais no que diz respeito às políticas educacionais e vermos o tratamento mecânico que é dada escola. Não podemos aceitar que a escola deixe de ser vista como estrutura de natureza social, com um papel tão importante para a comunidade que é o de formar e informar, para ser apenas um indústria de formação de recursos humanos e uma deixando de lado toda uma história sócio humanística adquirida ao longo dos tempos.

A constituição federal em seu artigo 205, dispõe sobre os três adjetivos básicos da educação, a saber:

Pleno desenvolvimento da pessoa;
Preparo da pessoa para o exercício da cidadania;
E qualificação da pessoa para o trabalho.

Ou seja, educação é processo que trata desenvolvimento da capacidade física, além da capacidade intelectual e também da capacidade moral da criança e do ser humano em geral, com o objetivo principal que proporcionar uma melhor integração individual e social.

Parece-nos que os objetivos da educação não estão sendo observados. Não é essa a educação que nosso povo sofrido quer, muito menos a que tem direito. Essa educação serve aos propósitos da globalização e do neoliberalismo, obviamente, em detrimento da população menos esclarecida e mais pobre.

O neoliberalismo reconhece a crise profunda do ensino público Brasileiro, entretanto a explicação que eles (os neoliberais tentam dar) é que a crise se explica em grande parte pela condição característica de ineficiência do estado para gerenciar as políticas públicas. O clientelismo, a obsessão panificadora e os improdutivos labirintos do burocratismo estatal explicam é claro, sob a visão neoliberal, toda a incapacidade que os governos tiveram para procurar garantir a democratização da educação e, ao mesmo tempo, a eficácia produtiva da escola. A educação tem funcionado mal pelo fato de ter sido malcriadamente peneirada pela política, porque foi profundamente estatelada. A ausência de um real mercado educacional permite compreender a crise de qualidade que invade as instituições escolares.

Construir tal mercado constitui um dos grandes desafios que as políticas neoliberais assumirão no campo educacional. Só esse mercado, que possui um dinamismo e uma

flexibilidade expressando o avesso de um sistema escolar rígido e incapaz, pode promover os mecanismos fundamentais que garantem a eficácia e a eficiência dos serviços oferecidos: a competição interna e o desenvolvimento de um sistema de prêmios e castigos com base no mérito e no esforço individual dos atores envolvidos na atividade educacional. Não existe mercado sem concorrência, sendo ela (a concorrência) o pré-requisito fundamental para garantir aquilo que os neoliberais chamam de *equidade*.

Ao fazer enfáticas críticas a interferência política na esfera social, econômica e cultural, o neoliberalismo questiona a própria noção de direito e a concepção de igualdade que serve, pelo menos teoricamente, como uma base filosófica da existência de uma esfera de direitos sociais nas sociedades democráticas. Este questionamento supõe, na perspectiva neoliberal, aceitar que uma sociedade pode ser democrática sem a existência de mecanismos e critérios que promovam uma progressiva igualdade e que se concretizam na real existência de uma suma inalienável de direitos sociais e de uma série de instituições públicas em que estes direitos possam se materializar.

Para os neoliberais a democracia não tem nada a ver com isso. Ela não passa de simples sistema político que conduz os indivíduos ao desenvolvimento de sua inesgotável capacidade de livre arbítrio na escolha da única esfera que permite garantir e potencializar a referida capacidade individual: o mercado. A crise social se deriva, fundamentalmente, de que os sistemas institucionais dependentes da esfera do estado, isto é, da política, não atuam eles mesmos como mercados. Isto ocorre, segundo a visão neoliberal, no campo da saúde, da previdência, das políticas de emprego e também, é claro, da educação.

Concluindo, afirmamos que o grande objetivo estratégico do modelo neoliberal e sem sombra de dúvidas o de procurar a todo custo transferir a educação da esfera da política para a esfera mercadológica, pondo em questão o seu caráter de direito e reduzindo-a a sua condição de propriedade. E neste quadro que segundo *Tomaz Tadeu e Paulo Gentili*:

...se reconceitualiza a noção de cidadania, através de uma revalorização da ação do indivíduo enquanto proprietário, enquanto indivíduo que luta para conquistar (comprar) propriedades-mercadorias de diversas índoles, sendo a educação uma delas. O modelo de homem neoliberal é o cidadão privatizado, a entender, o consumidor. (Silva e Gentili, 1995, p.05).

1.4 - Principais conflitos entre o neoliberalismo e as novas tendencias da organização escolar Brasileira

A gestão democrática da escola pode ser considerada como uma das maiores inimigas do modelo neoliberal, uma vez que seus adeptos tem lutado bravamente para mostrar a sociedade, que não é só com domínios gerenciais que poderemos resolver a crise educacional do ensino publico. Vivemos uma crise democrática da escola publica que atinge, sobretudo a população carente que busca constantemente um ensino de qualidade para seus filhos, e que diante da atual realidade, se conforma ate com o simples fato de obter uma vaga no ensino da rede publica.

Neste capitulo nos pretendemos questionar alguns pontos do conflito que terem acontecido quando se discute a correlação educação e neoliberalismo, fazendo uma critica a tais situações e deixando algumas indagações a respeito desses pontos.

A questão crucial quando tratamos do presente conflito, é revelada no fato de que os objetivos do projeto neoliberal para a educação, são antagônicos aos que propõem o movimento da gestão democrática.

Ha. Uma pseudo-democratização da ação educacional no atual governo Brasileiro. Tudo construído encima de conceitos sutis e ambíguos, na melhor receita da velha democracia burguesa.

Ao primeiro olhar, poderíamos supor que gestão participativa e municipalização do ensino seriam ações democráticas no campo da educação. Mas uma analise mais acurada — através da lente do movimento dos trabalhadores da sociedade civil organizada, poe por terra os falsos pressupostos da democracia neoliberal.

Na verdade, o que esta em discussão não são as ferramentas utilizadas para efetivação de um projeto, mas o modelo, ou seja, o projeto em si. Conforme *Edgar Femandes* (1998):

Na verdade, o governo reivindicações, transparecendo esta atendendo algumas reivindicações do movimento e do que os problemas educacionais serão reconduz através da escola. A crise econômica do sistema educativo é reflexo da crise estrutura! Do sistema

capitalista e não

Resolvida pot dentro da escola. As reformas educacionais e o estado estão a serviço do fm! E do Banco Mundial, para pagar as dividas interna e externa. Somente a superasse do capitalismo e a conquista de um governo dos trabalhadores quo aplique um piano econômico a!tem ativo, abrirá perspectivas do rosolopção da crise educacional

E importante ressaltar que o atual modelo educacional implantado pelo governo e as principais leis educacionais do país — a emenda constitucional n.º14 e a Lob 9394/96 — são a materialização dos compromissos assumidos pelo Brasil, na conferência internacional de educação para todos, realizada em marco de 1990, em Iontiem — Tailândia. O evento foi patrocinado pelo Banco Mundial, unicef e unesco, em parceria com os governos, com o objetivo de erradicar o analfabetismo, universalizar o ensino fundamental, reduzir a evasão e a repetência escolar.

Porém, e importante ressaltar sob que manto ideológico esses nobres compromissos foram assumidos. O simples fato do patrocínio do Banco Mundial, já toma claro o projeto ideológico neoliberal dando as cartas nas políticas educacionais oriundas da citada conferencia. Não seria descabido afirmar que essa conferência se prestou ao papel de impor as políticas do Banco Mundial e FMI (leia-se países ricos do g-7) para a educação dos países participantes, obviamente periféricos, ou pomposamente classificados na “Nova ordem” mundial, com países emergentes.

Tal idéia para nós é inaceitável do ponto de vista da gestão democrática, uma vez que a educa neoliberal é puramente mercadológica que produz conseqüências graves para a escola, como a subordinação da democratização da escola a uma simples reforma administrativa do sistema escolar orientada pela necessidade de introduzir mecanismos que regulem a eficácia, a eficiência, a produtividade etc.

Isto tudo o nada mais nada menos que tecnocracia, discurso retórico. E entender qualidade educativa reduzida a um puro estilo mercantil, ou seja, preparar os filhos dos trabalhadores para servir ao mercado. Segundo a proposta neoliberal, uma transformação gerencial, uma mudança substancial nas práticas pedagógicas, bem mais efetivas e eficientes; reestruturação do sistema educativo a flexibilizar a oferta educativa; promoção de uma mudança cultural profunda na gestão; redefinição do perfil do professor, requalificando-o de novo e além do mais, levar a cabo

uma ampla reforma curricular. Ou seja, tudo isto é simplesmente reduzir toda a situação ao interesse do mercado. E al perguntamos: onde ficam os valores sociais, a solidariedade e a noção de cidadania? Ora, no modelo neoliberal estas palavras são mera retórica, pois na sua visão a expressão que realmente interessa é puramente materialista, é a palavra chave da teoria capitalista: *mercado*.

Entendemos como conflitante “a *visão econômica*” que o neoliberalismo dá ao homem. Nos não conseguimos aceitar tal ponto de vista, pois *o* mesmo fere a condição natural do homem *histórico*, visto como um todo e não só materialmente. *Bianchetti* comenta a respeito quando diz:

“dentro da concepção liberal, os indivíduos constituem as moléculas do sistema econômico. O homem, tomado como um todo, possui as capacidades naturais que permitem desenvolver-se contando com certas doses de instinto, somadas a sua racionalidade, vontade e desejos” (Bianchetti, 1996, p. 71).

1.5 - ALTERNATIVAS PARA SUPERAÇÃO DO NEOLIBERALISMO

Nesse capítulo, vamos finalmente refletir sobre propostas de superação do modelo neoliberal.

Antes de adentrarmos propriamente no foco proposto, precisamos resgatar um aspecto muito importante da conjuntura político mundial: a globalização como patrimônio da humanidade.

Fomos constantemente pressionados a crer, na última década do século XX, que o modelo neoliberal era a síntese da história do progresso humano. Que a “vitória” do capitalismo sobre o “socialismo real, significava o fim das ideologias e a sacralização da economia de mercado. Assim sendo, nada mais nos restaria, serão nos prepararmos para conquistar com “competência” nosso lugar ao sol. Afinal, também fazia parte desse “conto de fadas” neoliberal, a idéia de que todos venceriam a competição, bastando apenas aceitar as regras do jogo e se empenhar na conquista de seus objetivos.

Exatamente no auge da moda do neoliberalismo surgem em escala comercial o telefone celular, as tv’s por assinatura com canais de todo o mundo e, sobretudo a internet. E verdade que esses fenômenos trazem em si a intencionalidade de expansão do projeto neoliberal, mas ao mesmo tempo, oferecem um contraponto de resistência a esse mesmo modelo.

Os veículos que o capitalismo neoliberal utilizou para catapultá-lo ao nível de controle global, não podem ser confundidos como propriedades suas, ou de sua exclusiva utilização, mas devem ser considerados patrimônios da humanidade.

Qualquer avanço científico, seja na área das comunicações, tratamento de doenças ou melhoria em áreas de interesse da vida humana e meio ambiente, são propriedade dos seres humanos e não de uma classe social ou conglomerado econômico.

Muitas vezes, setores mais radicalizados dos partidos políticos de esquerda ou dos movimentos sociais, no afã de combater os efeitos negativos do modelo de globalização do neoliberalismo, chegam ao extremo de rejeitar conquistas tecnológicas que muitos benefícios

poderiam trazer a humanidade, desde que o seu uso fosse partilhado de forma solidária entre os povos. Claro que tal fenómeno não se dará na perspectiva de uma concessão burguesa, mas do avanço da cidadania em escala mundial. Precisamos dar outro sentido a expressão “globalização”. Seja mudando o termo (mundialização) ou ituano para significar uma nova sociedade global, humana e solidária.

1.6 O fim de um sonho

Na verdade aqueles que apregoavam o fim da editoria deram com *os burros na água*”.

Conforme *santos* (2000, p.170):

Ao contrapelo do que tanto se disse, a historia não acabou; cia. Apenas começa. Antes o que havia era uma historia de lugares, regiões, países. As histórias podiam ser, no maximo, continentais, em função dos impérios que se estabeleceram em escala mais ameia. O que ate agora se chamava de historia universal era a visão pretensiosa de um país ou continente sobre outros, considerados bárbaros ou irrelevantes.

Hoje vivemos a possibilidade de construção de uma história universal, sob a ótica das populações marginalizadas do planeta. Como já afirmamos anteriormente, as mesmas ferramentas utilizadas pelos neoliberais para repassarem sua ideologia, podem ser utilizadas pelos trabalhadores na contra propaganda.

E depois do nocaute provocado pelo fim do socialismo real e de uma década (90) de expansão do neoliberalismo, podemos perceber uma crescente insatisfação da população mundial com os terríveis efeitos das políticas neoliberais.

E, graças a revolução das comunicações, esta insatisfação se amplia numa velocidade considerável.

1.7— A SOCIEDADE CIVIL SE ORGANIZA CONTRA A NEOLIBERALISMO

Dentre as ações para acabar com o neoliberalismo e seus efeitos globalizantes, podemos destacar a recente iniciativa do fórum social mundial em porto alegre (25 a 30 de janeiro de 2001), onde estiveram reunidos movimentos sociais de todo o mundo, além de cientistas e partidos políticos progressistas, manifestando o repúdio da sociedade organizada do planeta, a esse modelo perverso e excedente.

Podemos considerar esse encontro de porto alegre como um acontecimento histórico para os povos do mundo inteiro. Até, então, os grupos progressistas se limitavam a protestar de forma desordenada nos encontros do G-7 ou no fórum de dados (cidade suíça onde os ricos fazem seu fórum anual). A partir do fórum de porto alegre, podemos perceber uma reação organizada, a nível mundial, contestando a falácia do fim da história e do tempo do capitalismo como único modelo econômico-social viável.

Se o “*Socialismo real*” desmoronou, fazendo da última década do século XX uma era de desmonte dos partidos de esquerda e movimentos populares, hoje, podemos vislumbrar no horizonte geopolítico mundial, os ventos de uma nova ordem mundial.

Passado mais de uma década da queda do muro de Berlim — símbolo do fim do socialismo no leste europeu — o mundo já consegue perceber com clareza que o neoliberalismo aprofundou o fosso entre os países ricos e pobres e como consequência, aumentou a fome e a miséria no planeta.

E necessário que a sociedade civil, sobretudo os trabalhadores da educação, possam se posicionar de forma inteligente diante da tentativa inescrupulosa dos mentores do neoliberalismo.

Nesse sentido apontamos três questões fundamentais para superar o presente conflito:

— saber traduzir com clareza os limites do discurso do governo Brasileiro na área da educação que fala numa política de gestão democrática na escola, ao mesmo tempo em que defende a tese do estado mínimo. Definitivamente o conceito de “*gestão democrática*” pregado pelo governo FHC, não o aquele que interessa a classe trabalhadora.

É necessário que haja uma coerência entre aquilo que o professor prega na escola e a sua identidade social. E inaceitável que um profissional da educação que defende a *gestão democrática* (participativa) no ambiente escolar, possa enquanto eleitor, votar naqueles que pregam a ideologia neoliberal como modelo econômico e social.

é necessário acima de tudo, que aqueles que defendem a implantação da democracia na escola, se engajem nas lutas maiores dos movimentos sociais em busca de uma sociedade mais justa, pois sabemos que não haverá gestão democrática plena, numa sociedade partida, injusta e dominada pelos interesses mesquinhos do capitalismo.

A grande massa dos educadores da escola pública, não pode continua anestesiada diante do avanço do neoliberalismo no imaginário da população Brasileira, sob pena de num futuro bem próximo não existir nenhum traço da escola publica que temos sonhado para o nosso país.

1.8 ANÁLISE HISTÓRICA E CARACTERÍSTICAS DO MODELO NEOLIBERAL

O neoliberalismo tem suas raízes no século XVIII, mais precisamente no liberalismo clássico do qual surgiu como doutrina e movimento de caráter progressista contra o despotismo dos estados absolutistas e contra as restrições mercantilistas a formação de único mercado comum sob a proteção do processo de desenvolvimento da industrialização.

O ideal político do liberalismo até o século XIX era o de uma democracia definida como um mínimo de governo, com as leis e a constituição traçadas voluntariamente por todo o povo, através de representantes responsáveis. No início do século XIX, manifestava-se contra as ajudas e limitações governamentais, por considerá-las inimigas da liberdade. *E* essa a confirmação básica do chamado liberalismo clássico

Desde os primórdios, o homem sempre procurou a liberdade. Por outro lado para viver em comunidade, precisou submeter-se a normas que limitam a sua ação ou haveria o império da desordem cada um fazendo o que quisesse.

Ao longo do tempo, o dilema político tem sido o de saber quais os limites da liberdade individual, quais os objetivos da vida em comum; nesse contexto, está se discutindo a própria razão de ser da vida humana, quais as atribuições daqueles que governam, como devem ser escolhidos e em que podem limitar a ação do indivíduo.

Platão, por exemplo, acreditava que os filósofos, os que mais conhecem, deveriam ter a responsabilidade do governo, em benefício de toda a coletividade. Aristóteles não lhes conferia tanto par não acreditar ser possível atribuir a homens este saber integral, que justificaria a exclusividade do poder. Preferia o governo das leis.

Nos primórdios dos tempos modernos, os liberais lutaram contra os reis, porque eram eles que oprimiam o indivíduo concentrando em suas mãos todo o poder como coroamento dessa luta. Como resultado dessa luta, as monarcas absolutos foram substituídos pelo estado, que passou a ser o grande opressor.

Por isso, o estado tomou-se também o alvo dos liberais. Na sociedade de um futuro que já se desenha, talvez as grandes corporações impessoais venham a ser as opressores da liberdade individual.

John Locke (1632-1704) talvez seja o pai daquilo que hoje chamamos de liberalismo. Já percebe os riscos de poderes concentrados e pensa em separá-los, não deixando nas mesmas mãos o direito de fazer leis e executá-las. Locke defende o indivíduo contra a estado, que, para ele, deveria existir para assegurar a liberdade de cada um e garantir a propriedade.

Já Milton (1608-1674) estado como um inevitável limitador da liberdade que é escolhida pela censura. E um pensamento contrario ao de Locke, que no estado um garantidor das liberdades e da propriedade, que são anteriores ao próprio estado.

Também Spinoza (1632-1677) entende que o homem nasceu para ser livre. Mas, na vida em comum, esta liberdade pode ser ameaçada, e os troques serão inevitáveis. Surgiu o estado para que a liberdade individual fosse garantida.

Mais tarde, Kant (1724-1804) também ira nesta visão do estado - garantidor das liberdades. Segundo ele, este é seu único objetivo e não o de promover a felicidade dos súditos a liberdade é assegurada pelo respeito de todos as leis.

Montesquieu (1689-1755) foi a primeiro liberal a se preocupar com a organização do estado e com a seu funcionamento. Alias, depois dele, ha. Poucos outros preocupados com este tema na historia do liberalismo. Em sua obra o *espírito das leis*", defende que, para evitar abusos, os poderes do estado devem ser divididos. Seus poderes fundamentais são os de julgar, fazer leis e executarias. Cada um deles deve ser exercido par um ramo diferente. Al está a inspiração para o modelo que seria pela primeira vez adotado pela constituição americana, os poderes legislativo, executivo e judiciário. Pensando nesta separação, Montesquieu estava concretamente se insurgindo contra as poderes absolutos dos monarcas.

Rousseau (1712-1778), por seu tempo, enxergava na propriedade privada a grande fonte dos problemas. Para ele, o homem vivia na natureza, em estado de inocência. A propriedade privada acabara com esta inocência e a harmonia do mundo. Segundo ele, para estabelecer a ordem e permitir o convívio, as homens fizeram uma espécie de pacto (o contrato social),

concedendo algum poder aos soberanos. Apenas nesse sentido, Rousseau foi um liberal, porque diferiria a limitação desse poder, que só seria legítimo para o cumprimento do pacto. Mas sua preocupação não era com o indivíduo: sua visão era da “vontade geral”, o poder da coletividade. Por outro lado, a sua crítica radical a propriedade também o afasta do liberalismo.

O contrato social para Rousseau é:

- Uma livre associação de seres humanos inteligentes, que deliberadamente resolvem formar um certo tipo de sociedade, a qual passam a prestar obediência mediante o susseito geral.

O contrato social, ao considerar que todos os homens nascem livres e iguais, encara o estado como objeto de um contrato no qual os indivíduos não renunciam a seus direitos naturais, mas, ao contrário, entram em acordo para a proteção desses direitos, com o estado criado para os preservar.

O estado é a unidade e como tal expressa a “vontade geral”, porém vontade é posta em contraste e os distingue da “vontade de todos”, a qual é meramente o agregado de vontades, o desejo acidentalmente mudou da maioria.

Adam Smith (1723-1790) irá fundar a economia política sendo, por isso, conhecido como o pai do que hoje chamamos de “liberalismo econômico clássico”. Com método, ele se debruçou sobre as relações econômicas publicando sua obra definitiva em 1776: *“a riqueza das nações”*. É importante lembrar que, por coincidência esse livro, que teve forte influência no mundo europeu, aparece no mesmo ano em que as treze colônias que formariam os Estados Unidos iniciam seu processo de independência. A propriedade continua sendo fundamental, mas a sua garantia dependerá mais do mercado livre que do estado.

Adam Smith acreditava que se o mercado fosse livre, o equilíbrio se faria naturalmente, no campo do trabalho, da produção e dos preços. Para ele, a ordem econômica dispersava o estado, já que ela se desenvolve naturalmente. Segundo ele, o homem busca o lucro, o verdadeiro motor de toda a sua atividade. Buscando o lucro, ele é guiado por uma mão invisível, que o conduz, inclusive, a realização dos interesses individuais, que são satisfeitos com o lucro. Adam Smith, por exemplo, tal como seus raros seguidores modernos, luta pela liberdade dos burgueses e defende uma economia desumana em que os trabalhadores, como novos escravos, devem ser

eficientes. Não ha preocupação com a liberdade deles.

Segundo o liberalismo clássico para obter maior eficiência e melhores lucros, a homem divide a trabalho. E a divisão do trabalho que ira distinguir os homens, todos seriam semelhantes ate os 6 ou 8 anos, quando começam a ter orientações e ocupações diversas, e al se iniciam as distinsões que continuarão ao tango de sua vida. Um homem sozinho nunca fabricaria um navio. Mas se muitos homens se reunirem, cada um fazenda uma parte, o navio poderá ser construído. Adam Smith nesta divisão do trabalho um elemento diferenciado entre a homem e o animal. Ele revela a tendência natural do homem para a troca, a que não acontece entre as animais. Para ele, nesta troca permanente, em que cada um buscará lucros, está o segredo do progresso. Tanto maior seja a especialização, melhor. Ha ate, para Adam Smith, a vantagem de se ganhar tempo: fazendo sempre a mesma coisa, o trabalhador não precisará se deslocar, nem reunir novos instrumentos.

Segundo essa visão, o estado não deve se envolver no mercado. O mercado e regulado pela especialização de cada um, pela procura do lucro e pelo egoísmo; não por princípios humanitários. O estado é improdutivo. Ele só consome; não produz. Seu papel deve, então, ser mínimo, apenas assegurando, em qualquer participação, o funcionamento livre do mercado. No conceito de Adam Smith, se, por exemplo, a trigo estiver muito caro, os agricultores vão plantá-lo, em busca de lucro. A oferta vai aumentar e as preços vão naturalmente cair. Tudo se ajustará, sem que o estado precise envolver-se. O processo estará, assim, sendo conduzido peta mão invisível para o beneficio de todos.

Já bastante estruturada a teoria liberal, em 1787, os convencionais americanos redigem a constituição do estados unidos, e inicia-se a campanha dos federalistas, para obter a aprovação de seu texto pelos estados. Este é um período rico para o liberalismo. A liberdade, a igualdade, os direitos do individuo nela são assegurados. Nasce, assim, o primeiro estado realmente liberal, onde a poder é limitado.

Assim a liberalismo veio defender a liberdade de mercado contra a sistema mercantilista, uma vez que um mercado livre e competitivo determina a produção, as preços e a distribuição de renda. Para isso, receberá fundamentação teórica dos fisiocratas que propunham o "*laissez-faire*."

Como primeira potencia capitalista do mundo, a inglaterra se aproveitou desses ideais avançados para a época visando subordinar, posteriormente, a resto do globo ao seu domínio

industrial. Com isso o liberalismo tenderia a reduzir ao mínima a interferência do estado nas atividades econômicas individuais. Contudo, não se negava o estado, porque o liberalismo não era anarquismo.

Com a consolidação do novo mercado global capitalista e sob o domínio inglês, no século XIX, o capitalismo emancipado, progressista e até revolucionário, deu vez a um capitalismo opressivo e explorador.

Neste contexto, em oposição a esta sociedade de classes, surgiram o operariado, os sindicatos, as teorias socialistas e marxistas - como alternativas teóricas e políticas libertadoras além da demanda por direitos e a produção de leis refletindo conquistas sociais. Aos poucos as relações de trabalho foram sofrendo alterações e trazendo melhoria a classe operária.

A autonomia da vontade nas relações do empregador com o empregado foi reduzida, já que a legislação social veio restringir este “livre entendimento” entre as partes. Os abusos do liberalismo foram tantos, que o estado diminuiu a liberdade do patrão para dar mais consistência ao do trabalhador, impondo a contratação dentro dos parâmetros. Foi uma reação clara contra esse liberalismo opressor e tirano.

O curso do desenvolvimento favorecia as posições e tendências de esquerda. Os sindicatos se fortaleciam, os partidos socialistas viam seus votos aumentarem e o intervencionismo estatal crescia com a necessidade de regulamentar a sociedade.

Logo após a segunda guerra mundial, as políticas econômicas dos países ocidentais se definiram basicamente em torno dos conceitos do economista britânico John Maynard Keynes. Os países subdesenvolvidos, mesmo que sem o mesmo peso no contexto internacional, contribuíram para reforçar os paradigmas de desenvolvimento que forjaram as políticas dos regimes pós-colonialistas.

A partir desse quadro podemos resumir dizendo que o neoliberalismo é, basicamente, um conjunto de políticas econômicas que se tem difundido nos últimos 25 anos, cuja matriz é o liberalismo. Entre seus efeitos podem-se identificar claramente o enriquecimento dos ricos e o empobrecimento dos pobres. O neoliberalismo logo adquiriu hegemonia intelectual nas faculdades de economia de quase todas as universidades, tomando-se cada vez mais popular

entre economistas e administradores.

“liberalismo” pode se referir a idéias políticas, econômicas ou mesmo religiosas. Nos estados unidos, a liberalismo político tem servido coma estratégia para impedir conflitos sociais, sendo apresentado a classe pobre ou trabalhadora coma “progressista” em comparação com a pensamento conservador ou direitista. O liberalismo econômico é diferente. Os políticos conservadores que dizem odiar os “liberais” (no sentido político) na realidade não tem problema com o liberalismo econômico, incluindo o neoliberalismo.

Na primeira metade do século XX, o liberalismo não pôde suportar duas guerras mundiais, a quebra da balsa de Nova York que causou grande depressão econômica e a ascensão de estados socialistas e de bem-estar (Welfare State). E o declínio do liberalismo.

Para contornar as tensões, a Europa ocidental conseguiu ajuda econômica (plano marshall), logo voltou-se para a construção de uma rede de assistência social”, associada ao bem-estar visando uma distribuição de renda e proteção dos cidadãos contra as desequilíbrios.

Entretanto, em uma articulação pós-guerra, um grupo de “pensadores liberais” discutiram as bases de uma ofensiva contra as teorias e práticas socialistas e intervencionistas, formando a sociedade de Monte Pelerin. Esta articulação foi decisiva e novas bases teóricas do liberalismo foram lançadas, agora denominado neoliberalismo.

“NEO” significa um nova tipo de liberalismo. Então, de que se tratava o velho tipo? A escola do liberalismo econômico se tomou famosa na Europa quando Adam Smith publicou em 1776 “*a riqueza das nações*”, onde promovia a abolição da intervenção governamental em assuntos econômicos: não as restrições a manufatura e as barreiras ao comércio. O livre comércio era, segundo Smith, a melhor forma de desenvolvimento da economia de uma nação.

O neoliberalismo surge, então, coma alternativa hegemônica a crise dos três modelos de estado materializados no pós-guerra: o estado de bem-estar social, o socialista e o desenvolvimentista

O neoliberalismo caracteriza-se como um conjunto de idéias que defende a redução do tamanho do controle e gastos do estado na economia, embora seja absolutamente distinto do liberalismo clássico do século passado, que entrou em crise nos anos 30.

O novo liberalismo parte do pressuposto de que o estado deve se ausentar como órgão regulador das questões sociais, mas ser interventor quando a ordem for defender os interesses do capital.

Os estados agora se reformulam nesse enfoque neoliberal de discurso coletivizante, embora altamente individualizante, dentro dessa nova ordem, os estados direcionam-se. Uma competição desenfreada, com absurda e acelerada corrida a modernidade vem provocando as “mudanças profundas”. É uma guerra. Vence a batalha quem for melhor.

Uma nova teoria e uma nova ordem mundial vem sistematizar as relações internacionais. É o neoliberalismo que se afirma como uma estratégia do capitalismo, sintetizado no *“salve-se quem puder”*, cujos princípios básicos, resumem-se em:

- Intervenção mínima do estado: com a função apenas de recolher impostos e dar amplas diretrizes para a economia.
- Desregulamentação da economia, estabelecendo a livre circulação do capital, com abertura de mercado.
- Privatização de empresas produtivas e lucrativas governamentais, visando a diminuição da presença do estado na economia e abrindo mais espaço para o capital privado. Assim, o estado eliminaria gastos e geraria “caixa”.
- A organização do estado, com corte no déficit público, visando diminuir a inflação e o descontrole dos gastos estatais.
- Reestruturação do sistema previdenciário, com a privatização dos serviços previdenciários, ou pelo menos parte dele.
- Ajuste fiscal: segundo os neoliberais, o sistema fiscal estimula a sonegação por cobrar tributos exagerados de um número reduzido de pessoas e empresas. Com a sua reforma toma-se possível desonerar as empresas e aumentar sua competitividade, ainda podendo elevar a arrecadação, pois haveria, em tese, menos sonegadores.

-. Abertura comercial e financeira: a eliminação de barreiras a importação, a entrada de capital estrangeiro e a remessa de lucros gera uma aplicação em investimentos, incentivando-se o comércio, além de aumentar a reserva cambial nacional.

E sabido que a adoção desta política pela maioria dos países subdesenvolvidos vem sendo imposta pelos países desenvolvidos, através de seus "guardiões" principalmente pelo FMI - fundo monetário internacional, o Banco Mundial ou bird - banco internacional de reconstrução e desenvolvimento, e a organização mundial do comércio. Os países periféricos e devedores do mundo capitalista vem cedendo as exigências da implantação de políticas neoliberais como condição para a obtenção de apoios políticos, liberação de escassos recursos financeiros, na forma investimentos.

Sabemos que a inserção do Brasil nesta conjuntura econômica mundial ocorreu a partir da implantação das idéias neoliberais no governo Collor (1990) e vem tendo continuidade com o governo Fernando Henrique Cardoso (1995), até os dias atuais.

Segundo Sader (1995:191), o neoliberalismo no Brasil aparece como via de modernização. Contudo, esperamos que a modernidade aqui empregada tenha sido concebida no seu verdadeiro significado, pois não são assim, modernização para que? E para quem? Pois que a verdadeira modernidade significa "vencer o atraso", inserir os direitos de cidadania para todos - sem desviar-se da ética do trabalho - onde a crença de que a atividade produtiva seja fonte de justiça social, de dignidade e de realização social. Como chamar de modernizador, um sistema que tende a aumentar o número de excluídos do mercado de trabalho e que abandona totalmente diversos setores da população, provocando o aumento do quadro de miséria e pobreza? Que para salvar o capitalismo está disposto a sacrificar os direitos sociais conquistados a duras penas pela população? Que paga aposentadorias e pensões irrisórias ao trabalhador explorado durante 30 a 35 anos, enquanto os parlamentares têm esses benefícios trabalhando 8 anos?

Entretanto, na sociedade em que vivemos toma-se nítida a falência dos valores cristãos

capitalistas e a ausência de verdade e modelos que orientam a visão de mundo, tanto de indivíduos como de sociedade.

Desta forma, sob todos os aspectos, seja com proposta teórica ou ideológica, o neoliberalismo hoje, articula interesses dos grupos, classes e blocos de poder organizados mundialmente. E ele que estabelece as bases teóricas para o desenvolvimento da globalização.

A dinâmica escolar acontece sem que sejam considerados, por exemplo os aspectos de subjetividade que compõem as indivíduos que formam o coletivo da escola. A educação na sociedade capitalista tem sido desenvolvida de forma a preparar técnica, social e ideologicamente o cidadão para o trabalho, atendendo, sobretudo, as demandas do capital.

Na retrospectiva histórica sobre a educação Brasileira pautada por períodos de crise resultante da política econômica que privilegia alguns e empobrece outros, entra em cena uma nova social:

A história é escrita pelos vencedores, que não gostam de mostrar a roupa suja, sempre e mais conveniente apresentar a história da escola como um longo e frutífero caminho desde as presumidas misérias de ontem até as supostas glórias de hoje ou de amanhã, por exemplo, como um processo de domesticação da humanidade a serviço dos poderosos (Enguita, 1989:131)

A educação Brasileira parece viver um desses momentos de alienação. A educação ministrada sempre partir de esquemas elaborados por outros contextos sociais diferentes do nosso, e sempre de forma impositiva e despojada do saber popular, visando a formar, assim, pessoas submissas através da mão-de-obra necessária para a manutenção do capitalismo. Somos frutos de uma educação burguesa, de uma sociedade eletrizada e de uma escola classificadora.

A cultura de exclusão social está sendo legitimada na escola através das reformas educacionais que acabaram por marginalizar as identidades de raça, geral e classe, com a rigidez nas avaliações e conseqüentemente, as reprovações e evasões. Há uma formatação instrumentalizada: ‘os *alunos* são ensinados, *preparados, domesticados*’ apenas para pretender as necessidades do mercado. Nesses termos, abandona-se o direito social ao saber e a cultura, com ensinamentos elementares e indispensáveis, para a inserção produtiva nas demandas do desenvolvimento. Os currículos mínimos e os saberes instrumentais são priorizados, as grades são extremamente rígidas e a carga horária é concentrada somente nesses saberes considerados “úteis”.

As contradições são percebidas quando as classes populares não conseguem assimilar a discussão da escola instituída, pois muitas vezes tentamos colocar o aluno num mundo diferente do seu e queremos que ele absorva esse saber erudito sem nos darmos conta de que estamos expropriando a seu saber.

Os profissionais mal-pagos e, conseqüentemente, desqualificados, possuem formação de educação privatizada “*minha disciplina, minha avaliação, minha sentença irrevogável*. Assim, se prega a cultura da seleção da reprovação e da exclusão. Esses são os professores que foram lançados ao mercado com a domínio dos “*conteúdos mínimos*” e com a tarefa de repassá-los e avaliar o seu aprendizado.

Podemos observar tudo isso no processo educativo básico e fundamental, mas chamamos atenção para o segundo grau, o nível de ensino menosprezado e necessitado de atenção com relação aos seus objetivos e a sua qualidade de formação, onde essa forma eliminatória de cultura e saber acontece ainda mais visivelmente.

Observa-se a amplitude e a importância desse nível de ensino na formação do adolescente, no entanto, tem a estado, com suas políticas incoerentes e profissionais estudiosos, especialistas em educação e a sociedade em geral, agido com indiferença diante disso. O que se percebe é uma política educacional condizente com as desejos da classe dominante, incluindo modificações das leis, regulação de requisitos, comando de mudanças, aprovação de projetos que não são discutidos e analisados pela sociedade. . Um processo de exclusão continuou

A realidade nos mostra que os indivíduos que aspiram a cidadania (saúde, educação, trabalho, lazer...) São excluídos do progresso técnico e tecnológico por isso, a sociedade, através da escola com seus profissionais capacitados, deveria possibilitar-lhes as instrumentos científicos, técnicos e políticos para poder lutar pelos seus direitos, por uma educação digna, por uma vida decente, sem desigualdades sociais. Entretanto, estão sendo competentes para formar consumidores e apolíticos voltados para seus próprios interesses e sem horizonte social.

A educação, através da escola, está inviabilizando o acesso a melhoria da qualidade de vida, oferecendo como instrumento de exclusão um curricular oculto ou nulo: são excluídos aqueles que não dominam o saber. A história de cada sujeito escolar é desconhecida, não se

levando em conta as diferenças entre alunos, que são tratados e avaliados numa dimensão coletiva.

Podemos afirmar que nas relações públicas dos grupos dominantes, a educação escolar está cumprindo o papel de cúmplice colaborando muito no processo de exclusão e seletividade social (do saber e da cultura). Essa cumplicidade deve e pode ser eliminada a partir do momento em que realizamos uma leitura e interpretação mais comprometida da situação atual, percebendo que precisamos romper com a forma pela qual determinadas relações são estabelecidas, os fins a que se destinam e a que almejam. E, a partir disso, construirmos propostas, projetos, estudos concretos e articulados, para a ação de sujeitos críticos e produtivos, em favor da equidade social e com maior acesso a cidadania.

A estatística mostra que de cada cem crianças que iniciaram os estudos em 1977, só 66 conseguiram chegar a 8ª série. A agenda de pesquisa de opinião pública mostra que os excluídos chegam a 59% da população do país. São pessoas que estão à margem de qualquer meio de acesso social. Estes dados revelam ainda que 86% desses Brasileiros não foram além da 8ª série do 1º grau.

Em 1998, 14% dos Brasileiros com mais de 15 anos eram analfabetos. Na estratégia Brasileira de desenvolvimento a educação está relegada a segundo plano, ao contrário do que acontece em outros países como, Estados Unidos, Japão ou Coreia do Sul, as quais usaram a sala de aula como uma das peças centrais do trabalho educacional. Hoje resultando os Estados Unidos se constitui a maior economia do mundo, o Japão ocupa o segundo lugar e a Coreia considerada um país pobre conseguiu encontrar o caminho do desenvolvimento.

A desigualdade social campeia nos diversos setores da sociedade Brasileira, cada vez mais os historiadores econômicos explicam o sucesso de alguns países como resultado de boa política educacional adotada em séculos passados.

Ao negligenciar as decisões que se constituem um imperativo ao crescimento educacional, nosso país sofre as consequências da falta de escolaridade melhor estruturada, o que não acontece em outros países, onde se observa alta escolaridade, melhores perspectivas no mercado de trabalho, prevenção de doença, controle de natalidade, baixo índice de gravidez na

adolescência e melhor padrão de consumo alimentar. Portanto, a educação, no dizer de muitos, muda a cara de qualquer país.

Em nosso país, o aumento da pobreza e da exclusão conduzem a conformação da sociedade estruturalmente dividida, na qual, necessariamente, o acesso às instituições educacionais de qualidade e a permanência nas mesmas tende a transformar-se em um privilégio do qual gozam apenas a minoria.

Os governos neoliberais deixaram nosso país muito mais pobre, mais excludente, mais desigual. Incrementaram (e estão incrementando) a discriminação social, racial e sexual, reproduzindo as privilégias das minorias. Exacerbaram (e estão exarcebando) o individualismo e a competição selvagem, quebrando assim os laços de solidariedade coletiva e intensificando um processo antidemocrático de seleção “natural” onde os “melhores” triunfam e as “piores” perdem. E, em nossas sociedades dualizadas, os “melhores” acabam sendo sempre as elites que monopolizam o poder político, econômico e cultural, e as “piores”, as grandes majorias submetidas a um aumento brutal das condições de pobreza e uma violência repressiva que nega não apenas os direitos sociais, mas, principalmente, o mais elementar direito à vida.

A resposta neoliberal é simplista e enganadora: permite mais mercado quando, na realidade, e na própria configuração do mercado que se encontram as raízes da exclusão e da desigualdade se reproduzem e se ampliam. O neoliberalismo nada diz acerca de como atuar contra as causas estruturais da pobreza; ao contrário, atua intensificando-se

Embasados em um discurso que prega a ineficiência da educação pública e aponta a improdutividade dos serviços educacionais ocasionados, segundo eles, por práticas pedagógicas desqualificadas e má gestão administrativa, os neoliberais vêm reestruturando o funcionamento das instituições escolares conforme o modelo de mercado e transformando o ambiente escolar num instrumento de invocação de suas ideologias

Com isso pretendem transferir o discurso de qualidade da educação do campo político-pedagógico para o campo produtivo-empresarial, substituindo, assim, o ideário de uma escola democratizante, formadora de sujeitos historicamente conscientes, para uma escola eficiente e produtiva, formadora de consumidores.

Portanto, os neoliberais dimensionaram a educação aos interesses do mercado e, em

decorrência dessa “nova dimensão”, a discurso de qualidade passado para a setor educacional está vinculado as práticas empresariais que adotam o conceito de qualidade total. Segundo as neoliberais, assim como este conceito tem demonstrado grande eficiência no mundo dos negócios, deverão também produzir os mesmos resultados no setor educacional.

Dentro desta perspectiva, a escola é uma empresa, produtora de mercadorias (o conhecimento, o aluno) que devem ser submetidos ao controle de qualidade total com os mesmos critérios que se aplica com toda empresa considerada dinâmica, eficiente e flexível. As mercadorias que não passarem no teste de qualidade serão consideradas reprovadas e/ou não terão possibilidades de entrar no mercado competitivo.

Esta realidade torna o aluno uma simples mercadoria que deve ser moldada segundo os padrões do mercado. Para alcançar tal resultado o aluno deve ser acompanhado por critérios rigorosos, incluindo prêmios e castigos a fim de estimular a eficiência e a produtividade. Somente os que apresentarem capacidade de competir serão vitoriosos.

Vê-se, portanto, que a qualidade no discurso neoliberal nada tem a ver com igualdade. É mais uma forma de disponibilizar e neutralizar o ambiente escolar, com o discurso de eficiência e produtividade, colocando em evidência a caráter excludente e anti-democrático da educação, onde nem todos os alunos poderão triunfar na vida, apenas os que possuírem “competência para competir”.

Compreende-se, portanto, que a lógica neoliberal para a educação pública se apresenta com as mesmas características da escola Taylorista/Fordista, através da pedagogia de alienação e da exclusão.

Nessa lógica, a dualidade entre escola pública e privada permanece. Só tem acesso ao mundo do trabalho aquele que tem condições de investir na sua educação privada - privilégio de uma pequena minoria. A grande maioria contenta-se apenas, com o ensino básico e profissionalizante, se conseguir permanecer neles.

Percebemos que a educação é transformada num instrumento ideológico dos defensores neoliberais. É mais retrocesso na história que através de políticas autoritárias, transforma a noção de cidadania, reduzindo o agente político a consumidor.

Nestas condições a cidadão perde sua identidade enquanto portador de direitos sociais e políticos, passando a ser visto apenas em sua dimensão de consumo, ou seja, a cidadão do mercado neoliberal.

Desta forma, fica evidente que a lógica neoliberal se processa no campo educacional de forma a subjugar-lo aos ditames do mercado, definindo valores que suprimem a luta pela ampliação e conquistas dos direitos sociais, possibilitando o desenvolvimento de mecanismos individuais, de competição que, conforme declaram, são os únicos valores que garantem o processo de cada cidadão e de toda a sociedade.

Portanto, a lógica neoliberal de educação acentua ainda mais as desigualdades sociais. O individualismo e a competência dentro do sistema educacional, acentua a discursiva antidemocrática de que existe uma seleção natural onde os melhores sempre triunfam e os piores perdem, sendo portanto responsáveis por suas vitórias ou fracassos.

O que se pretende, fundamentalmente, é colocar a educação a favor dos interesses dominantes, tomando-a um verdadeiro submundo do capitalismo. É uma força sinistra e autoritária de despolitizar o campo educacional investindo contra tudo o que foi conquistado.

Nesta direção, a escola se torna elemento desencadeador de exclusão social na medida em que expropria do cidadão uma formação que lhe possibilite a ingressar no mundo do trabalho, e quando aliena a consciência de classe a favor dos interesses dominantes.

Os neoliberais estão tendo um grande êxito em impor seus argumentos como verdades que se derivam da natureza dos fatos. Desarticular a aparentemente inquestionável racionalidade natural do discurso neoliberal constitui apenas um dos desafios que temos pela frente. No entanto, trata-se de um desafio do qual depende a possibilidade de se construir uma nova hegemonia que dê sustentação material e cultural a uma sociedade plenamente democrática e igualitária.

CAPÍTULO II - A FUNÇÃO DO DIRETOR ENQUANTO ARTICULADOR DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA INSTITUIÇÃO ESCOLAR.

O exercício do poder no cotidiano escolar e a principal questão da política de democratização da escola. A função do diretor é vista, até mesmo pelos professores como algo isolado onde o administrador faz tudo sozinho, ou seja, cabe a ele resolver e decidir todas as questões no interior da escola como responsável único. Esta situação, além de centralizar as decisões nas mãos do dirigente escolar acaba gerando dificuldades no desempenho de suas atividades.

Refletir sobre essas questões, implica necessariamente discutir o papel do diretor, seu perfil e sua escolha haja vista que “O processo de gestão escolar é bastante complexo e tem dimensões políticas econômicas, sociológicas e pedagógicas além das administrativas Locke (1997: 15)

Nesse sentido o controle do espaço público requer do administrador capacidade de articulação e construção. É preciso assumir uma posição de observador, onde necessita investigar e administrar conflitos, o que exige equilíbrio profissional para lidar com as tensões entre os alunos o corpo docente, comunidade e chefes do poder executivo.

Com isso fica evidente que o dirigente é um articulador dos diversos segmentos escolares, exercendo uma liderança democrática capaz de dividir o poder de decisão e deliberação sobre os assuntos escolares, sem contudo, abrir mão das funções inerentes ao seu cargo.

Administrar é sem dúvida, uma dimensão essencial da liderança. Envolve gerenciar recursos financeiros, desenhar, implementar, acompanhar e avaliar projetos; organizar, prover, facilitar, criar condições favoráveis ao aproveitamento dos alunos. É preciso que o diretor seja um líder educacional, servindo de fonte de inspiração, incentivo e apoio técnico, fazendo com que cada profissional, aluno e pai sintam que a escola lhe pertence. É necessário ainda, que estimule a criatividade, valorize o desempenho dos professores pois esse reconhecimento vai motivá-los a fazer cada vez melhor o seu trabalho.

O diretor-líder construiu um sonho e faz com que sua equipe embarque nele. Compartilha com todos as reais necessidades da escola levando-os a uma conscientização de que realizar esse

sonho exigirá sacrifícios, mas também será algo muito importante, digno do melhor que existe em cada um. Somente assim, trará condições suficientes para impulsionar o processo de planejamento e, dentro desta visão levar a comunidade a projetar, programar e elaborar roteiros para concretizar o futuro desejado.

Para que este modelo de gestão seja possível preciso acreditar e adotar novas idéias e comportamento tais como:

- O diretor é aquele que esta na liderança a serviço da comunidade escolar para o alcance de suas finalidades;
- Os especialistas (supervisor, orientador e diretor) são possuidores de um conhecimento específico em uma área, entretanto é o trabalho coletivo dessas diferentes especialidades com os demais profissionais na escola que vão provocar as mudanças;
- A expectativa que alunos, pais. Comunidade tem em relação a escola é uma dimensão que não pode ser ignorada e sim conhecida para ser atendida;
- Os indivíduos precisam assumir as responsabilidades de suas atividades, sem que alguém lhes diga sempre o que e como fazer. Não pode, pois, existir a dicotomia — uns pensam, outros executam — mas, todos precisam ter e desenvolver o compromisso político próprio do ato educativo;
- O individualismo, a desconfiança, a acomodação e o egoísmo devem ceder o lugar ao sentido coletivo da critica e auto critica, do direito e do dever, da responsabilidade frente ao ato educativo;
- O comando, por ser sensível as necessidades e aos interesses dos diversos grupos, agiliza o confronto dos mesmos, resultando em ações criadoras;
- A gestão da escola passa a ser, então, o resultado do exercício de todos os componentes da comunidade escolar, sempre na busca do alcance das metas estabelecidas pelo projeto político pedagógico construído coletivamente. (hora, 1994; p. 54)

Dentro dessa perspectiva, a organização escolar deve estar comprometida com a formação cidadã, preparando o individuo para enfrentar os desafios que a sociedade impõe e preciso

considerar a *prior*: os cinco pontos críticos da administração escolar em prol da gestão educacional participativa quais sejam: disciplina, relação professor-aluno, relação diretor-professores, relação da escola com a família e a comunidade e a escola.

E necessário ainda, que o diretor seja antes de tudo. Um educador e deve alicerçar a sua prática na articulação de um projeto político pedagógico, respaldado pelo exercício democrático da participação e do estabelecimento dos órgãos colegiados.

Portanto, o diretor escolar enquanto educador possui uma função pedagógica e social. Que lhe exige o desenvolvimento de competência técnica, política e pedagógica, assunto que discutiremos no capítulo seguinte.

2.1 A FUNÇÃO PEDAGÓGICA DO GESTOR ESCOLAR E SEJA PARTICIPAÇÃO NA AÇÃO PEDAGÓGICA.

O diretor escolar, enquanto educador possui uma função pedagógica e social, que exige o desenvolvimento de competência técnica, política e pedagógica. O processo educativo, portanto, inclui o conceito de direção e, é necessário, então, utilizar o principal instrumento da administração que é o planejamento participativo.

Trabalhar a idéia de planejamento participativo implica numa prática orientada por um currículo emancipatório, garantindo um maior sentido de realidade e atualidade. E preciso conhecer a escola que se tem e a escola que se quer, para então planejar ações conjuntas. A função pedagógica do gestor deve ser principalmente, tomar a aprendizagem significativa através dessa participação, promovendo a interatividade da escola com o mundo que a rodeia.

Dentro desse aspecto, o gestor escolar deve transformar a escola em oficina de trabalho, onde profissionais aprendem uns com os outros, cooperando para solucionar os problemas pedagógicos. Nesse espaço todos os envolvidos vão debater, em grupo esses problemas, momento em que os professores vão refletir sobre sua prática e experimentar novas possibilidades.

A função pedagógica do gestor, implica, também, na capacidade de se comunicar, o diretor deve ser capaz de mobilizar e articular os mais diferentes setores em missão da escola. Busca as organizações sociais e culturais da comunidade que possam desenvolver ações complementares junto ao alunos, como dança, teatro, estudo de línguas, informática e esportes. Recorre a rádios e jornais locais para divulgar os êxitos da escola, e a empresários pedindo financiamento para projetos específicos.

Assim, faz-se necessário uma mudança na estrutura organizacional da escola, no seu projeto pedagógico, no planejamento e no desenvolvimento das ações administrativas. Dentro deste contexto, o diretor além de desempenhar as atribuições inerentes a sua função, deve usar sua criatividade, procurando desenvolver projetos educacionais resultantes de uma construção

coletiva.

Quanto ao assunto (Luck, 1998: 13) observa que:

A participação, em seu sentido pleno, caracteriza-se por uma força de atuação consciente, pela qual os membros de uma unidade social reconhecem e assumem seu poder de exercer influência na determinação da dinâmica dessa unidade social, de competência e vontade de compreender, decidir e agir em tomo de questões que são afetas.

Partilhando a gestão com a comunidade, a escola vai buscando soluções próprias, mais adequadas as necessidades e aspirações dos alunos e das suas famílias, conquistando, assim, autonomia para definir seu projeto. Quanto mais autonomia participativa, mais forte e com mais identidade se apresenta a escola. A autonomia é o fundamento da concepção democrático-participativa da gestão escolar. Razão de ser do projeto pedagógico.

Como autonomia, entendemos ser esta a capacidade das pessoas autogovernar-se, do decidir sobre seu próprio destino. Nesse sentido, significa dizer que as escolas podem traçar seu próprio caminho envolvendo professores, alunos, funcionários pais e comunidade próxima que dessa forma vão se sentir responsáveis pela instituição. Essa autonomia precisa ser gerida, implicando uma co-responsabilidade consciente, partilhada, solidária de todos os membros da equipe escolar, de modo a alcançar eficazmente, os resultados de sua atividade.

Para que a gestão escolar seja desenvolvida pelos princípios e ações participativos, toma-se necessário que o diretor e a equipe técnico-pedagógica, em sua atuação promovam

A) Difusão continua de informações claras e precisas sobre as questões fundamentais da vida escolar;

B) Adequação entre a geração de informações no contexto escolar e as linhas de ação pedagógicas necessárias para promover os objetivos da escola;

C) Desenvolvimento cultural e capacidade técnico-operacional dos professores, para que

possam atuar em dimensão profissional segundo os princípios da gestão participativa.

Dentro deste contexto de gestão democrático-participativa os conceitos de direitos e deveres devem ser adotados no sentido interativo, favorecendo assim, o desenvolvimento de consciência social do grupo.

Portanto, a democracia se expressa com condição fundamental para que a organização escolar se traduza em um coletivo atuante.

Essa participação implica uma forma de organização administrativa e pedagógica alicerçada na elaboração coletiva do projeto pedagógico e participação na gestão da escola; na construção conjunta de uma proposta curricular baseada na integração entre as disciplinas e envolvimento em projetos comuns de desenvolvimento do currículo.

Segundo Libaneo:

A escola que conseguir elaborar e executar, num trabalho cooperativo, o seu projeto pedagógico-curricular, dá mostras de maturidade de sua equipe, de bom nível de desenvolvimento profissional de seus professores, de capacidade de liderança da direção e de desenvolvimento da comunidade escolar. (2001: 126)

Assim, cabe aos responsáveis pela gestão escolar promover a criação e a sustentação de um ambiente propício à participação plena, no processo social escolar, uma vez que trabalhando dentro dessa visão participativa a escola vai desenvolver na sua comunidade consciência social crítica e sentido de cidadania.

2.2 - SITUAÇÃO HISTÓRICA DA CONSTRUÇÃO DO PROCESSO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

(retrospectiva histórica do surgimento da educação Brasileira)

A educação Brasileira, hoje, resulta de uma herança do processo de colonização e da dependência política, social e econômica, que se processou ao longo dos séculos, num movimento contraditório entre interesses das elites internas e externas e de necessidades impostas pela própria população.

Desse modo. Faz-se presente o confronto de idéias e propostas para a educação no interior da historiografia educacional, diferenciados em distintos momentos, que tomaram possível o encaminhamento dos projetos educacionais existentes, bem como, a luta por uma educação que respondesse as necessidades da realidade nacional.

No período colonial, a política educacional Brasileira foi profundamente marcada por determinações do cenário político-econômico da metrópole portuguesa e suas proposições para a colonização do Brasil.

A estrutura educacional predominante consistia na educação clássica jesuítica, com base no pensamento filosófico de alto nível, produzido e acumulado pela igreja desde a idade média e divulgado pelo clero

Após a expulsão dos jesuítas, nos meados do século XVIII, surge uma nova política educacional no Brasil, idealizada pelo marquês de pombal, expressando a necessidade de expansão do capitalismo nos moldes europeus, constituindo-se num conjunto de medidas, visando criar condições de desenvolvimento do processo de industrialização em Portugal e conseqüentemente na colônia, na tentativa de superação da dominação econômica inglesa sobre a economia de Portugal, ampliando sua autonomia diante do comércio inglês, mas ao mesmo tempo reconhecendo a grande vantagem que representava a aliança política entre estes dois países.

Na Europa. O século XVIII foi chamado pelos seus contemporâneos de “século das luzes” em oposição a “era das trevas” (idade média). O iluminismo, como veio a ser reconhecido o movimento intelectual do século, conquista na celebração da razão em oposição a qualquer religião revelada a exaltação da ciência experimental e da técnica. O iluminismo completava o

renascimento e criava espaço ideológico para o surgimento de doutrinas democráticas.

O iluminismo foi um movimento ideológico que caminhou na direção das transformações iniciais pela reforma protestante e organizava a luta da burguesia contra a aristocracia feudal e preparava sua hegemonia sobre toda a sociedade.

A reforma protestante vinha já propiciando o desenvolvimento de uma nova pedagogia voltada para o treinamento da capacidade individual de descoberta, de crítica e de formulação orientada para a produção do conhecimento, supostamente inacabado e era de se esperar que isso acontecesse em Portugal. A reação de Pombal, contudo, além de atrasada no tempo, trazia para a educação de Portugal e da colônia o que havia de mais conservador no iluminismo sem falar que, até esse projeto mal chegou ao Brasil e, assim mesmo, de forma improvisada.

Na Europa, já estava adiantada a formulação de concepções de mundo, de homem e de sociedade, compatíveis com a atividade cotidiana e de acumulação privativa de capital, em curso deste o século XVII, sem isso tivesse chegado a Portugal e seus domínios até início do século XIX. Além do mais, a educação, do século XIX, no Brasil, ainda não apresentava uma dinâmica sistemática e planejada, que encarasse a educação como um todo e a tivesse como elemento a ser alcançado por toda a população com a vinda da família real para cá em 1808, as únicas novidades introduzidas em relação a cultura foram as seguintes:

- A criação da imprensa régia;
- A biblioteca pública;
- O jardim botânico do rio;
- O museu real, mais tarde museu nacional;
- A academia real da marinha;
- A academia real militar.

Depois seriam criadas outras escolas para tornar militares, engenheiros, médicos e outros. Esse desenvolvimento cultural esteve sempre voltado para o fortalecimento das elites. Excluindo

a grande maioria da população.

Os diplomas expedidos por essas escolas tinham função de "enobrecimento" pela ênfase dada a formação humanista que distanciava os letrados do trabalho físico, de marca escravista.

Com a independência e a implantação do sistema imperial, a estrutura educacional em vigor não articulava o ensino primário e o secundário; sendo cada um orientado numa direção. Ao poder central cabia promover o ensino superior, enquanto as províncias competia promover a educação elementar e secundária. Essa disposição separava a elite que era preparada para o ensino acadêmico via escolas superiores e a classe popular que era preparada para o ensino profissional

No final do império, diversos acontecimentos e movimentos no interior da ordem social existente foram marcantes como expressão das mudanças necessárias a consolidação da ordem burguesa. A educação começa a receber influencia das idéias oriundas do pensamento positivista e os intelectuais da educação, no eixo sul-sudeste passam a lutar por uma escola pública, laica e gratuita, nos moldes da educação burguesa.

Essas tendências foram apontadas já no início do século XIX no sentido de superar o ensino acadêmico e humanista de tradição colonial, adequando a educação aos parâmetros da modicidade, influenciando e sendo influenciada pelos movimentos que culminam com a independência do Brasil. Contudo, a constituição do império, outorgada em 1824, manteve a igreja ligada ao estado, expressando uma forma bem particular de estado na restauração do expansionismo capitalista.

A constituição de 1824 dizia ser livre a educação, desde que, com o desenvolvimento do comércio e da indústria, não se criasse uma oposição "aos costumes públicos e a saúde dos cidadãos".

O período que vai da proclamação da república em 1889, até a revolução de 1930, é chamado comumente de república oligárquica. Seu início coincide com a influencia positivista na política educacional, marcada pela atuação de Benjamin Constant e o seu término coincide com o início da política educacional, desencadeada em 1930-1931 configurando uma situação bastante contraditória entre idéias proclamadas no plano do discurso e políticas efetivas desenvolvidas pelo estado.

Foi durante esse período que surgiram as escolas superiores livres, empreendidas por particulares. Esse fenômeno foi produto de determinações técnico-econômicas, tais como a necessidade de aumentar o suprimento da força de trabalho dotada de alta escolaridade e também de determinação ideológica influenciada pelo positivismo.

Nesse contexto “a americanização do Brasil” surge restringindo a herança colonial e promovendo a abertura a industrialização e tendências a democracia contemporânea. Essas demandas não contemplavam a democracia contemporânea. Como também não contemplavam necessidades expressas pelos operários, artesãos camponeses sem terra, ex-escravos, mas as das camadas médias urbanas. Com isso, a estrutura educacional tinha a função de contraditoriamente, produzir e dissimular a discriminação social.

O ensino superior promovia a criação de agentes dotados do saber dominante, em diversos campos, capaz de produzir e reproduzir os interesses das classes dominantes.

A reforma do ensino de 1925, de João Luis Alves e Rocha Vaz, procurava, através do decreto 16.782, impedir a entrada da política e da ideologia não oficiais no ensino superior. Esse decreto estabelecia com detalhes os processos de controle politico-ideológico de estudantes e professores. No que se refere aos estudantes, determinava a introdução da disciplina de educação moral, tanto nos currículos do ensino primário como secundário.

A introdução da disciplina de educação moral e cívica era um meio de formar as consciências segundo os princípios do bem (cia. Ordem), consequentemente coma um instrumento de salvação do país do assalto das forças do mal (desordem).

A revolução de 1930 teve como um dos principais objetivos a constituição de um mercado intemo considerável, alimentado pelo crescimento demográfico do país como um todo, pelo desenvolvimento das cidades e forçado pela chegada da ascensão social dos imigrantes e pela política explicita de Getúlio Vargas em proteger os industriais e financiar as primeiras industria de base: siderurgia, cimento, petróleo. Em 1931, o governo provisório de Vargas cria o conselho nacional de educação, o qual se voltaria predominantemente para o ensino superior.’

No início dos anos 60, a questão educacional ganhou maior destaque na sociedade, quando a crise do sistema de ensino foi amplamente debatida e problematizada. Em tramitação desde 1948, em face do que havia sido determinado pelos dispositivos constitucionais, o projeto de uma reforma educacional voltou, com vigor, a cena, refletindo o choque de interesses articulados em torno do setor. Em defesa da escola pública, aglutinaram-se, em uma ampla campanha de educadores da velha geração dos “pioneiros”, intelectuais, artistas, estudantes e líderes sindicais. A universidade de São Paulo constituiu-se no foco de irradiação do movimento, que atingiu as principais capitais do país.

No entanto, em 1961, quando da promulgação da lei de diretrizes e bases da educação nacional nº 4024, cuja tendência foi muito mais de respostas aos setores privatistas do que de interesses sociais emergentes. Não se definiram as diretrizes de um novo padrão educativo que implicasse a inovação estrutural do sistema de ensino no país, ao mesmo tempo que continuaram sem respostas os problemas fundamentais da distinção social da educação, do conteúdo do ensino e da relação entre a educação e o trabalho.

Nesse contexto, a resolução da questão educacional passou a ser incluída entre as reformas de base reivindicadas nas amplas mobilizações que tomaram conta do país, no início dos anos 60, e que conduziram a quebra do pacto populista. Ao mesmo tempo, intensificou-se a educação como instrumento de mobilização política e de “conscientização” dando origem aos movimentos de alfabetização de massa, como movimento de educação de base .

Esse conselho. Criado pelo decreto nº 19.850/1931. Vigeu por decreto até 1936. Quando por força de mandamento constitucional é recriado pela lei nº 174/6. Em 1961. A lei 4024/61 transforma o conselho nacional de educação. (cf. Art. 9º) essa mesma lei que cria os conselhos estaduais de educação (cf. Art. 10). A lei 5692/7 1. Facultava aos municípios organizarem conselhos de educação cujas atribuições poderiam advir de delegações das competências dos conselhos estaduais (cf. 71). O conselho federal de educação. Por sua vez. Foi estendido pela medida provisória 66 1/94 no governo Itamar Franco.

O conselho nacional de educação criado pela lei nº 9.131/95. Teve sua confirmação na lei 9.394/96 (art. 9º § 1º). Sem referir-se a denominação “conselhos de educação”. Admite a existência de “órgãos normativos dos sistemas”... E preciso dizer que a constituição federal de 1988 reconhece os municípios como entes federativos e pelo artigo 211 reconhece a existência de sistemas municipais de educação portanto. Toca sob sua autonomia a denominação do sem urgir

normativo como conselho municipal.

Iniciativa de grupos da esquerda católica, as campanhas dos centros populares de cultura (cpcs), organizados pela união nacional dos estudantes (une), e ações mais localizadas, tais como o movimento de cultura popular em Pernambuco e a campanha “de pé no chão também se aprende a ler”, no rio grande do norte.

As amplas mobilizações que emergiram no país, na época, constituíam num espaço em que as classes populares assumiram, pela primeira vez, o papel de atores políticos autônomos, apesar de isto ter ocorrido durante um curto período. As reformas de base foram o principal move! Das suas lutas, caracterizando essa autonomização (weffort, 1980).

Quando foi instaurada a ditadura militar, os movimentos de conscientização foram considerados subversivos, sendo desativados e reprimidos os seus líderes, permanecendo apenas o meb, com alterações nas suas orientações.

Quando a classe operária organizada ameaçou o equilíbrio das forças conservadoras, que exerciam o poder político desde a independência, foi surpreendida por um golpe militar apoiado pelo imperialismo capitalista intencional que não deu conta, porem, de conter o ímpeto de nacionalismo desenvolvimentista, agora temperado pela repressão da doutrina e das armas da “segurança nacional”. Durante esse período ocorreram recessões, violência, desaparecimento de militantes ativistas, estudiosos, poetas, estudantes, escritores, jornalistas, professores e líderes sindicais. Alguns foram torturados, exilados e muitos foram assassinados. Esse foi um período de total desrespeito e violação aos direitos humanos.

A ditadura militar, que teve como consequência a aniquilação do nacional! Desenvolvimentismo sobre a educação reestrutura a forma de representação dos estudantes, proibindo qualquer tentativa de ação política. Tinha um controle das universidades e escolas de nível médio.

Em 1968, a ditadura se torna mais violenta em tache do movimento da organização da classe trabalhadora, ate que em dezembro desse mesmo ano é baixado o ato institucional nº 05 (ai-5), retirando todas as garantias publica e privadas, concedendo ao presidente plenos poderes em âmbito executivo e legislativo. Em fevereiro de 1969, o decreto lei nº 477 proíbe aos

professores, alunos e funcionários qualquer manifestação de cartel político.

Durante o golpe militar os acordos visando a reforma educacional orientavam os técnicos para adaptar o ensino a concepção taylorista típica da mentalidade empresarial tecnocrática. Essa tendência visava a melhor eficiência e produtividade, atrelando o sistema educacional ao modelo de desenvolvimento econômico dependente, imposto pela política norte americana para a américa latina.

A reforma educacional fundamentou-se em três pilares:

- Educação e desenvolvimento: formação de profissionais,
- Educação e segurança: visando a formação do cidadão consciente;
- Educação e comunidade: estabelecendo a relação escola e comunidade.

Essas reformas tem como meta segundo Maria Lúcia Aranha (1989: 255). A formação de meios executantes, a manutenção da ideologia da ditadura e interferência da empresa na escola.

A nova reforma fundamenta-se em quatro pilares da educação a luz de uma concepção humanista:

- Saber conhecer
- Saber fazer
- Saber conviver
- Saber ser

Em 1968, é promulgada a lei nº 5.540 que introduz modificações referentes ao ensino de 3º grau, causando a perda da autonomia universitária e fragmentação da unidade dos departamentos. O novo sistema de matrícula por disciplina desfaz os grupos relativamente estáveis, desfazendo a interação entre os estudantes, com sua intenção despolitizante.

Em 1971, é promulgada a lei nº 5.692/71 que reestrutura o ensino, ampliando a obrigatoriedade escolar de 4 para 8 anos, suprime os exames de admissão e cria a escola

profissionalizante. O currículo escolar sofreu alterações com a supressão de matérias e inclusão de outras.

Em 1967, a lei 5.379 de 12 de dezembro cria um plano de alfabetização funcional de educação continuada de adolescentes e adultos. O governo federal ficava autorizado a instituir uma fundação, o movimento Brasileiro de alfabetização (mobral) apesar de ter sido criado

Em 1967, suas atividades iniciaram no ano de 1970. Essa fundação era atrelada ao governo federal e desenvolvia o “método Paulo Freire” de forma distorcida, retirando da metodologia seu conteúdo político.

A situação educacional Brasileira mostra que essa proposta da 5.692/71 trouxe sérios prejuízos como: a falta de recursos materiais e humanos, a não efetivação da profissionalização e o lançamento no mercado de um “exército de reserva”, barateando ainda mais a mão-de-obra.

Vale lembrar que nesse período houve uma abertura para a privatização do ensino, grande parte dos cursos foram criados a partir do esquema empresarial (criação de universidades privadas e fundações), desfazendo a qualidade pedagógica.

2.3 - PROCESSO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

A reflexão sobre gestão educacional nos mostra a necessidade de uma abordagem prévia, mesmo que breve, do contexto político-social do nosso país.

Historicamente, no processo de organização e reorganização da sociedade Brasileira, as relações de poder dão o tom do avanço ou do retrocesso da gestão educacional.

Os traços predominantes do autoritarismo, seja em épocas coloniais, de escravatura, ou na fragilidade da república dos marechais, no populismo ou na ditadura militar, forjaram heranças muito fortes na democracia, conquistada a duras penas pela sociedade Brasileira. O aperfeiçoamento de relações de poder democratizadas e com respeito a cidadania do povo disputa espaço com as conservadoras forças políticas de fisiologismo e coronelismo existentes no Brasil. A escola como instituição social que interage com a sociedade, encontra-se nesse contexto e tem o seu cotidiano permeado por práticas autoritárias.

A própria discussão sobre a gestão democrática da educação está inscrita na luta pela democratização da sociedade e aí ela encontra o seu fundamento mais amplo, como afirma Carlos

Abigail: *“(...) Exatamente na construção de um espaço público tem direito. Que de promover condições de qualidade, garantir a escritura material para um serviço de qualidade criar 1,º ambiente de trabalho coletivo que vise a superação de um sistema educacional seletivo e excludente e ao mesmo tempo faça a inter-relação desse sistema com a modo de produção e distribuição de riqueza, com a organização d sociedade civil, com a organização política com a definição dos poderes públicas, com as lutas do conhecimento, as ciências, as artes as culturas (1995)*

Hoje, em tempos de vigência do neoliberalismo, o tema gestão está associado aos paradigmas que fundamentam as mudanças conservadoras na forma de pensar a sociedade e a gestão educacional. A estratégia usada tem até a aparência de novas políticas para melhorar a educação, mas a essência do discurso é facilmente desmistificada se questionarmos o seu caráter público e democratizante e a sua perspectiva de inclusão social.

No Brasil, o movimento pela democratização do ensino público vem desenvolvendo, ao longo de mais de uma década, experiências de sucesso em vários estados e municípios como a implantação dos conselhos, colegiados escolares e eleição de dirigentes de unidades de ensino, mecanismos consolidados a partir da constituição de 1988, chamada constituição cidadã, que legitima a gestão democrática do ensino publico, no seu art. 206, inciso vi e presente

Também na lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDBen), lei nº 9394/96, nos art. 3º inciso vii, art. 14 inciso i e ii e art. 15. Aqui no estado de alagoas temos contemplada a

Gestão democrática na com situação do estado (1989), no art. 200 inciso i e ii, no estatuto do magistério estadual de 1º e 2º graus - lei nº 5465/93, nos art. 1º inciso iv, art. 2º incisos x e xi. Capítulo ii — da gestão democrática, art. 239, incisos i, ii iii e vi e no art. 240. O decreto lei nº 36.586/95, art. 2º, incentiva a criação de caixas escolares, sob a forma de sociedade civil, nas unidades da pré-escola e do 1º e 2º graus da rede estadual de ensino. A lei estadual nº 5945/97, art. 1º dispõe sobre a criação dos conceitos interativos das escolas da rede publica estadual de ensino e dá providências correlatas. O decreto lei nº 37.59 1/98 regulamentada o art. 5º da lei nº 5945/97.

O desafio da democratização da gestão tomando como elemento central a participação social, implica uma mudança nas práticas cliente listas, autoritárias ou populistas que ainda marcam a maquina administrativa e exige, desta forma, a criação de diferentes canais de interlocução entre a administração e a população.

Descentralização da gestão não significa transferência de encargos, mas a reorganização dos espaços de atuação e das atribuições de diferentes instâncias do poder, introduzindo novos processos e instrumentos de participação e de controle sobre o que é de domínio público. Significa, portanto, descentralizar ações, processos e principalmente decisões. E esta autonomia se operacionaliza através da ação colegiada, ou seja, do conselho escolar, que é o órgão mais importante de uma escola democrática, pois delibera sobre a organização dos trabalhos da escola, sobre todo seu financiamento, inclusive sobre a escolha de seus dirigentes.

A partir da década de 80 vão surgindo as idéias do fracasso da reforma e, através da lei nº 7.044/82, efetiva-se a dispensa do ensino profissionalizante, enfatizando-se a formação geral. Nesse período já se processava uma lenta democratização e busca de reconquista dos espaços

perdidos pela sociedade civil. Dá-se o processo de anistia, o retomo das organizações estudantis. Enfim, vive a denominada abertura política ou período de distensão política. Nesta década, acentuam-se as discussões e debates de intelectuais trabalhadores da educação e os movimentos organizados da sociedade civil em torno da gestão democrática e participativa, buscando novas formas de gerir a escola pública e de escolha de seus dirigentes em substituição à tradicional prática de nomeação dos gestores. Apesar dos esforços realizados durante esta década, discursos e ações realizadas no sentido de conseguir a democratização das escolas públicas, chegamos ao final do século sem que este tipo de gestão, que foi definido como democrático e participativo, esteja bastante expandido.

O processo que ainda predomina nas escolas públicas é uma administração autocrática onde todas as decisões e todo poder são centralizados na mão do gestor, gerando assim uma sobrecarga de trabalho para o mesmo e, conseqüentemente relações conflituosas que se refletem no universo dos alunos.

A atual prática gestonária acaba exigindo dos gestores uma dedicação quase que exclusiva às questões administrativas, obrigando-os a secundarizar aspectos mais importantes de o desafio da democratização da gestão, tomando como elemento central a participação social, implica uma mudança nas práticas clientelistas, autoritárias ou populistas que ainda marcam a máquina administrativa e exige, desta forma, a criação de diferentes canais de interlocução entre a administração e a população.

Descentralização da gestão não significa transferência de encargos, mas a reorganização dos espaços de atuação e das atribuições de diferentes instâncias do poder, introduzindo novos processos e instrumentos de participação e de controle sobre o que é de domínio público. Significa, portanto, descentralizar ações, processos e principalmente decisões. E esta autonomia se operacionaliza através da ação colegiada, ou seja, do conselho escolar, que é o órgão mais importante de uma escola democrática, pois delibera sobre a organização dos trabalhos da escola, sobre todo seu funcionamento, inclusive sobre a escolha de seus dirigentes.

A partir da década de 80 vão surgindo as idéias do fracasso da reforma e, através da lei nº 7.044/82, efetiva-se a dispensa do ensino profissionalizante, enfatizando-se a formação geral. Nesse período já se processava uma lenta democratização e busca de reconquista dos espaços

perdidos pela sociedade civil. Dá-se o processo de anistia, o retomo das organizações estudantis. Enfim, vive a denominada abertura política ou período de distensão política. Nesta década, acentuam-se as discussões e debates de intelectuais trabalhadores da educação e os movimentos organizados da sociedade civil em torno da gestão democrática e participativa, buscando novas formas de gerir a escola pública e de escolha de seus dirigentes em substituição a tradicional prática de nomeação dos gestores. Apesar dos esforços realizados durante esta década, discursos e ações realizadas no sentido de conseguir a democratização das escolas públicas, chegamos ao final do século sem que este tipo de gestão que foi definido como democrático e participativo, esteja bastante expandido.

O processo que ainda predomina nas escolas públicas é uma administração autocrática onde todas as decisões e todo poder são centralizados na mão do gestor, gerando assim uma sobrecarga de trabalho para o mesmo e, conseqüentemente relações conflituosas que se refletem no universo dos alunos.

A atual prática gestonária acaba exigindo dos gestores uma dedicação quase que exclusiva as questões administrativas, obrigando-os a secundarizar aspectos mais importantes de sua atuação, ou seja, a responsabilidade com as questões pedagógicas e propriamente educativas. Entendemos não ser mais possível insistirmos com esse tipo de prática; necessário se faz a participação dos segmentos que compõem a comunidade escolar na condução do projeto político pedagógico da escola.

Nos dias atuais, a sociedade exige novos padrões de gestão para as escolas públicas de forma a termos diretores com práticas democráticas que exijam participação intensa e constante dos diferentes segmentos sociais no processo decisório. *E* preciso compartilhar o poder e as responsabilidades; isso não quer dizer que o gestor se enfraqueça nas suas ações, pelo contrário, etc passa a ter uma prática coletiva através do órgão colegiado, onde todos se sentiram co-responsáveis pelo processo educativo.

Somente uma gestão democrática nas diferentes instâncias poderá levar à descentralização da educação e construção da autonomia da escola. Com essa prática a escola elabora o planejamento conjunto e participativo com o envolvimento de todos e busca, a partir daí a

construção do projeto político-pedagógico. Nesta perspectiva este gestor precisa apresentar competência técnica, política e pedagógica para que possa utilizar-se de estratégias e táticas conquistar aliados e espaços para fazer a escola progredir.

Exercitando a gestão democrática com competência o órgão central, no caso, a secretaria de educação oportuniza aos diretores e conselhos a participação em cursos de formação continuada.

Historicamente, nós, educadores, e a comunidade em geral não tem prática em participar e reivindicar, pois somos todos frutos de uma cultura extremamente autoritária.

Hoje, o próprio ministério da educação e as secretarias começaram a mudar sua política de ditar regras escolas, que recebiam prontos os planos e projetos, para apenas executá-los porém, existe agora uma propaganda política de descentralização em quase todos os programas do governo federal, como é o caso do livro didático dinheiro direto na escola e outros. Mas temos que ter a clareza de que esse processo de autonomia, descentralização e participação é a escola que constrói, pois não receitas mágicas o que deve haver é vontade política capacidade, criatividade, perseverança e certeza de que este caminho para se alcançar uma escola pública, competente e de qualidade.

Dentre as inúmeras atividades que caracterizam uma direção democrática destacamos as seguintes:

- Promover um clima de comunicação, capacitando a escola para a prática coletiva, crítica e construtiva
- Atuar como um verdadeiro dirigente, organizando o todo e as partes, fazendo a grande articulação da escola com o envolvimento de todos, na perspectiva de fortalecer o trabalho coletivo,
 - Descentralizar e organizar os serviços;
 - Garantir o acesso a divulgação e socialização da proposta pedagógica que está sendo desenvolvida pela escola;
 - Conhecer a estrutura de funcionamento da instituição educacional e da escola que dirige;

- Criar um processo de avaliação continua com todos os envolvidos, incluindo-se neste processo.

O processo de escolha democrática de dirigentes escolares tem seu início na década de 60. Em 1966, os colégios estaduais do Rio Grande do Sul realizaram votação para diretores de escola com base em listas tripliques. A partir da década de 60, iniciou-se no país o processo de escolha democrática de dirigentes escolares. A partir da década de 80, e nos dias atuais, tem havido grande preocupação em relação ao processo de escolha de diretores escolares nos municípios e estados brasileiros, o que vem estimulando um permanente questionamento sobre o papel do dirigente escolar, na construção de uma gestão democrática da escola pública.

Nas últimas décadas, o incremento de experiências inovadoras no setor educacional trouxe a tona, por sua vez, novos elementos para repensar os desafios acerca da poética educacional, seu alcance, embates e perspectivas, destacando-se as lutas em prol da democratização da educação e da escola. Dentre essas lutas, destaca-se a pro-alfabetização das formas de provimento de cargo de dirigente escolar adotadas no país, particularmente a livre indicação de dirigentes escolares pelos poderes públicos. O questionamento às formas de

Indicação possibilitou a emergência de novas modalidades de escolha, destacando-se, nesse processo, a defesa da eleição direta para dirigentes escolares, em contraposição ao caráter autoritário e cliente lista até então existente nas práticas escolares.

Podemos estabelecer, para fins desta análise quatro categorias de escolha de diretores escolares: nomeação, concurso, esquema misto e eleição.

Nomeação — o processo pelo qual o diretor é escolhido pelo governador do estado ou prefeito do município o que é considerado clientelismo. Modalidade que permite a transformação da escola naquilo que, numa linguagem do cotidiano político, pode ser designado como “curral” eleitoral, identificando-se com a política do favoritismo e da marginalização das oposições. O papel do diretor, ao prescindir do respaldo da comunidade escolar, caracteriza-se como instrumentalizador de práticas autoritárias, evidenciando forte ingerência do estado na gestão escolar.

Concurso público — como modalidade adotada para nomeação do diretor, vários interlocutores têm defendido esta tese, por se imputar a ela a objetividade na escolha de méritos intelectuais.

Um argumento favorável à escolha por concurso é que ele defende a moralidade pública e

evita o apadrinhamento político, porém não confere a liderança do diretor diante dos segmentos que compõem a escola, como também não se avalia o desempenho dele, uma vez que apenas as provas escritas e a titulação apresentada bastam para aprovação ou reprovação dos candidatos.

Esquema misto — esse processo de escolha apresenta-se, na maioria das vezes, com duas ou mais fases incluindo provas que avaliam a competência técnica e a formação acadêmica do candidato. Levando-se em consideração experiência administrativa, capacidade de liderança.

A comunidade escolar participa de algumas fases do processo de seleção, com esse envolvimento o diretor acaba tendo compromisso com aqueles que o escolheram ou indicaram.

A partir da constituição de 1988, muitos administradores deixaram de indicar diretores de escola, dando início ao processo de implantação de gestão democrática do ensino, mesmo antes de sua regulamentação, permitindo a eleição dos dirigentes escolares. Como a editoria da eleição de diretores de escolas no Brasil é marcada por avanços e retrocessos, não podemos mais depender da vontade política das constituições estaduais e leis orgânicas municipais.

Dessa forma, devemos aproveitar a experiência democrática existente no país e a partir daí regulamentar o princípio de gestão democrática do ensino público, na forma da lei previsto no artigo 206, inciso vi, da constituição federal. Portanto, necessário se faz que sejam discutidos pela escola, comunidade e toda sociedade os parâmetros de gestão democrática e que se construa coletivamente uma futura lei de gestão democrática.

A gestão democrática não se restringe apenas a eleição de diretores; terceiros que capacitar cada representante dos segmentos escolares da comunidade para que possa haver uma participação com maior segurança. A capacitação de todos os segmentos visa a um melhor entendimento de suas funções, conseqüentemente maior nível de participação.

Segundo Militão Apud Padilha o termo sujeito, acrescido dos adjetivos corporativo ou cultural, refere-se a um grupo de pessoas que age na sociedade conforme um critério comum, que

as identifica, de tal modo que se reconhecem como mutuamente pertencentes a uma mesma história e possuindo um mesmo destino como horizonte (1998: 7)).

Para Padilha o importante é que os sujeitos principalmente os culturais vivenciam um processo de capacitação através de programas custeados pelo estado e pela articulação dos diferentes sujeitos escolares, em torno dos problemas, dos interesses, das expectativas e das atividades cotidianas da escola. Se a escola estiver aberta a participação contribuirá para a construção da gestão democrática, a qual nos referimos.

Eleição — num processo democrático a escolha de dirigentes pelo conjunto dos sujeitos sociais aparece como um dos mecanismos mais legítimos e mais abrangentes de participação. Por isso, na busca de condução do processo educativo e numa perspectiva democrática, a eleição de diretores deve ser um dos mecanismos a serem utilizados pelas escolas.

Entretanto, ela se coloca apenas como um dos componentes de mediação da gestão democrática do ensino público e só terá repercussão de mudança no processo educativo se houver capacitação permanente para que o diretor se tome co-participante do processo democrático, um parceiro na condução da práxis coletiva.

A eleição direta vem satisfazer a vontade da comunidade escolar, pois ela. Se caracteriza pelo voto direto, representativo, por escolha uni nominal ou, ainda, por meio de listas tríplices e plurinominais. Portanto, a partir do momento em que o diretor é escolhido por todos os segmentos da escola, para um mandato determinado por lei, assumiram responsabilidade junto a comunidade escolar que o elegeu.

O processo de eleição direta confere ao diretor mais segurança no seu trabalho, maior envolvimento nas questões pedagógicas administrativas e nas ações políticas.

Enfim, as eleições diretas tem sido, historicamente, uma das modalidades tidas pelos movimentos sociais e, particularmente, pelo movimento dos professores, como uma das formas mais democráticas de gerir a escola pública

A defesa dessa modalidade vincula-se a crença de que o processo implica uma retomada ou conquista da decisão sobre os destinos da escola. Eleição direta pressupõe também um compromisso maior do eleito com a comunidade que o escolheu, compromisso este que se revela na partilha do poder com seus pares, na descentralização das ações e, finalmente, maior

autonomia nas decisões da esfera escolar.

Segundo Cunha (1991: 444), a nova constituição Brasileira de 1988 trata da educação em diversas ocasiões. No que se refere aos direitos e garantias fundamentais, a educação é apresentada com um dos direitos sociais, ao lado de outros direitos básicos como: a

São de, o trabalho o lazer, etc.

No capítulo que trata da família, da criança, do adolescente e do idoso, o artigo 227, “determina como dever da família, da sociedade e do estado assegurar a criança e ao adolescente” o direito a educação ao lado de outros direitos. No artigo 205, específico da educação, esta é mencionada visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, preparando-a para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. A lei 5.692/71 já expressava essas finalidades nos objetivos do ensino de e graus.

O artigo 208 aponta para uma inovação jurídica constitucional, que diz: “O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo”. Reforça com o §2º “o não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público, ou sua oferta irregular, implica responsabilidade da autoridade competente”.

O art. 208 determina a obrigatoriedade do ensino fundamental, sem se referir a faixa etária ou número de anos letivos. A constituição de 1988 garante o acesso do trabalhador adolescente a escola (art. 227i).

A constituição obriga ao estado o ensino fundamental gratuito para todos, incluindo os que não tiveram acesso a ele na idade própria, acrescentado a oferta de outras garantias escolares como atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência física, creche e pré-escola, as crianças de 0 a 6 anos de idade: ensino noturno regular que atenda as condições do educando.

E conclusivo que o desenvolvimento do processo educacional no Brasil. Em sua origem, esteve direcionado aos interesses da classe dominante, dado que, basicamente, restringia-se a formação das novas gerações oriundas das elites. Os traços mais gerais da historiografia sobre a educação Brasileira apontam limites bastante preciosos quanto a existência de projetos educacionais destinados a maioria da população.

O caráter seletivo da educação é visível nos vários cenários político-sociais do país, demonstrando que, nestes, a expansão do ensino público realizou-se num lento processo, cuja

consolidação mais ampla em termos de “direitos de todos e dever do estado”, só se inscreve na constituição Brasileira, como caráter universal, em finais dos anos 80.

Com isso, a educação no Brasil apresenta características democráticas no sentido de acessar o saber socialmente produzido as gerações mais jovens originárias de amplas camadas da população.

No encaminhamento do processo, conviveram em tensão diversas correntes de pensamentos, com destaque para as influências do positivismo e seus desdobramentos e do pensamento liberal, que apontavam na direção de reformas educacionais, visando a superação da tendência humanista predominante até a constituição da república velha.

A sociedade Brasileira, a partir da redemocratização do país, passou por um processo de reordenamento no campo social, político e econômico. Esse reordenamento está expresso na nova constituição, promulgada em 1988. No campo educacional, do ponto de vista das formulações legais houve vários avanços, entre eles a garantia de gestão democrática no ensino público (artigo 206, iv). Esse dispositivo constitucional procura assegurar o caráter democrático do ensino público de tal forma que as instituições públicas possam criar uma cultura político-educativa de exercício do princípio democrático.

Na rediscussão e na revisão das práticas pedagógicas e das formas de gestão, constituiu-se em ponto importante a necessidade de se pensar sobre a gestão do público, a partir de uma concepção democrática. A concepção de gestão da esfera pública, com base nos pressupostos democráticos e na participação da sociedade civil, fortalece o caráter público do estado e de suas instâncias. Essa perspectiva se contrapõe a privatização da esfera pública e a apropriação do público pelos interesses privados. Nas instituições públicas, a gestão com base nos princípios democráticos recoloca a questão da natureza do poder, suas formas, e a possibilidade concreta de exercê-lo no processo democrático da ação coletiva.

Uma reflexão que está se processando no campo educacional refere-se a passagem de uma administração mais centrada na concepção autoritária para uma administração centrada nos princípios democráticos. Esse processo demanda não só uma mudança dos paradigmas de administração e de gestão, mas, especialmente, de uma mudança no enfoque teórico e no conteúdo da administração e da própria natureza e prática social da escola. Os conceitos de democracia e prática democrática precisam ser compreendidos e interpretados no interior da escola, para que a partir daí se estabeleça um processo de gestão que, fundamentalmente, esteja vinculado aos objetivos pedagógicos, políticos e culturais da comunidade escolar.

Zero concessão e a prática de gestão democrática ainda não estão suficientemente desenvolvidos nas organizações e nas instituições educacionais, mas, constituem um aprendizado

Eventualmente cometidas para que aquelas no uso de suas prerrogativas legais adotem as providências que cada caso venha a exigir. Os (‘conselhos precisam tomar conhecimento e analisar demonstrativos gerenciais mensais e atualizados. Relativos aos recursos repassados ou recebidos “a conta do fundo” os quais devem estar a disposição do conselho para que possam ser analisados os registros demonstrativos das despesas, pagamento dos professores, cronograma de obras escolares e estágios em que se encontram, enfim, toda aplicação do FUNDEF.

Portanto, necessário se oportunizar e promover curso de capacitação na área contábil *para* que dêem conheçam como executam e elaboram orçamentos públicos, pois existem regras definidas em leis que orientam essas ações. E de fundamental importância esse conhecimento, visto que o conselho é que aprova ou desaprova a prestação de contas a serem encaminhadas ao tribunal de contas.

O legislador entendeu ser necessária a criação de mecanismos de controle, dados os precedentes de desvio e maus usos dos recursos vinculados pela constituição federal para despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino. Tais mecanismos constituem um dos aspectos legais inovadores da legislação do FUNDEF.

A questão do controle social permanece como desativo para todas as instancias, em particular aquelas que entendem gestão democrática como controle publica das políticas sociais por parte das comunidades envolvidas.

Através do processo democrático e participativo, os conselhos escolares das escolas também tem o papel de acompanhar, fiscalizar e opinar sobre os recursos que são encaminhados para as escolas como a exemplo do PDDE - programa dinheiro direto tia escola, entre outros.

O conselho do FUNDEF tem a seguinte composição:

- Representantes do executivo (secretaria de educação):
- Professores e diretores de escolas publicas municipais do ensino fundamental assim como

servidores administrativos que se processa ao nível das instituições sociais e é expresso por suas práticas políticas e culturais no entanto, a escola, como espaço privilegiado de intervenção político-ideológico, traz, na sua essência pedagógica, a possibilidade de construção de novos paradigmas e pratica que priorizem a via democrática em si e na sociedade.

Dessa forma, o sentido democrático empregado para qualificar a condução de um processo de gestão está intimamente ligado aos valores da sociedade. Da cultura, da escola e, fundamentalmente, as concepções de cidadania e do saber, que fundamentam esse exercício de transformação da escola e da sociedade. Assim sendo, não se pode desvincular a gestão democrática do processo pedagógico educativo mais amplo, pois a escola educa e forma o cidadão por suas relações pedagógicas.

Uma administração desse tipo, ao se efetivar como fática democrática de decisões deve ser capaz de garantir a participação das comunidades encima e esquema, a fende de que assumam o papel de co-responsáveis no projeto pedagógico. Em consequência, esta fática produz resultado pedagógico concreto e mais seguro do que o mero discurso sobre a necessidade democrática. Concluímos que é na prática que se gesta a consciência democrática. Assim, através desse processo administrativo, os envolvidos vivenciam as situações de cidadania próprias da dinâmica social e o papel do cidadão nessa dinâmica. Num processo colegiado, assinala-se, ainda, a ênfase dada ao trabalho cooperativo e solidário, indispensável a vida em sociedade, se a administração participativa visa desenvolver um projeto educacional único e solidário, então sua essência é a cooperação. Esse processo de administração vincula-se intrinsecamente ao cumprimento da função social e política da educação escolar, que é a formação do cidadão participativo, responsável, crítico e criativo, através da produção e da socialização do saber historicamente acumulado pela humanidade.

E exatamente nesse processo participativo que poderá ir se consolidando uma proposta de escola democrática, visando à construção de uma nova ordem social. Nessa perspectiva, a tarefa dos agentes educativos (direção, especialistas, professores e administrativos) implica a compreensão de que seu trabalho se estenda ao compromisso com a totalidade do processo escolar, não se restringindo, por conseguinte, a sala de aula. Isso exige que todos percebam a dimensão político de seu trabalho e o significado social de se cor responsabilizar pela definição do projeto pedagógico a ser assumido pela escola que, em conjunto.

Com a sociedade, garantam a efetivação de uma prática pedagógica progressista levando-

os ao pleno exercício da cidadania. Isso significa que eles devem procurar garantir aos seus alunos a produção e a posse sistemática do saber científico historicamente acumulado, sem esquecer as experiências de vida e a realidade social daqueles a quem devem educar. Este aspecto tem o missão de elevar o nível de consciência crítica dos alunos e de introduzi-los na atualidade histórica e social de sua época, possibilitando-lhes uma atuação consciente e competente na transformação da história. Isso exige uma escola emancipadora que propicie aos alunos, além das condições de domínio do saber sistematizado, o efetivo exercício democrático de participação nas decisões da vida escolar através do desenvolvimento desse cooperativo.

Após a constituição de 1988, consolida-se a nova tendência de democratização da sociedade, trazendo a escola para o centro do debate da educação, discutindo a sua função política e social na formação do cidadão.

E o que diz Sofia Lerche Vieira, ao destacar a afirmação de caiu vez:

“cada comunidade política se caracteriza pela coexistência várias tradições, a escolaridade tem significado particular a escola c/c falo, a cidadania. A lugar as crianças deram, exclusivamente a família para integrarem—se numa comunidade mais ampla e que as indivíduos estão reunindo-se para vínculos de parentesco com e/e , mas pe/a obrigação .

Dessa forma, ha. Uma estreita articulação entre as relações de convívio social, a escola e a cidadania, pois é através do exercício, da convivência entre os seres diferentes que se aprendem normas para a sobrevivência da vida em sociedade. Entretanto, a escola não existe só para a convivência social, mas também pela “necessidade de transmissão de modo sistematizado do saber acumulado pela humanidade”. Esse papel a coloca em relevância através dos tempos, pois é uma instituição histórica, em cada sociedade, em cada tempo, com um modelo escolar apropriado a cada época.

“ A prática esco/ar consiste na concretização c/as condições que asseguram a realização do trabalho docente. Condições reduzem ao ‘pedagógico’, já que a esco/a cumpre funções que são dadas pe/a sociedade , que, por sua vez:, apresenta-se confissão constituída por classes sociais com interesse antagônicos. A pratica escolar; ass/m, tem atrás c/c si condicionais sócio-políticos configuram diferentes concepções de homem e a sociedade, consequentemente diferentes pressupostos sobre a escola, aprendizagem, relações professor—aluno, técnicas

pedagógicas . “.

Dessa forma, as escolas exercem funções políticas e sociais permeadas pelos interesses das classes sociais, recebendo influencia de varias ‘tendências e concepções do seu papel e sua função social para a construção da cidadania.

A partir da década de 80, acentuam-se discussões e debates de intelectuais, trabalhadores da educação e os movimentos organizados da sociedade civil em torno da gestão democrática e participativa, buscando novas formas de gerir a escola pública e escolha de seus dirigentes em substituição tradicional poética de nomeação do diretor escolhido pelo governador do estado ou perfeição, cujas indicações dos deputados e!ou vereadores, o que considerado clientelismo político, modalidade que permite a transformação da escola naquilo que, numa linguagem do cotidiano político, pode ser designado como “curral” eleitoral, identificando-se como política do favoritismo.

A descentralização não implica transferência de encargos, mas a reorganização dos espaços de atuação e das atribuições de diferentes instâncias do poder, introduzindo novos processos e instrumentos de participação e de controle sobre o que é de domínio público. Significa, portanto, descentralizar ações, processos e, principalmente, decisões, compartilhando o poder.

Quando os setores populares Brasileiros chegam ao ensino público, fazem-no praticamente num contexto de deterioração da qualidade do ensino, da infra-estrutura das escolas e até mesmo da formação dos professores, ou seja, de todos os trabalhadores da educação. Foi neste quadro caótico, deteriorado, que se deu a ampliação das oportunidades de escolarização para as camadas tradicionalmente excluídas.

A reforma tributária embutida na constituição de 1988 reforçou a arrecadação de impostos em geral e a destinação ou “disponibilizarão” deles para os estados e municípios, por um aumento de percentuais de transferência do FPE, FPM e ICMS, para compensar a queda da fatia do sub total de impostos disponíveis para a união, os 13% da educação passaram para 18%, conservaram-se os 25%, no mínimo, para os estados e municípios, que, em alguns casos por conta da pressão popular ou dos sindicatos dos professores aumentaram os percentuais em suas constituições e leis orgânicas.

Os maiores aportes entre os impostos federais vem do imposto sobre a renda (IR) e o

imposto sobre os produtos industrializados (IPI). Eles representam de 65% a 80% da arrecadação federal que, nos últimos anos tem tido a missão, de prover a maior parte das despesas do governo central como garantir o “agarramento federativo” por três transferências. O fundo de participação dos estados (FPE), ao qual se destinam 21,5% destes dois impostos; o fundo de participação dos municípios (FPM), com 22,5% e os fundos regionais de desenvolvimento (FNE, FCO e FNO), com 3%. A arrecadação de ir tem sido aperfeiçoada, resultando menos sonegação, mas oscila em função dos períodos de crescimento e estagnação econômica. Além de ser afetada nos momentos de arrocho salarial da classe média que contribuindo muito através do imposto de renda retido na fonte (IRRF). Outro imposto que resulta em transferência (50%) para os municípios é o imposto territorial rural (ITR) que potencialmente poderia custear toda a educação básica rural. Entretanto, o fato de ser subestimada, principalmente por não ser pago pela maioria dos grandes proprietários, acaba por ser insignificante.

A partir de janeiro de 1995, quando tornou posse o governo de Fernando Henrique Cardoso e o seu ministro da educação e desporto, Paulo Renato Souza, foi montada uma estrutura publicitária sem precedentes para fazer crer a população que estavam começando uma revolução educacional através de uma decisão político-financeira e um novo instrumento de gestão educacional.

A decisão político-financeira se consubstancia na “priorização” do ensino fundamental, através da subvinculação de 60% dos 25% já destinados a manutenção e desenvolvimento do ensino no âmbito dos estados e municípios. Tal foi o teor do PEC 233/95 que se transformou na emenda 14 da constituição federal. A emenda se caracteriza por restrições de direção e por desresponsabilização crescente da União com o ensino fundamental. O que esta tem de positivo tramitava no congresso nacional no texto da LDB: a distribuição mais clara dos encargos da união, estados e municípios quanto aos níveis de ensino e a substituição do processo de municipalização da lei 5692/71, pelo “regime de colaboração” entre sistemas.

O novo instrumento de gestão educacional o fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e valorização do magistério, pelo qual 15% dos 25%, de quatro impostos representam aproximadamente metade dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), passam a se redistribuir entre cada estado e seus municípios na proporção das matrículas em suas respectivas redes de ensino fundamental, mediante censo de matrículas do ano anterior.

A partir de 01/01/1998, com a implantação do ensino fundamental público Brasileiro, passou-se a contar anualmente com cerca de R\$ 1 bilhão (1,5% do PIB). Recursos vinculados à educação por força do disposto no artigo 212 da Constituição Federal, transferidos regular e automaticamente aos governos estaduais e municipais.

O fundo de natureza formada por 15% dos principais impostos e transferências, constitucionalmente devidos aos estados e municípios. No âmbito de cada estado, o valor gerado distribuído entre o governo estadual e os municípios nele localizados, de acordo com o número de matrículas no ensino fundamental das respectivas redes de ensino, mediante resultado do censo escolar, referente ao ano anterior, sendo o valor devido a cada governo utilizado exclusivamente para ações de manutenção e desenvolvimento desse nível de ensino, assegurada a destinação do mínimo de 60% do valor transferido, para remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício de suas atividades no ensino fundamental público, incluindo professores da educação especial, jovens e adultos e os responsáveis pela TV/escola.

O máximo de 40% deveria ser utilizado na cobertura das demais despesas previstas no art. 70 da Lei 9394/96 (LDB), que permite:

- Remuneração e aperfeiçoamento dos demais profissionais da educação. Os profissionais do ensino fundamental que atuam dentro do respectivo sistema de ensino (estadual ou municipal), seja nas escolas, seja nos demais órgãos integrantes do sistema e que desenvolvem atividades de natureza técnico-administrativa (com ou sem cargo de direção ou chefia).

- Aquisição, manutenção, construção e conservação de instalação e equipamentos necessários ao ensino:

Compra de equipamentos diversos, voltados para o atendimento exclusivo das necessidades do sistema de ensino fundamental público;

Manutenção dos equipamentos existentes (máquinas, móveis, equipamentos eletrônicos etc.). Para aquisição desses equipamentos (tintas, graxas, óleos, energia elétrica etc.), consertos diversos (reparos. Recuperações. Reformas, reposição de peças, revisões etc.);

Ampliação, construção (terreno e obra) ou abastecimento de escolas e outras instalações físicas de uso exclusivo do sistema de ensino:

Reforma total ou parcial, de instalação física (rede elétrica, hidráulica, estrutura interna, pintura. Cobertura, pisos. Muros, grades etc.), do sistema de ensino.

- manutenção de bens vinculados ao ensino. Neste item caracterizado o uso de qualquer bem utilizado no sistema de ensino (locação de *um* prédio para funcionamento de uma escola), com manutenção do bem utilizado, produtos consumidos (material de limpeza. Óleos, tintas etc.), reparos e consertos para o seu funcionamento.

- levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas. Visando ao aprimoramento da qualidade e it expansão do ensino. Estão inseridas as despesas com levantamentos estatísticos sobre alunos, professores etc., estudos e pesquisas sobre gastos com educação 110 município com custo aluno, por série, do ensino fundamental.

- realização de atividade-meio, necessitárias ao funcionamento do ensino. Despesas de custeio, serviços diversos de vigilância de limpeza, conservação, aquisição do material de consumo, utilizado nas escolas e demais órgãos do sistema e todo material pedagógico.

- aquisição de material didático-escolar c manutenção de transporte escolar, material desportivo utilizado nas aulas de educação física ou individual dos alunos, seja a título de empréstimo na biblioteca da escola ou para fins de doações aos alunos carentes.

- Aquisição de veículos escolares e manutenção dos mesmos para o transporte de alunos do ensino fundamental na zona rural.

A LDB estabelece, igualmente em seu art, 71, os impedimentos de uso dos recursos do FUNDEF. Esses recursos não poderão ser utilizados para pagamentos de:

- Pesquisa, quando ação vinculada instituições do ensino, ou quando efetivada pra dos sistemas de ensino, que não vise ao aprimoramento de sua qualidade, a sua expansão

- Subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural.

- Formação de quadros especiais para administração pública, sejam militares ou civis. Inclusive diplomáticos.

- Programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica e outras formas de assistência social.

- Obras de infra-estrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede escolar.

- Pessoal docente e demais trabalhadores da educação, quando em desvio de função ou em atividade alheia à manutenção e ao desenvolvimento do ensino.

- recursos na concessão de benefícios a famílias carentes, termos da lei 9533/97 (renda mínima).

- Integrantes do magistério, mesmo em atuação no ensino fundamental público. Que estejam em desvio de função ou a disposição de outra secretaria.

- Integrantes do magistério que, em atuação no ensino fundamental, estejam cedidos para instituições privadas de ensino.

- Pessoal que seja integrante do magistério.

- Integrantes do magistério em atuação em outros níveis da educação histórica (educação infantil e ensino médio).

- Inativos, mesmo que, quando em atividade, tenham atuado no ensino fundamental.

Os conselhos municipais de acompanhamento e controle social do FUNDEF tem por missão representar a comunidade na fiscalização dos recursos repassados no município. Cabe também aos conselhos a supervisão do censo escolar realizado anualmente e que servirem de base para o cálculo dos repasses de verbas do ano seguinte.

O controle exercido pelo conselho do FUNDEF e o controle direto da sociedade por meio do qual se abre a possibilidade de apontar as demais instâncias, falhas ou irregularidades

- Sindicato dos trabalhadores da educação e dos conselhos municipais caso exista

Existe uma exigência da sociedade civil organizada de que estes representantes sejam indicados pelos segmentos que o representam, isto feito em uma assembléia de cada segmento. Sendo essa indicação comunicada ao prefeito, para que, por ato oficial, proceda a designação dos indicados para o exercício de suas funções

A mobilização social e o estabelecimento de parcerias implicam a ampla participação da comunidade nos destinos da educação, desde a formulação geral da política educacional ate a gerencia das escolas, com controle social dos recursos públicos. Isso significa a reformulação do atual modelo de gestão na criação e funcionamento efetivo de órgãos colegiados e na presença cotidiana da família e da comunidade mios destinos da educação.

A lei federal nº 9424, de 24 de dezembro de 1996, que regulamentou o fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério — FUNDEF. Determinou que fossem constituídos conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEF: um federal e outros nos estados e no distrito federal e em cada município Brasileiro. O conselho tem como atribuição acompanhar e controlar a repartição, transferência e aplicação dos recursos do FUNDEF, que são os 15% dos seguintes impostos: fundo de participação dos estados (FPE), fundo de participação dos municípios (FPM), impostos sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) e imposto sobre produtos industrializados (in).

Os recursos do FUNDEF são creditados automaticamente em conta especifica no banco do Brasil. O valor devido a cada estado ou município é creditado, com a discriminação da origem dos recursos. Os créditos acontecem na seguinte periodicidade: a parcela de recursos do fundo, originário do ICMS, c creditada semanalmente (periodicidade de repasse do ICMS), de acordo com o calendário de cada estado; a parcela originária do FPE. FPM e IPI, exportação c creditada a cada decênio do mês (10, 20 e 30: periodicidade de repasses dessas transferências). A parcela originária da desoneração das exportações (lei complementar nº 87/96) e a transferência relativa a complementação da união são creditadas ao final de cada mês nas escolas. Não e tão fácil no entanto em que pesem todas as dificuldades apresentadas. Construir o projeto pedagógico da escola é um exercício de autonomia, de cidadania, de devolver aos seus profissionais, aos alunos e a comunidade estema. Uma esperança comprometida de alterar o contexto existente para a

melhoria da educação. Somente assim a escola estará cumprindo a sua função social, política e pedagógica de formar cidadãos críticos para a vida na sociedade e no trabalho.

A ausência da construção coletiva dessa identidade redundando em que as escolas não escolham, não arbitrem sobre seu fazer porque apenas “engavetam” projetos que são de pessoas anônimas e para uma instituição imaginária. Por essa razão, muitas escolas usam máscaras. Possuem falsas identidades, apresentam-se como abertas aos novos conhecimentos, mas agem como fontes de manutenção de verdade, cerceando tantas outras verdades. Escolas assim não conseguem fazer com que seus integrantes se identifiquem institucionalmente de forma que jamais chegarão a compreensão da cultura do grupo do qual fazem parte.

Para a escola concretizar a construção de seu projeto precisa. Ter clareza do aluno, do ser cidadão que deseja alicerçar estar organizada em princípios democráticos valorizar o interativo e por fim embora não menos importante que possa contar com os profissionais que priorizem as orientações teórico-metodológicas de construção coletiva do projeto.

Nesse sentido, o trabalho coletivo é definido por Guedes (1982), como “um recurso teórico-metodológico flexível, que explicita os propósitos as normas e os suportes estímulos (ópticos de uma concepção educativa

Por isso seu conteúdo intrínseco não é o que o válida mas a maneira consensual como se constrói, o que pressupõe um contexto livre de conexões e formas de autoritarismo portanto institucional extrapolando o inter-pessoal e chegando as estruturas e as funções específicas da escola.

O projeto político deve ter como princípios norteadores a igualdade de condições para acesso e permanência na escola a qualidade que deve servir a todas as camadas sociais, sem distinção e sem privilégios com minorias econômicas a gestão democrática explicita na constituição federal (1988), como princípios presentes nas dimensões pedagógicas,

O valor do fundo a ser repassado mensalmente não é equivalente a 1/12 do repasse anual. O repasse anual é sempre estimulado portanto, sujeito a variações, para mais ou para menos por outro lado, a receita tributária tanto da união quanto dos estados, pode sofrer variações de um

mês para outro, provocando valores de repasses diferenciados entre meses do mesmo assim. Assim, o valor de um mês não será obrigatoriamente, nem igual ao do mês anterior, nem ao subsequente e a transferência é realizada com base nos valores efetivamente arrecadados e estes sofrem variações

Apos quase dois anos da implantando do FUNDEF. Já é possível uma avaliação clara dos seus efeitos no que diz respeito a “manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental”. Bem como a valorização do magistério”.

A pretensa melhoria da educação anunciada pelo governo previa investimentos de pelo menos, R\$ 871 milhões de verbas da união no ensino fundamental público onde a melhoria salarial dos professores nos estados e municípios seria de no mínimo R\$ 300,00.

O governo federal, através da emenda constitucional nº 14 e sua regulamentação na lei nº 9424/96 (lei do FUNDEF), fez três vetos:

- Corte das matrículas da educação de jovens e adultos (mais de 2 milhões de alunos)
- Inclusão de verbas do salário-educação (eliminando a entrada de novos recursos)
- Repasse de 70% da quota estadual do salário-educação aos municípios proporcional ao número de alunos matriculados no ensino fundamental.

Segundo estimativa do tesouro nacional (stn), no que diz respeito a arrecadação o custo-aluno, ao ano, do fun def seria. Na pior das hipóteses de R\$ 430,00 mesmo aumentando a matrícula em 1.800.000 no ensino fundamental público o que acarretaria um repasse da união na ordem de R\$ 2 bilhões.

A união congelando o valor mínimo anual por aluno, repassa exatamente quantia igual por aluno para cada um dos oito estados “abaixo dos R\$ 31 5,00” e torce por um aumento na arrecadação puxado possivelmente pela inflação nestes estados, o que progressivamente reduziria a complementação da união como aconteceu em 1998, quando alagoas e Paraíba perderam seus repasses a partir de maio. Os estados e municípios, por sua vez, aumentariam sua contribuição, seja por aumento de arrecadação ou por aumento de alíquota vinculada.

Diante dessas distorções, toma-se imprescindível a discussão para a implantação de uma

proposta de financiamento da educação básica, ou seja, um fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica pública e de valorização dos profissionais da educação FUNDEB

O FUNDEB possui características e regras já atribuídas ao FUNDEF. Sendo que todos os impostos vinculados a educação são distribuídos segundo as matrículas entre as redes estaduais e municipais, com maior parte dos recursos destinados ao pagamento de todos os profissionais da educação pública em efetivo exercício.

Aspectos diferenciadores do FUNDEB em relação ao FUNDEF:

- Levará em conta toda a necessidade de escolarização para efetuar o cálculo de custo, prevendo, assim, condições de financiamento para que todos possam ter acesso;
- Custo-aluno-qualidade diferenciado, de acordo com os diversos níveis modalidades e situações de ensino;
- Conselhos gestores dos recursos e prioridades de acordo com os planos estabelecidos para educação primando pela ampliação dos investimentos públicos em educação. Esta é a concepção da defesa da escola pública do povo e não do governo.

A concepção do FUNDEB será de uma redistribuição ampliada e mais justa, que dará a cada aluno, dentro do mesmo estado, um tratamento igual. Exigirá ainda planos estaduais e municipais, com o objetivo de atender todas as demandas da educação básica, superando-se, dessa forma. A atual competição por matrícula do ensino fundamental. Outro aspecto a ser levado em conta é a definição de um piso salarial nacional para os profissionais da educação garantindo que 80% dos recursos sejam utilizados para o pagamento dos profissionais. Porém necessário se faz maior arrecadação de impostos, com ou sem reforma tributária racionalização no uso dos recursos da educação, enfrentar definitivamente a questão custo/aluno/qualidade, prevista pela constituição e pela LDB.

Não podemos tratar o FUNDEB fazendo apenas a “re-distribuição da miséria” como atualmente acontece com o FUNDEF e redefinindo uma maior participação da união a proposta do FUNDEB é ampliar os recursos federais vinculados, dos atuais 18% para 20% e comprometer a união para que tenha recursos suficientes a fim de complementar os FUNDEB's estaduais

garantindo assim, que seja atingido o custo/aluno/qualidade esses recursos deverão vir dos impostos e, em parte, de contribuições sociais, tipo Cofins e Salário-educação

Os conselhos estaduais, a confederação dos trabalhadores da educação e sindicato dos trabalhadores da educação, participaram em Brasília no mês de outubro de 2005. De um encontro promovido pelo conselho nacional do FUNDEF e pelo MEC, onde entre outras reivindicações figuraram a alteração da forma de acesso aos conselhos ao invés de indicação eles defendem eleições diretas, como também a cobrança da aplicação do art. 6º da lei 4924. Que diz respeito ao custo aluno. Com base no que, esse custo hoje seria R\$ 5 12.00 para os alunos de 1º a 5º a 88 série de R\$ 349,00.

2.4 - A ORGANIZAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO UM PROCESSO DE CONSTRUÇÃO COLETIVA

A construção do projeto político-pedagógico pressupõe a existência de uma gestão participativa, compartilhada para gerir. Nortear, acompanhar e aviar as ações técnico-pedagógicas e culturais desenvolvidas pela escola. Nesse sentido, é importante compreender que esse tipo de gestão não se constrói de “cima para baixo ou seja, sob a determinação de um grupo iluminado que indica quais ações são cabíveis para a escola; muito pelo contrário a escola toma-se democrática pelo compartilhamento das decisões o qual implica colaboração, co-participação e solidariedade de toda comunidade interna e externa a escola, com vistas a construção de uma proposta pedagógica que ao exercício da cidadania, por meio de um ensino de qualidade.

Segundo Veiga (1995), o projeto político:

E um processo democrático de que se preocupa forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos buscando eliminar as relações competitivas corporativas, rompendo! A rotina do mundo impessoal racionalizado da burocracia que permita as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquia

E bom ressaltar o entendimento que a escola deve ter sobre algumas concepções que envolvem o projeto político-pedagógico ou simplesmente projeto pedagógico.

- toda ação pedagógica carrega em seu bojo uma determinada visão de mundo, de homem e de sociedade. Portanto, não existe neutralidade no ato pedagógico. Ele é essencialmente político porque traduz os nossos valores, crenças, nossa história de vida! Quando estamos em sala de aula, implicitamente transferimos essa história nas diferentes formas de ensinar de avaliar ou mesmo de relacionar-se com os alunos. Quem ainda não reproduziu alguma atitude de um professor/professora que marcou a nossa trajetória educacional? Até que ponto essas marcas tem contribuído ou dificultado a nossa prática pedagógica?

- o projeto pedagógico da escola não pode ser confundido com o ato formal do planejamento: preenchimento de formulários, plano de aula, de ensino, calendários ou cronogramas de

atividades); vai mais . O projeto pedagógico é muito mais do que a formalidade de um plano que, via de regra, permanece sempre no campo do instituído, do formal.

Esta compreensão implica a clareza de que a escola deve avançar, com seus profissionais. No campo sem perder de vista o *instituído* na medida em que adota uma atitude de reflexão permanente sobre a educação sobre o ensino, sobre o aluno, sobre a prática pedagógica que se desenvolve na escola, discutindo, analisando programando as ações do seu cotidiano.

Finalmente essa nova visão de trabalho escolar certamente encontrara inúmeros desafios, principalmente diante da relação de poder da cultura acomodatória ainda existentes

Como *vimos* os artigos acima citados o estado trata o indevido como uma pessoa que não deve sofrer descrição nem de respeito podendo também questionar os critérios avaliativos buscando outras substância para averiguar a sua veracidade. Refere-se ainda aos valores culturais artísticos e históricos inerentes ao contexto social do indivíduo como fórum de liberdade de criação e acesso à cultura ou seja a escola deve respeitar as experiências trazidas pelo indivíduo.

2.5 UMA NOVA CONCEPÇÃO DE ESCOLA

A escola é vista como o lugar que não apenas é uma intromissão de uma política de estudo, e sim, é tida como um espaço que tem de ser organizado como instrumento positivo ou negativo para aquisição do conhecimento. Portanto, a escola é um ambiente inter-social, o que a torna aberta, exigindo dessa forma a participação da sociedade e todo um corpo técnico administrativo, que serão assim responsáveis diretos pelas mudanças e por um processo ensino-aprendizagem, capazes de incorporar a cidadão a sua vida social. Preparar a cidadão para a incorporação no mundo do trabalho e a sua formação na vida pública são funções que a sociedade encarrega a escola.

O mundo da economia parece requerer, tanto na formação de idéias como no desenvolvimento de disposições e condutas, exigências diferentes às que demanda a esfera política numa sociedade formalmente democrática na qual *todos os indivíduos, por direito, são iguais perante a lei e as instituições*.

(Sacristan, 1998:15).

A função da escola, concebida como instituição especificamente configurada para desenvolver o processo de socialização das novas gerações, aparece puramente conservadora:

Garantir a reprodução social e cultural como requisito para a sobrevivência mesma da sociedade.

A escola deve preparar os alunos para que se incorporem à vida adulta e pública de modo que se possa manter a dinâmica e o equilíbrio nas instituições, bem como as normas de convivência que compõem o tecido social da comunidade humana.

Geralmente há uma certa desigualdade entre a conscientização do professor e a instituição escolar. Segundo Novoa (1995:15) “as instituições adquirem uma dimensão própria, enquanto espaço organizacional onde também se tomam importantes decisões educativas, curriculares e pedagógicas”. Observa-se assim, que essa nova atenção concedida às organizações escolares, é

uma questão científica e pedagógica. “a educação, num sentido amplo, cumpre uma individual função de socialização, desde que a configuração social da espécie se transforma em um fator decisivo na humanização e em especial da humanização do homem”. (Sacristan, 1998:13).

E função primordial da escola atender e canalizar o processo de socialização, que é a educação. Por isso, faz-se necessário que a escola tenha o seu projeto pedagógico, com objetivos definidos, pois além de levar o conhecimento, a escola deve requerer em seu projeto a formação de habilidades, idéias, capacidades formais, bem como interesses e conhecimentos, facilitando assim o processo educativo. “é importante indicar que os mecanismos de socialização na escola se encontram no tipo de estrutura de tarefas acadêmicas que se trabalha na aula e na forma que adquire a estrutura de relações sócias da escola e da au/a”. (Sacristan, 1998:18).

Em centro o professor como elemento essencial ao desenvolvimento desse mecanismo é que se percebe a necessidade de haver major interação entre escola, professores e sociedade. Já é comprovado que o processo educativo, seguindo-se essa teoria, é rentável e os resultados são mais positivos. Isso é um trabalho que, com certeza não terá a sua concretização em um curto espaço de tempo, porém na atualidade já se pensa na contradição que há entre o que o professor faz na sala de aula e o que o aluno espera que ele faça. Consoante Novoa :

Parece evidente que é justamente no contexto da organização escolar que as inovações educacionais podem implantar-se e desenvolver-se. Num certo sentido, não se trata tanto de inovar, mas de criar condições organizacionais para que a inovação aconteça, para que as experiências pedagógicas sejam sistematicamente destruídas com argumentos burocráticos, para que os profissionais do ensino se sintam motivados e gratificados por participarem em dinâmicas de mudança.

A escola pode trabalhar e desenvolver todas as contradições que as modernidades apresentam, haja vista já ser bastante compreensível que a escola deve ser uma organização aberta a comunidade responsável a formação integral do homem, a que toma outros caminhos obsoletos.

As evidências observadas que geram essas contradições somente podem ser sanadas mediante uma socialização integrada, envolvendo escola, corpo técnico, professores, alunos e sociedade em geral.

Como afirma Novoa (1993:30). *“a cultura organizacional é composta por elementos vários, que condicionam tanto a sua configuração interna, como o estudo de interações que estabelece com a comunidade”*.

Baseados em todos esses pressupostos, envolvendo toda essa problemática constante, podemos caracterizar uma nova organização escolar cada vez mais atuante e aberta, consciente do seu papel, dinâmica e participativa, que atenda aos anseios de uma sociedade impaciente, visto a necessidade de acompanhar as modernizações por que passam o mundo e a evolução do sistema.

CAPÍTULO III A GESTÃO DEMOCRÁTICA DOS RECURSOS FINANCEIROS NO ENSINO FUNDAMENTAL

A gestão educacional abrange as dimensões pedagógicas, pessoal, de recursos materiais e de recursos financeiros. A administração da escola é uma administração pedagógica, porque está voltada para a formação do aluno.

A gestão dos recursos materiais e financeiros devem se dar em um planejamento do conselho escolar, para decidir a que comprar e que serviço deverá realizar, observando as reais necessidades da escola. Deverá primar pela qualidade dos produtos ou serviços, atendendo aos objetivos do sistema de ensino.

Espera-se que a escola tenha a sua proposta pedagógica, porque a gestão dos recursos materiais e financeiros devem estar a serviço dessa proposta.

No âmbito dos recursos materiais, incluem-se a estrutura física do prédio, ou seja, salas de aula, sala de professores, áreas de recreação, de educação física instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias, espaço próprio para reuniões com a equipe escolar e com a comunidade. Incluem-se também os bens móveis, como: equipamentos, materiais escolares, etc. Todos os recursos materiais deverão ser adequados ao tipo de serviço realizado pela escola.

Segundo a LDB, artigo 40, inciso x, são “padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem ”

Para aquisição de materiais e contratação de serviços, deve-se fazer o equilíbrio entre a economia dos recursos financeiros e a qualidade dos bens e serviços adquiridos, realizando pesquisas de preços e considerar o menor preço sem detrimento da qualidade do produto ou serviço.

3.1 - FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL

O sistema educacional Brasileiro é dividido em educação básica e ensino superior. A educação básica é composta pelo ensino fundamental e pelo ensino médio. O ensino fundamental é obrigatório pelo estado e a educação infantil e o ensino médio, apesar de não serem obrigatórios, devem ser garantidos pelo estado.

Sendo a educação um dever do estado, a constituição federal no artigo 211, estabelece as esferas do poder público responsáveis para mantê-la. Essa competência é dos estados, do distrito federal e dos municípios. A união exercerá *função redistributiva e supletiva* e prestará “*assistência técnica e financeira*” para garantir a qualidade do ensino.

Como essa qualidade do ensino está assegurada na constituição federal no artigo 206, inciso VII e na LDB no artigo 40, inciso IX, a educação passa a ser um investimento, porque proporciona ao educando uma formação adequada para o desenvolvimento de suas aptidões, forma cidadãos e dá condições de se inserir no mercado de trabalho. Por esse motivo, o setor educacional é o único que tem verbas vinculadas constitucionalmente, garantindo proporções mínimas de recursos públicos para investimento na educação.

Além do valor correspondente ao mínimo, conforme a constituição federal, acrescenta-se a receita de convênios, do Salário-educação, de serviços prestados por órgãos educacionais, de operações de crédito e do FUNDEF. Também financiam a educação pública os créditos internos, como parte da receita do FAS — fundo de apoio ao desenvolvimento social, crédito educativo e arrecadação de loterias. Observa-se que há uma grande preocupação com os recursos destinados ao ensino público porém, falta um maior envolvimento da sociedade no planejamento e na execução orçamentária.

A emenda constitucional no 14 de setembro de 1996, regulamentada pela lei nº 9.424 de 24 de setembro de 1996 e pelo decreto no 2.264 de junho de 1997, criou o fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério — FUNDEF, introduzindo novos critérios de distribuição e utilização de recursos dos principais impostos de estados e municípios. O FUNDEF só foi implantado em 10 de janeiro de 1998.

Os recursos deste fundo destinam-se ao ensino fundamental público e são aplicados na *“manutenção” e no desenvolvimento do ensino “*.

Estudos realizados por pesquisadores, apontam que houve diminuição do percentual de recursos governamentais para a educação, decorrente do acordo firmado pelo governo Brasileiro com o fundo monetário internacional (FMI), em 1998. Esse acordo é um ajuste econômico que visa a geração de superávits primários de estados e municípios, negociado pela união, porém, sem consultar os principais responsáveis pela educação básica no Brasil que seja, estados e municípios. Para negociar, o governo ofereceu altas taxas de juros, vendeu patrimônios a preço baixo e favoreceu o mercado de bolsa de valores, aumentando as despesas na esfera federal atingindo o MEC e os investimentos diminuíram

Para o país pagar sua dívida, houve corte nos gastos internos principalmente na área de educação, por serem maiores as despesas, principalmente no pagamento dos salários, apesar de serem baixos, devido ao grande número de professores existentes e necessários para atender ao número crescente de alunos, ocorrendo então, a redução de despesa por aluno e a diminuição do acesso do professor a escola e a carreira docente. Tudo isso, pode trazer efeitos danosos sobre a qualidade do ensino, atingindo sobremaneira os alunos menos favorecidos socialmente, por representarem a maior clientela da escola pública

A maior redução dos investimentos do MEC ocorreu no FNDE, prejudicando os programas que visam atender ao ensino fundamental, tomando-se necessário recorrer a empréstimos ao Banco Mundial. O governo protege dos cortes apenas os 25% dos recursos vinculados constitucionalmente a educação, o FUNDEF e o FUNDESCOLA.³ O FUNDEF está garantido pela emenda constitucional no 14 e pela lei nº 9.424/96, e a FUNDESCOLA está garantido, porque é um empréstimo efetuado ao Banco Mundial e a governo não pode descumprir o acordo.

A lei permite que sejam repassados recursos financeiros diretamente para as unidades escolares, a partir de uma avaliação do governo federal sobre a atuação de governos estaduais e municipais, independentemente da elaboração de planos nacional, estadual ou municipal de educação. O artigo 15 da LDB estabelece que os sistemas de ensino assegurarão a autonomia de gestão financeira da escola.

3.2 LEGISLAÇÃO E FONTES DE RECURSOS

Conforme o artigo 212 da constituição federal, as principais fontes de recursos para a educação, são as receitas resultantes de impostos vinculadas a “*manutenção e desenvolvimento do ensino*” e a fonte adicional da contribuição do Salário-educação.

O artigo 68 da LDB estabelece que os recursos públicos destinados a educação, são originários de:

- + Receita de impostos próprios da união, dos estados, do distrito federal e dos municípios;
- + Receita de transferências constitucionais e outras transferências;
- + Receita do Salário-educação e de outras contribuições sociais;
- + Receita de incentivos fiscais;
- Outros recursos previstos em lei.

Somente a parcela referente a arrecadação de impostos excluindo portanto, as contribuições e as taxas, é vinculada constitucionalmente a educação, sendo 18% na união e 25% nos estados, distrito federal e municípios, no mínimo. O percentual vinculado a educação é calculado sobre a receita de impostos municipais mais a transferência de parcelas de impostos da união e dos estados (estado repassa para a município), ou sobre a receita líquida de impostos estaduais mais a parcela de impostos federais, no caso de estados. Segundo Davies (1999):

O percentual é mínimo, e não, máximo, como muitas autoridades costumam pensar, e que a obrigação das autoridades não reside na aplicação do mínimo, mas sim de percentual igual ou superior mínima que atenda, em colaboração com a outra esfera governamental (estado ou município), as necessidades educacionais (ensino fundamental e educação infantil, no caso do município, e ensino fundamental e ensino médio, no caso dos estados) da população, conforme estipuladas nas leis orgânicas, constituição estadual constituição federal e LDB. Se o percentual

foi insuficiente para atendê-las (o que é provável), ele deve ser ampliado até o valor que permita tal atendimento. (p.44).

Apesar da vinculação constitucional dos recursos, muitas vezes, são desviados para outras finalidades que não atendem aos objetivos básicos da escola, como por exemplo, a cultura, a esporte, as atividades cívicas, etc. Sabe-se, ainda, que a sonegação, a isenção e a renúncia fiscal, prejudicam o desenvolvimento educacional do país, porque impedem a geração de receitas.

O FUNDEF é formado no âmbito de cada estado, por 15% das fontes de FPM — fundo de participação dos municípios, FPE — fundo de participação dos estados, ICMS — imposto sobre circulação de mercadorias e serviços, IPI imposto sobre produtos industrializados, proporcional as exportações e desoneração de exportações — lei complementar no 87/96.

Além desses recursos, a fundo recebe uma complementação da união, quando a receita gerada não é suficiente para garantia do valor por aluno, fixado por ato do presidente da república. O artigo 6º, § 10 da lei no 9.424/96, dispõe que:

O valor mínimo anual por aluno, ressalvado o disposto no § 40, será fixado por ato do presidente da república e nunca será inferior a razão entre a previsão da receita total para a fundo e a matrícula total do ensino fundamental no ano anterior acrescido do total estimado de novas matrículas, observado o disposto no artigo 2º, § 10, incisos i e ii.

O número de matrículas é apurado por meio do censo escolar realizado anualmente pelo instituto nacional de estudos e pesquisas educacionais — INEP, do MEC, em parceria com os governos estaduais e municipais e com o acompanhamento do conselho de acompanhamento e controle social do FUNDEF. As matrículas referentes a educação de jovens e adultos não integram a base de cálculo para efeito de recebimento de recursos, embora possam ser realizadas despesas nessa área, se a escola tiver ensino fundamental e educação de jovens e adultos.

O cálculo do custo-aluno se faz dividindo-se o total dos recursos que compõe o fundo pelo número de matrículas no ensino fundamental do ano anterior, existentes no estado, e se retoma o

dinheiro ao estado e aos municípios de acordo com o número de matrículas multiplicadas pelo custo-aluno, que é uma média.

O valor mínimo por aluno/ano fixado para 2005 foi de R\$ 363,00 para alunos de 1ª a 4ª séries e R\$ 381,15, para os de 5ª a 8ª séries e da educação especial. Para 2006, esses valores foram fixados em R\$ 418,00 e R\$ 438,90.

Os recursos do FUNDEF destinam-se às escolas de ensino fundamental, incluindo educação de jovens e adultos e educação especial.

A finalidade do FUNDEF é arrecadar e repassar recursos financeiros aos governos estaduais e municipais, a cada dez dias, assim como os recursos financeiros estaduais para os municípios, para serem aplicados no ensino fundamental e fazer os cálculos dos gastos efetivos dos percentuais mínimos obrigatórios com correção trimestral e/ou ajuste de cálculo. Neste sentido, Baldijão (1999) se pronuncia, afirmando que:

O estado, assim como cada município, receberá dinheiro de volta na exata proporção da oferta de matrículas no ensino fundamental, multiplicado pelo custo-aluno a ser calculado anualmente de acordo com o disposto na lei nº 9.424/96 que regulamenta o fundo. Quando o custo-aluno não atingir um mínimo, exigido em lei, a união complementa o fundo, até que tal valor seja atingido.(p.2).

Os recursos do FUNDEF devem constar no orçamento do estado ou município, seja na previsão da contribuição à formação do fundo, ou na previsão da receita que advirá do fundo, depois de realizada a distribuição das receitas com base no número de alunos do ensino fundamental. A diferença entre esses dois vetores poderá resultar em ganhos de recursos, quando a receita proveniente do fundo for superior à contribuição do estado ou município para a formação desse mesmo fundo, ou resultar em perdas de recursos, quando a situação for inversa ou sem alterações, quando esses dois valores forem iguais.

O valor devido a cada estado ou município é creditado na conta do FUNDEF, com a discriminação da origem dos recursos. No mesmo mês são depositados os recursos da “fonte-mãe”. A parcela de recursos do fundo, originária do ICMS, é creditada semanalmente, de acordo

com o calendário de cada estado. A parcela originária do FPE, FPM e IPI exp. São creditadas a cada decênio do mês, ou seja, dias 10, 20 e 30 (período de repasse dessas transferências). A parcela originária da desoneração das exportações (lei complementar no 87/96), e a transferência relativa a complementação da união, são creditadas ao final de cada mês.

No orçamento público estão classificadas as receitas e as despesas. As receitas estão classificadas na categoria econômica como receita corrente e receita de capital. As receitas correntes referem-se a dívida ativa e outras receitas complementares, tais como, a tributária, correspondente aos impostos, taxas e contribuições de melhoria a patrimonial, a industrial, a de transferências correntes e outras receitas correntes. As receitas de capital resultam da efetivação das operações de crédito, transferências, alienação de bens, recebimento de dívidas e auxílios recebidos por órgãos ou entidades e outras receitas de capital.

As despesas classificam-se em despesas correntes e despesas de capital. Nas despesas correntes, incluem-se a manutenção dos órgãos públicos, como por exemplo o MEC na educação, e serviços realizados como: merenda escolar, saúde do escolar, livro didático, gestão eficiente, complemento federal ao FUNDEF, FUNDESCOLA e bolsa-escola, etc., que não são programas educacionais, mas que tem critérios e resultados educacionais.

A LDB em seus artigos 70 e 71 não admite que despesas com saúde do estudante e merenda escolar sejam consideradas “*manutenção e desenvolvimento do ensino*”, porque tratam-se de despesas assistências, vetando o uso dos recursos vinculados constitucionalmente à educação para essas atividades. A LDB pressupõe que o sistema coloque o foco da educação na escola, e, dentro da escola, no aluno. Diante disso, as despesas consideradas realmente educacionais são: livro didático, gestão eficiente, FUNDEF e FUNDESCOLA.

O MEC, por intermédio do FNDE, distribui nas escolas públicas livros didáticos, gratuitos e obrigatórios para atender ao programa nacional do livro didático (PNLD), bem como financia o programa nacional de transporte escolar (PNTE), repassando recursos às prefeituras e às organizações não governamentais (ONGs), mediante a contrapartida destes, de 1% em espécie, calculada sobre o valor total do projeto, para garantir o transporte dos alunos das escolas públicas de ensino fundamental e escolas de educação especial, com o objetivo de garantir o acesso e a permanência deles na escola.

A execução orçamentária da despesa, passa pelos estágios de empenho, liquidação e

pagamento. Na contratação de serviços e obras, respeita a lei no 8.666/93, que define as regras para licitações e contratos no setor público

As despesas de capital, em se referido a educação, são realizadas com a expansão e/ou construção de escolas e universidades. As operações de crédito definidas no orçamento público coma receitas de capital, são financiamentos do Banco Mundial.

O Banco Mundial é composto por instituições internacionais que pretendem erradicar a pobreza no mundo, apoiando os países subdesenvolvidos, com implementações de projetos econômicos e sociais, tendo atuação em 100 países. Para concessão de empréstimos, o banco exige que o país seja membro da instituição e que apresente pesquisas sociais e econômicas que justifiquem a necessidade, e exige uma contrapartida de 50% do valor financiado. Conforme Ramon (2002), *“hoje, 54 projetos Brasileiros contam com financiamento do Banco Mundial, totalizando aproximadamente 05 \$ 5,32 bilhões. Desses, as*

Ações da área educacional em implementação somam financiamento do 05\$ 666,63 milhões” (p.47).

Essa política de financiamento externo, recupera os custos da educação, favorecendo a qualidade do ensino, no entanto, o governo fica submetido as condições estabelecidas pelo banco, que define critérios de implementação e execução das metas previstas, com objetivos voltados para atender aos seus interesses, ou seja, os interesses capitalistas dos países desenvolvidos, que visam principalmente a privatização da educação. A educação é vista como uma área de gastos governamentais e também representa lucros pelo tamanho do mercado e da economia. O setor privado está interessado em definir as características da educação, para que saiam trabalhadores que sirvam as suas necessidades. Para eles, a produção do saber escolar restringe-se ao conhecimento instrumental, o qual tem sido utilizado na competitividade do mercado.

A transparência da gestão orçamentária está garantida pela lei complementar no 101 de 04.05.2000, Lei de Responsabilidade Fiscal.

A educação infantil, a educação de jovens e adultos e o ensino médio são financiados como modalidade integrante da educação básica, para a qual o direito constitucional assegura. Os mecanismos para isso são os mesmos definidos para a educação básica regular.

Conforme a constituição federal, art.30, inciso vi, compete aos municípios *"material, com a cooperação técnica e financeira da união e do estado, programas de educação pré-escolar e do ensino fundamental "*, no entanto, isso não ocorre. A união e o estado deixam a educação infantil exclusivamente sob a responsabilidade do município. Também os recursos do FUNDEF não podem ser destinados a este nível de ensino, porque violaria a emenda constitucional no 14. Os municípios tem reivindicado fixação de valores mais elevados para ampliar os recursos da união, destinados a complementação dos fundos estaduais, mas permanece a mesma política de financiamento. Conforme Cury (2002):

Sendo a educação infantil a base da educação básica , tendo apenas 5 milhões de crianças nessa etapa, estamos longe de um acerto de contas com a democratização dessa forma de educação, especialmente se ela ficar apenas sob a responsabilidade municipal. Se estamos longe ainda de uma expansão nessa etapa, isso não pode significar que as 10% dos recursos que não ficaram subvinculados ao FUNDEF e os 25% dos impostos que não compõe o fundo, não devam ser rigorosamente aplicados em educação infantil.

O financiamento de toda a educação básica é uma necessidade. E já se prevêem a criação de um FUNDEB destinado a atendê-la.

Para atender a educação de jovens e adultos, o governo federal através da medida provisória nº 2.100/01 instituiu o programa de apoio a educação de jovens e adultos — programa recomeço, por meio do qual repassou recursos financeiros em 2001 e 2002 a 14 estados das regiões norte e nordeste e seus respectivos municípios e aos municípios dos demais estados, com índice de desenvolvimento humano idh baixo, para atender a jovens e adultos em idade entre 15 e 29 anos.

O salário-educação é uma contribuição social prevista no artigo 212 § 5 da constituição federal, de empresas com mais de 100 funcionários, que não mantêm escolas próprias, devendo contribuir para a educação de seus empregados e dependentes, com a alíquota de 2.5%, sobre a folha de contribuição previdenciária das empresas urbanas.

O salário-educação é recolhido mensalmente ao instituto nacional de seguridade social (inss) ou ao FNDE. Da arrecadação bruta, 1/3 é retido pelo FNDE, para ser utilizado em

programas e, projetos voltados para o ensino fundamental público, com o objetivo de propiciar a redução dos desníveis sócio educacionais existentes entre municípios, estados, distrito federal e regiões Brasileiras, constituindo a cota federal, sendo a principal fonte de recursos do mec. 2/3 são repassados mensalmente as secretarias estaduais de educação, para serem investidos em programas, projetos e ações do ensino fundamental, constituindo, a cota estadual. Pelo menos 50% dos recursos destinados a cada estado, devem ser distribuídos aos municípios, proporcionalmente ao número de alunos matriculados no ensino regular.

Só não contribuem com o Salário-educação as instituições públicas de ensino, as escolas confessionais, filantrópicas ou comunitárias, organizações de fins culturais, organizações hospitalares e de assistência social, a união, o estado, o distrito federal e os municípios, bem como suas autarquias e fundações. Dos recursos destinados a “manutenção e desenvolvimento do ensino”, no orçamento, 77% são previstos para a ensino superior e 33% correspondente ao salário-educação são aplicados pelo FNDE no ensino fundamental.

Os recursos do Salário-educação destinam-se exclusivamente ao financiamento do ensino fundamental público, conforme constituição federal, Art.212 § 5. A legislação que rege o Salário-educação está prevista na lei no 9.766 regulamentada pelo decreto federal nº 342 de 16 de agosto de 1999.

Com os recursos do Salário-educação, são financiados os programas do FNDE, tais como: programa nacional de alimentação escolar (PENAE) e programa dinheiro direto na escola (PDDE).

O PENAE é executado de forma descentralizada, com repasses de recursos pelo governo federal aos estados e municípios. Estes são responsáveis pela aquisição, preparação e distribuição de merenda escolar para os alunos de escolas públicas e filantrópicas de ensino fundamental e pré-escolar em todo o Brasil. E assessorado por um conselho de alimentação escolar e fiscalizado pelo tribunal de contas.

O PDDE⁴ foi instituído em 1995, com o objetivo de descentralizar as recursos financeiros, visando melhorar a infra-estrutura física e pedagógica da escola, reforçando inclusive, a participação e a auto-gestão escolar. O FNDE repassa para as escolas, a cada ano, recursos financeiros mediante crédito de dinheiro em conta bancária específica da unidade executora da escola que tenha uma quantidade de alunos superior a noventa e nove, na categoria econômica de

capital e custeio e apenas na categoria de custeio para as escolas com mais de vinte e menos de 100 alunos matriculados.

Esses recursos são destinados as redes estadual, municipal e do distrito federal de ensino fundamental e as escolas de educação especial mantidas por organizações não-governamentais (ONGs), sem fins lucrativos. O valor transferido a cada escola é determinado com base no número de alunos matriculados.

Os recursos do FUNDEF são aplicados no ensino fundamental regular, na educação especial e na educação de jovens e adultos. Conforme legislação, dos recursos transferidos, o mínima de 60% dos 25 % vinculados a educação, ou seja, 15% dos impostos e transferências, devem ser utilizados na:

- Remuneração dos professores (inclusive os leigos), e dos profissionais que exercem atividades de suporte pedagógico, tais como: direção, administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional, estando esses profissionais em efetivo exercício em uma ou mais escolas da respectiva rede de ensino.

O restante, correspondente ao máximo de 40% dos 25% vinculados a educação, devem ser utilizados em ações de “*manutenção e desenvolvimento do ensino*”, conforme artigo 70 da LDB, ou seja:

- Remuneração e aperfeiçoamento de demais profissionais da educação;
- Aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;
- Uso e manutenção de bens vinculadas ao ensino;
- Levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando principalmente ao aprimoramento da qualidade e a expansão do ensino;
- Realização de atividade-meio necessárias ao funcionamento do ensino;
- Amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos itens acima;
- Aquisição de material didático-escolar e manutenção de transporte escolar.

A utilização do recurso do FUNDEF descenderá ocorrer no próprio exercício. Cada estado e cada município deve ter um conselho de acompanhamento e controle social do FUNDEF, formado por quatro membros, representando a secretaria municipal de educação, professores e diretores de escola, pais de alunos e servidores das escolas e o conselho municipal ou estadual de educação, com as atribuições de acompanhar e controlar a repartição, transferência e aplicação dos recursos e supervisionar o censo escolar anual.

A administração dos recursos é de responsabilidade do poder executivo e da secretaria de educação, que tem a responsabilidade de aplicá-los em favor do ensino fundamental, na forma da lei. Se o conselho detecta problemas de legalidade na utilização dos recursos, deverá reunir provas e formalizar pedido de providências ao governante responsável, de modo que, no âmbito do próprio poder executivo, possa sanar o problema. Se necessário, deverá procurar os vereadores do município para buscar solução junto ao governante responsável e, ainda, se necessário recorrer ao ministério público e ao tribunal de contas.

A partir de janeiro de 2005, foi também permitido investir em capacitações e/ou habilitações de professores e ainda em remuneração e aperfeiçoamento dos demais profissionais da educação. A LDB em seu artigo 71, estabelece os impedimentos de uso dos recursos do FUNDEF (material permanente). São gerenciados pelo conselho escolar das unidades executoras. Devem ser utilizados mediante decisões democráticas do conselho escolar, fazendo o levantamento das reais necessidades da escola, tendo em vista o interesse coletivo da escola.

Os contratos de financiamento efetuado pelo governo federal com o Banco Mundial, tem por objetivo financiar as ações do FUNDESCOLA. Este programa do MEC é desenvolvido em parceria com as secretarias estaduais e municipais de educação, com o objetivo de ampliar a permanência do aluno na escola, assim como a escolaridade, nas regiões norte, nordeste e centro-oeste. São ações do FUNDESCOLA:

- Plano de desenvolvimento da escola — PDE, financia capacitações para pessoal docente, pessoal administrativo e de apoio pedagógico, bem como, as necessidades materiais da escola;
- Projeto de melhoria da escola — PME, financia ações previstas no PDE que se relacionam com a melhoria do desempenho dos alunos;
- Escola ativa busca aumentar a qualidade da educação oferecida nas classes multisseriadas de escolas de 1ª a 4ª séries, na área rural, financiando capacitações para professores;
- Projeto de adequação de prédio escolar - Pape, visa adequar os ambientes de sala de aula aos padrões específicos para esse tipo de atividade;
- Programas do MEC, promove, estimula e financia programas que busquem a melhoria da aprendizagem e ações do MEC destinadas à avaliação e melhoria da qualidade do ensino. As ações são inerentes ao programa proformação ou implementação dos parâmetros curriculares, au

ações desenvolvidas pelo INEP para o sistema nacional de avaliação educacional — SAEB e sistema nacional de informações educacionais — SNIE;

- Construção de escola, promove a construção de prédio escolar conforme necessidade identificada no micro planejamento de cada município da ZAP — zona de atendimento prioritário ou em áreas de comunidades indígenas, de remanescentes de quilombos e de assentamentos rurais;

- Equipamento para escola construída, promove a aquisição de mobiliário para as escolas construídas com recursos próprios do estado ou do município;

- Desenvolvimento institucional são investimentos nos vários níveis de gestão educacional das escolas, secretarias estaduais e municipais de educação e ministério da educação, que oferecem condições operacionais e técnicas básicas para que as estratégias adotadas pelo FUNDESCOLA sejam, gradativamente, incorporadas as rotinas e aos procedimentos dessas instituições

Para que possam receber esses recursos, os estados ou municípios deverão estar habilitados junto ao FNDE e adimplentes com o governo federal, no momento da aprovação do plano de trabalho anual (que descenderá ser elaborado pela rede de ensino) e da celebração do convênio, sendo obrigatória a contrapartida de 1% (um por cento) do valor total do PTA em recursos financeiros ou despesas realizadas no período da vigência da execução do convênio, com obras ou serviços necessários à consecução do objeto do convênio.

Os recursos da cota estadual Salário-educação são aplicados em programas, projetos e ações do ensino fundamental regular, especial e supletivo, de forma a melhorar a qualidade do ensino fundamental e assegurar a permanência do aluno na escola. Poderá ser aplicado em:

- Aperfeiçoamento dos professores;
- Construção, conservação e reformas de prédios escolares;
- Aquisição e manutenção de equipamentos escolares;
- Aquisição de material didático e de consumo;
- Manutenção de programas de transporte escolar;
- Estudos e pesquisas que visem aprimorar a qualidade do ensino fundamental.

O conselho estadual de educação acompanhará a aplicação dos recursos da cota estadual. Cabe aos tribunais de contas fiscalizar a aplicação dos recursos do Salário-educação.

3.4 PRESTAÇÃO DE CONTAS

Não ha um modelo pré-estabecido de prestação de contas do FUNDEF, no entanto, a legislação estabelece a obrigação dos governos estaduais, federais e municipais apresentarem demonstrativos contábeis para permitir o acompanhamento e exame dos recursos, em três momentos distintos, segundo a FUNDEF:

- Mensalmente — apresentação de registros contábeis e demonstrativos gerenciais, evidenciando os recursos repassados (caso dos governos estaduais que repassam parte de ICMS para a FUNDEF), recebidos e executados a conta do FUNDEF. Esses registros deverão ficar permanentemente a disposição do conselho de acompanhamento e controle social do FUNDEF;

- Bimestralmente — ate 30 dias após a encerramento de cada bimestre, por meio de relatórios do respectivo poder executivo (estado ou município), resumindo a execução orçamentária;

- Anualmente — por meio de prestação de contas do governo (estadual ou municipal) ao respectivo tribunal de contas, onde deverão estar demonstradas, de forma específica as despesas com “manutenção e desenvolvimento do ensino”, previstas no artigo 212 da constituição federal, destacando as aplicações por nível de ensino e a parcela utilizada com remuneração de profissionais do magistério” em efetivo exercício no ensino fundamental, a contribuição ao FUNDEF e as receitas originárias do FUNDEF.

As prestações de contas do PDDE e do PDE são feitas com a apresentação da documentação comprobatória das despesas realizadas e através de formulários encaminhados pelo FNDE, nos quais deverão constar as despesas de capital e de custeio, a saber:

programa dinheiro direto na escola:

- Demonstrativo da execução da receita e da despesa e de pagamentos efetuados;
- Relação de bens adquiridos ou produzidos;
- Atas do conselho escolar;
- Notas fiscais e recibos;
- Comprovantes de recolhimentos, se houver;
- Cópias de cheques;
- Extratos bancários;

- Cartão de CNPJ;
- Planilhas de pesquisa de preço;
- Parecer do conselho escolar.

Plano de desenvolvimento da escola:

- Comprovação de despesas para o FUNDESCOLA;
- Demonstrativo da execução financeira;
- Relação de pagamentos efetuados;
- Relação de bens adquiridos ou produzidos;
- Plano de trabalho;
- Atas do conselho escolar;
- Notas fiscais e recibos;
- Comprovantes de recolhimentos, se houver;
- Cópias de cheques;
- Extratos bancários;
- Cartão de CNPJ;
- Planilhas de pesquisa de preço;
- Parecer do conselho escolar.

O gestor encaminhará a prestação de contas a secretaria executiva de educação, para serem analisadas e reunir as informações, em um único demonstrativo sintético anual da execução físico - financeira —e lavrar parecer conclusivo sobre a aplicação dos recursos para encaminhar ao FNDE, até o dia 28 de fevereiro do ano subsequente ao repasse.

Para o PDDE a secretaria executiva de educação estabelece um prazo para a unidade executora apresentar a prestação de contas dos recursos que foram utilizados, de modo que, seja possível ao projeto de prestação de contas dos recursos financeiros/see, analisar a documentação e encaminhar 'as informações ao FNDE na data determinada. Este prazo inicia-se no dia do recebimento do recurso e termina no dia 15 de janeiro do ano subsequente. As unidades executoras poderão utilizar os recursos durante o ano letivo e poderão fazer aplicações

financeiras. Caso haja saldo na conta bancária, após a dia 31 de dezembro, poderão reprogramar os recursos para o ano subsequente e integrar uma posterior prestação de contas.

O prazo de utilização e de prestação de contas dos recursos do PDE estão definidos no convênio firmado entre a secretaria e a FUNDESCOLA.

As escolas de educação especial mantidas por ong, apresentam sua prestação de contas, conforme cláusula específica do convenia.

A prestação de contas do salario-educação do município, deverá ser encaminhada ao tribunal de contas do estado das diretrizes e metas estabelecidos.

O quadro abaixo apresenta as competências, funções conselhos:

Competencia	Função	- atribuição	Fatos
Conselho escolar	Consultiva	Emitir parecer (mediante registro isento)	relatório anual disciplina escolar calendário escolar fardamento segurança merenda escolar funcionários e alunos
Conselho escolar	Deliberativa	Aprova, decide e vota (quorum: metade mais um)	abertura de sindicância plano de expansão da escola prioridade dos recursos uso do espaço físico parcerias
Conselho escolar (elaborar) assembleia geral (aprecia e aprova)	Normativa	Regimento diretrizes e metas	elaborar o seu regimento auxiliar na elaboração execução do ppp, pdge e regimento interno da escola.
Conselho escolar	Avaliativo fiscalizador	Controle	projetos: ppp, pdge e outros orçamento compras

• caráter de imparcialidade na condução do processo: não deixar influenciar nem a voz e a valor nas reuniões do • zelar pelo compromisso da gestão conselho; escolar 'e as oportunidades de

• Intervir nas decisões da escolas; acesso, permanência e sucesso de apresentar sugestões

Assembleia geral			prestação de contas desempenho escolar:número de matricula,número de desistentes,número de aprovados e número de reprovados
------------------	--	--	--

Fonte: equipe de gestão da secretaria de estado da educação em alagoas, 2005.

0 conselho de escola como coordenador político e educativo do processo tem sua atuação orientada pelos seguintes referencias

- Ênfase nas decisões e no trabalho coletivo;
- Ética nas relações com a comunidade escolar e com os bens públicos;
- Defesa da transparência nas etapas do processa eleitoral .

manifestar-se no âmbito para defender as propostas do sua competência sem corporativismo;

- Ser capacitado para o exercício do cargo;
- Appreciar e respeitar as propostas dos demais segmentos;
- Ser conduzido ao cargo por mais um mandato;

Guardar sigilo sobre as questões que envolvem documentos públicos;

- Não renunciar por motivo banal ao cargo;
- Acatar e cumprir as decisões da Secretaria de Educação;

•As faltas justificadas dentro do prazo é ser ético no trato da demanda do regimento e nas relações sociais no trabalho;

- exigir a prestação de conta da escola; • respeitar as diferenças e limites
- reunir e informar seu segmento. Individuais

- tomar transparente as ações do conselho;
- participar do conselho sem remuneração.

Durante o processo eleitoral;

- Vivência dos princípios democráticos voltados para a exercia da cidadania;
- Compreensão da dimensão educativa da prática política;
- O respeito, a pluralidade de idéias, opiniões e posições e ate mesmo posições antagônicas

as nossas;

- Zelo na observância das normas acordadas e estabelecidas.

Assim, a escola não consegue participação da comunidade para a solução de problemas emergentes, sequer para bater a porta dos responsáveis. Daí, a pequeno numero de país nas reuniões. De outro lado, grande parte dos professores, malaria na composição do conselho, recusam-se a dele participar, fora de seu período de aula.

De tudo isso, resulta um certo individualista nas escolas e uma carga de trabalho major para a diretor, eleito o responsável para organizar e fazer funcionar a conselho escolar. Muitos cismam par uma escola democrática e participativa, mas poucos se mostram dispostos a assumir o trabalho que a ela acarreta. Outro fator, prejudicando a participação da comunidade, é a desânimo que se apossa de muitos diretores, quando não recebem a resposta esperada em suas convocações, muitas vezes, tendo que discutir questões relutantes com um número mínimo de participantes. E, quantas vezes, não lhes apresentam situações insólitas, quando peia omissão dos país e professares, são obrigados a transformar a eleição do conselho em simples escolhas, chegando, em certas ocasiões, a serem obrigados a impor relutantes candidatos. Eles alegam que “não querem se envolver”.

Contudo, tais percalços não devem desmotivá-los, pois a participação é algo que se aprende com a constante prática das deliberações conjuntas. Acreditamos que, ao sentirem que todos estão efetivamente decidindo sobre os destinos da escola e sobre coisas de interesses mútuos crescerão as adesões.

3.5 CONTRIBUIÇÃO DA GESTÃO NA ATUAÇÃO DOS CONSELHOS ESCOLARES

Apesar de a malaria das escolas da rede pública estadual de ensino em já estarem com seus conselhos formados, observamos que os mesmos não vem desempenhando adequadamente as atribuições que lhe são cabíveis. Esta constatação foi feita através de visitas feitas as escalas e aplicação de um questionário diagnóstico construído para esse fim.

Muitos são os fatores que contribuem para que o conselho de escola não

Atue efetivamente. Verificamos que os 10 (dez) mais comuns são:

1. Despreparo dos conselheiros para o cargo;
2. Falta de recursos para manutenção e funcionamento do conselho;
3. Ausência de regimento interno do conselho e da escola;
4. Omissão da comunidade escolar, especificamente as pais, nas assembléias;
5. Ausência de cronograma para reuniões ordinárias e assembléias gerais;
6. Falta de interesse dos conselheiras;
7. Falta de candidatos ao cargo;
8. Falta de estudo de grupo entre as conselheiros;
9. Medo de deliberar decisões punitivas;
10. Falta de espaço físico apropriado para funcionamento do conselho.

De acordo com as problemas diagnosticados faz-se necessário algumas ações por parte da escola, da coordenadoria regional de educação e da secretaria estadual de educação, voltadas para solucionar os problemas existentes.

No que diz respeito ao despreparo dos conselheiros, muitos alegam que os pais não tem condições intelectuais para atuar no conselho devido a sua origem humilde tanto do ponto de vista social, como cultural. Pais bem, se de fato se constata essa dificuldade, cabe aos que detém as “saberes”, ou seja, aos professores, membros do conselho, esclarecê-los sobre as linhas gerais de funcionamento, dos conteúdos e a maneira pela qual pretende viabilizá-los. Essa ação pedagógica e de suma importância, ate para iniciar as pais nos “segredos” do conhecimento formal, ao qual não tiveram acesa. Mas e preciso que entendamos:

Deficiência cultural não significa incapacidade para compreender aquilo que lhes interessa e aos filhos.

Desenvolver essa potencialidade e um dever dos educadores, enquanto membro do conselho de escola. Por outro lado, tal ação, transferida para a assembléia da comunidade, contribuirá para que os pais orientem melhora a conduta dos filhos na escola, formando neles, a idéia de respeito e valorização par todos que os rodeiam, valores, hoje, quase caindo no esquecimento.

Os recursos para manutenção e funcionamento do conselho deverá estar previsto no plano de desenvolvimento geral da escola, oriundos do caixa escolar e de outras fontes financeiras destinadas a escola. Compete ao tesoureiro do conselho, arrecadar, fazer a escrituração, apresentar prestação de conta, efetuar pagamento e outros, conforme artigo 21 da cartilha

interativa do conselho escolar criado pela lei estadual nº 5.945 de 25 de agosto de 1997.

Os conselheiros quando capacitados, foram orientados como construir o regimento interno do conselho. Nesse caso, as comissões de gestão intermediária pertencente a coordenadoria regional de educação e central pertencente a secretaria executiva de educação, deverá cobrar das escolas a construção desse instrumento que é de suma importância para o funcionamento do conselho, pois ele regulamenta as ações desempenhadas pelo conselho. Caso a escola não tenha condições de construir sozinha esse regimento, deverá solicitar por escrito apoio a cre ou a see para sua construção.

Para garantir a presença da maioria dos conselheiros e a participação da comunidade nas assembleias, o diretor da escola deverá convocar, por escrito, com ciência dos interessados ou por edital afixado na escola, em local visível e de fácil acesso ao público, onde deverá constar dia, horário, levantar em consideração a possibilidade de participação da maioria dos membros do conselho e da comunidade, além de construir um calendário de reuniões ordinárias e de assembleias gerais, previsto no calendário da escola. Com estas medidas legais colocadas em prática, será necessário ainda algumas ações que estimule a participação da comunidade como: bingo, lanche, sorteio, etc. Procurando cumprir e fazer cumprir as leis, os regulamentos, as decisões, os prazos e a ordem das atividades.

Trazendo a comunidade escolar a participar nas tomadas de decisões, é possível promover ações voltadas para a sensibilização da importância da participação de todos no processo de democratização da escola. Assim sendo, a passo seguinte seria promover encontros extraordinários com os membros do conselho exclusivamente para estudo dos instrumentos que regulamentam o funcionamento da escola, do conselho e outros que se fizer necessários, possibilitando dessa forma a capacitação continuada dos conselheiros que não foram capacitados em tempo hábil e aperfeiçoar os conhecimentos de todos, garantindo a eficiência no desempenho de suas funções e promovendo qualidade na escola.

O espaço físico adequado e específico para os encontros e atividades diárias do conselho é essencial na escola. Caso não exista esse espaço, os conselheiros se sentem desagregados, principalmente os pais. Portanto, o diretor, juntamente com a representatividade escolar deverá disponibilizar um espaço na escola, além de equipar, para que os conselheiros tenham condições e prazer em participar do colegiado. Para que se possa garantir uniformidade e organização do conselho, são necessários, ao seu bom funcionamento, os seguintes instrumentos de controle:

livro de ata, livro caixa, livro tombo, arquivo para pastas de documentos e correspondências, mural de aviso, birô, matérias de expedientes e pedagógico e outros. Pois só assim a escola de gestão democrática estará agindo na legalidade, na moralidade, na impessoalidade e probidade, formando requisitos essenciais que ilustram uma administração escolar, com objetivo de atingir toda uma comunidade escolar, composta de: Equipe Gestora, Professores, Alunos e Pais de Alunos.

CONCLUSÃO

Tendo em vista o tema proposto e analisada, concluímos que o processo histórico de exclusão que ocorre nos diferentes grupos da sociedade Brasileira tem se acentuado muito através da implementação do projeto neoliberal e da globalização da economia.

Na educação, esse processo faz-se de forma acelerada tendo em vista a nova realidade social com as transformações no mercado de trabalho e com os avanços imediatos alcançados pelas novas tecnologias implementadas. Está é uma constatação preocupante, pois se observa um grande contingente de indivíduos sem acesso as possibilidades de ingresso no mercado de trabalho e da participação ativa na sociedade.

Nas relações entre os grupos hegemônicos, prevalece a ideologia da classe dominante e nessa perspectiva, a educação cumpre o papel de habilitar a indivíduo técnica, social e ideologicamente para a trabalho. Trata-se de subordinar a função social de educação de forma controlada para responder as demandas do capital. Por isso não há interesse de mudanças de implementação das políticas públicas. As regras e os padrões sociais são estabelecidos e conduzidos com a objetivo de viabilizar e ampliar ainda mais o número dos excluídos. A burguesia subordina a educação a esfera privada do capital: não ocorrem investimentos maiores e mais eficazes nas escolas (públicas), por essa não há uma boa eficiente formação e qualidade, que permita ao indivíduo enfrentar as exigências da nova realidade social e tecnológica.

Vimos que, no plano educacional, as neoliberais pretendem transferir a educação da esfera dos direitos sociais a esfera das propriedades mercantis e, quando fazem isto, estão colocando em primeiro plano o mercado. Daí, os desdobramentos da educação, pois a lógica da propriedade mercantil é profunda e radicalmente diferente da lógica que regula os direitos sociais - mercadoria - tem que ser medida de alguma coisa e a educação é imensurável.

As conseqüências desastrosas que estamos assistindo são frutos de um plano nacional de educação do governo, voltada para uma educação eletrizante, paga e formadora de mão-de-obra barata, comprometida com os ditames do fundo monetário internacional - FMI e do Banco Mundial e refratária a qualquer política unificada de valorização dos trabalhadores. Desde 1995, a educação vem sendo atrelada ao governo federal com medidas drásticas de cortes em seu orçamento e desvios de enormes. Parcelas dos seus recursos para o pagamento da dívida externa, o que evidencia a falta de prioridade e de compromisso do governo com a área educacional

Considerando-se as conclusões supramencionadas, verifica-se que é urgente, portanto, que os profissionais de educação e os sindicatos façam valer a luta em defesa da educação pública Brasileira, diante desse projeto neoliberal. Lutar para garantir mais recursos que permitam a universalização do ensino, erradicação do analfabetismo, aumento do investimento na área em conformidade com o aumento de matrícula, pela criação do piso salarial nacional, por um maior investimento na educação de jovens e adultos, evitando que qualquer criança ou adolescente fique fora da escola, portanto fazendo cumprir as preceitos constitucionais.

São vários os desafios a serem enfrentados, sendo prioritária resgatar a hegemonia da escola pública, desgarrando-a de subordinação ao sistema predominante.

Assim sendo, é possível a superação desses desafios, tendo sempre em vista que é dever do estado proporcionar a todos os cidadãos uma educação que os ajude a acompanhar as transformações da humanidade e a participar na construção de uma sociedade mais humana e justa e que considere o homem como ser social e não mercadoria.

A atual estrutura social, além das investidas propositais, não nos oferece tempo para que possamos, ao menos, sobreviver assim, dificulta e torna quase impossível a união; união de pessoas e união de desígnios na realização do bem, da solução, da humanidade e da humildade entre os povos. Hoje, a única união que interessa é a dos “*especialistas*”, qual seja, a econômica, união que oferece lucro para a camada social minoritária, egocêntrica e, acima de tudo, infeliz e solitária. A razão disto é evidente e triste, esta camada solitária nunca estendeu a mão para os outros, a não ser para receber vantagem, voto, dinheiro ou sangue!

O egoísmo, a ganância, a arrogância, o nervosismo, a falta de compreensão, de dignidade,

de personalidade, de caridade, de paciência, de humildade e amor fazem do “*homem moderno*” um homem sanitário, infeliz, doente e completamente indiferente, inclusive a ele mesmo, a sua vida (família, religião, lazer, amizades, educação etc.).

Um certo sentido de destino imutável toma conta de sua consciência, parece que o país não tem jeito, a justiça é lenta e não satisfatória, os políticos não mudam, as leis são caducas e não “*pagam*”

E este tipo de homem que a saciedade não precisa; rico ou pobre, novo ou velho, negro ou branco, forte ou fraco. O homem deve ser otimista, deve observar e captar bem os problemas que estão a sua volta, deve pensar nas possibilidades de soluções para cada um deles, seja na educação, na economia, na justiça, no trabalho, no clube, em qualquer lugar. Só o homem é capaz de resolver um problema surgido de uma nova situação para a qual não tem uma resposta biológica; só ele é criativo e surpreendente, inteligente e contente.

A dignidade da pessoa humana é algo que devemos considerar sempre e, e esta condição que nos leva a vitória, a cada novo passo, uma nova caminhada, a cada nova caminhada, um novo obstáculo e, a cada novo obstáculo, uma nova conquista. Isto é filosofia: reconhecer sua dignidade de pessoa humana e a partir daí achar novas soluções para os problemas novos que vão surgindo, sem nunca esmorecer, jamais.

• O povo precisa aprender a pensar, filosofar, dialogar, criticar, analisar etc. E, para isto, não é preciso “... *Dizer em que ano escreveu Kant cada um de seus estudos...* “, basta começar a pensar, pensar, pensar...

O neoliberalismo ou liberalismo (coma preferem alguns) e a globalização chamam o homem a um comportamento quase que instintivo diante da reação mundial; entretanto, é preciso muita reflexão a respeito desses processos, estaremos prontos a aceitá-los nos moldes em que nos “*colocam*”? Se existe benefício social nesses, será estendido a toda população ou somente àqueles que tem condições de fazer parte deles?!!

Pensamos que os educadores, responsáveis pelo processo do ensino aprendizagem, deverão estar atentos aos verdadeiros fins da educação, que devem conduzir o ser humano a ser livre e

feliz e a lutar pela justiça e pelo amor.

Para tanto, precisam despertar a consciência crítica dos que recebem as mensagens, para que estes aprendam a analisar, filtrar e cultivar aquilo que lhes desejam passar.

O homem precisa aprender a refletir e a enxergar além das aparências, a fim de que possa separar o joio do trigo, o veneno do alimento, aquilo que a toma feliz do que a toma escravo da ganância dos que visam apenas ao culto do ter, do poder e do prazer.

Educar é também e, principalmente, despertar a consciência crítica.

Todas nós temos o direito a educação da não exclusão.

Eduquemos nosso pavor para que ele pense com mais profundidade e saiba reconhecer as armadilhas muito bem camufladas que conduzem a exclusão social.

Todos as estudantes algum dia, já sonhou com a escola que queria ter. E com certeza, uma escola onde exista harmonia, participação e educação contextualizadora, é parte desse sonho.

Mas ele não será realizado apenas porque sonhamos com isso. É importante que criemos condições objetivas para que a escola democrática idealizada por nós, não seja apenas um sonho bonito de uma noite qualquer, mas possa ser materializado no dia a dia de nossos jovens.

É verdade que os desejos políticos da realidade Brasileira são imensos, mas, é verdade também, que a sociedade civil organizada, quando levanta uma bandeira da qual se orgulha, é insuperável na capacidade de encaminhar sua luta até o inexorável dia da vitória.

Se cada trabalhador da educação pública do Brasil] fizer a sua parte como cidadão e particularmente como educador, em breve teremos superado a exclusão social a que muitos de nós estamos submetidos, assim como a neoliberalismo, será apenas o registro de um triste passado que não tardaremos a desprezar.

A pesquisa evidenciou que os problemas educacionais se arrastam por muito tempo e o resgate do ensino público no Brasil vem caminhando através da escola democrática.

Procuramos mostrar como deve o gestor atuar democraticamente na instituição escolar e,

entendemos que para desempenhar o seu papel de forma satisfatória ele necessita desenvolver um trabalho coletivo alicerçado na participação de todos os segmentos da comunidade escolar, razão pela qual deve ser um articulador com capacidade e habilidade de liderança educacional.

Por outro lado, a história da educação nos mostra que o estado Brasileiro, através de suas políticas, esteve sempre reestruturando, ajustando, reformulando velhas estratégias. Com vistas a modificar a padrão de gestão vigente. No entanto, subjacente as formas novas ou reformadas, permaneceram concepções, princípios valores, interesses, atitudes e práticas que não foram tocados por essas modificações são, na verdade, movimentos que refletem particularmente as permanências da sociedade capitalista que se reorganiza, que se moderniza, sem resolver contradições mais fundamentais

Vivemos em pleno exercício da democracia e o nosso sistema educacional precisa acabar de vez, com os resquícios de autoritarismo que ainda existem na prática pedagógica e na administração escolar.

Verificamos, a partir da nossa experiência profissional que no nosso cotidiano escolar ainda existe um certo conservadorismo, marcado por uma lógica de ambigüidade e incerteza. Isto requer que tenhamos clareza quanto ao projeto educacional pelo qual lutamos.

São várias as possibilidades de participação nos processos de planificação da vida escolar. Entendemos a participação como partilha de decisão isto é, a capacidade de um ou mais agentes educacionais poderem intervir em todos ou em quaisquer momentos do processo de formulação e tomada de decisões como co-autores. Essa posição aponta para o resgate da educação como uma questão de política social voltada para a qualificação do existir humano.

Buscar qualidade em qualquer instituição significa trabalhar com seres humanos para ajudá-los a se construírem como sujeitos. Não é nada fácil estabelecer como critério de qualidade a igualdade quanto ao atendimento escolar. Qualidade social do ensino, portanto, da didática e das metodologias específicas de cada disciplina, assim como, das diversas teorias da aprendizagem, a que o ajudará a conquistar as metas por ele traçadas.

Nessa perspectiva, deve-se salientar a grande necessidade do professor ser alguém que, tendo

adquirido o nível de cultura necessária para o desempenho de sua atividade, dê direção ao ensino e a aprendizagem. E para que isso ocorra, ele precisa possuir objetivos traçados a serem seguidos além de conhecimentos e habilidades suficientes para poder auxiliar a educando no processo de elevação cultural, contribuindo para que o processo ensino aprendizagem, na escola como organização, seja eficaz., na gestão democrática da organização escolar Brasileira da era da globalização.

- BIBLIOGRAFIA

- Anderson, Perry. **Balanço do neoliberalismo**. In *sader, emir e gentilli, Pablo (orgs.). Pós-neoliberalismo as políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro: paz e terra, 1995.
- Bianchetti, Roberto g. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. 2.a edição, Campinas/S.P: Cortez, 1997.
- Bianchetti, Roberto g. **Modelo neoliberal políticas educacionais**. 2. Ed. São Paulo: Cortez Editora, 1999. Vol. 56.
- Boneti, Lindomar Wessler. **Educação exclusão cidadania**. 2. Ed. Rio Grande do Sul: Editora Unisul, 2000.
- Costa) Ana Rita Firmino et alli. **Orientações metodológicas para produção de trabalhos acadêmicos**. 3.ed. Série de apontamentos, “s.d.”, Maceió: EDUFAL, 1996.
- Costa, Iraci Ferreira Barros. **A cidadania no mercado de trabalho: qual o papel da educação na formação desse novo cidadão?** Educação: Revista de Educação da UFAL. Volume 7 nº 11 Maceió, dez.1999.
- Coaracy, Joanna. **O planejamento como processo**. Revista Educação ano i, nº 04, Brasília, 1972.
- Coll, C. **Aprendizagem escolar e construção**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- Coll, C. **Edwards d. Ensino aprendizagem e discurso em sala de aula**. Porto Alegre:Artes Médicas 1998.
- Cortella, M. S. **A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos**. São paulo. Cortez 1998.
- Frigoto, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 2. Ed. São paulo; ccrtez editora, 1996.
- Gentilli Pablo, a. A. E Otios. **Pedagogia da exclusão critica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis. Rio do Janeiro: Vozes, i 995.
- Gentilli, Pablo (org) **Pedagogia da educação: o neoliberalismo e a crise da escola publica**. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes 1995.
- Gentilli Pablo a. A.; Silva, Tomaz da. **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. Petrópolis.

Vozes, 1994.

- Flora Dnair Leal. **Gestão democrática na escola**. Campina Papiros, 994.
- Ianni, Octávio. **Teoria da globalização**. Rio de janeiro, Civilização Brasileira 30 edção, 1995
- Kullock, Malsa Gomes Brandão. **Professor - educador: que profissional é esse?** Maceió:
Revista educação, i 996/ 1997
- Kumar Krishan. **Da sociedade pos-industrial a sociedade pos-moderna**. Rio de janeiro, jorge zahar editor, i 997
- Libaneo, J Carlos. In: **organização da escola: teoria e prática**. Goiania. Ed. Alternativa, 2001.
A. S .. • , .
- Luck, Heloisa. **Revista gestio em rédé**. Nº 0, setembro, i 997
- Moreira m. A. **Aprendizageni: perspectivas teóricas**, Porto Alegre; Editora da Universidade, 1987.
- Moura, Tânia Maria de Melo. **Teorias psicológicas: concepcoes de homem, ensino aprendizagem, papel do professor e dos métodos texto mime**.
- Novoa, Antonio. **As organizacoes em análise**. Lisboa: Dom Quixote, 1993.
Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1995.
(org.) Professor e Profissão. Porto Editora., i 995.
Diz-me coma ensinas, dir-te-ei quem és e vice-versa. In: Fazenda, i. (org.). **A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento**. Campinas, S.P: Papirus, 1995. _____
- Neves, Lucia m. W. **Educação e política no brash de hoje**. São Paulo Cortez, 1994.
- Oljveira, Francisco de. **A armadilha neoliberal e as perspectivas da educação**. Revista Brasileira de administração - Anpae - vol 9 nº i
- Brasília, jan/jun 1993. 132
- Oliveira, Maria das Graças de. **Educação & neoliberalismo**. Fundação e Cultura.
Pernambuco: revista do Simpro, 1997.
- Pellegrini, Marlou z. E gschwener, eliane da s. **A nova escola pública in: gestao em rede**.
Projeto Renageste, Brasilia, set. I 997.
- Pereira, Júlio Emilio d. **A formação de professores nas licenciaturas: velhos problemas, novas questões**. In. Anais do ix enpjpe São Paulo: **Encontro nacional de didática e prática de ensino**, 1998.
- Pereira, Luzete Adelaide. **Educação , estado e revolução**. Tese de doutorado, Campinas, São

Paulo, 1985.

- Pinheiro, Maria Eveline. **A ação coletiva como referencial para a organização do trabalho pedagógico**. In. Veiga, Lima p a. E Resende, Lucia m. G. De. **Escola: Espaço de projeto politico-pedagógico**. Campinas, S.P, Papirus, 1998.
 - Escola publica. Série idélas, São Paulo n. I 2, p.39-47 1 992b.
 - Penaforte Chaves. **Globalização, a nova dinâmica mundial**.
 - Pelegrine. M. Z. Eschwnter-e; **a nova escola pública in— revista-gestão em**
 - Ros si . Wagner Gonçalves **capitalismo e educação : contiibuição ao estudo critico da economia da educação capitalista**. São paulo: moraes, 1980.
 - Saviani, Dermeval **escola e democracia: teorias da educação e política**. São Paulo Cortez, 1991.
 - Silva & Gentilli. **Neoliberalismo e educação. Escola sia**. Brasilia, 1996 .
 - Smith, Adam. **A riqueza das nações**. 3. Ed. São Paulo: Nova Cultura, 1790.
 - Santos Milton. **Por uma outra globalização do pensamento unico a Consciêrcia universal** 3º edição rio de janeiro: editora record, 2000.
 - • **A aceleragão conternporânea: tempo mundo e espaço**
- Mundo**. In: O novo mapa do mundo. São paulo, Hucitec-anpur, 1993.
- Territorio: **globalização e fragmentação**. São Paulo, Hucitecaripur 1994. .
- Sacristan j. O. **Compreender e transformar o ensino**. 4a edição. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998a
- Veiga, Ilma Passos Alencastro (org.). **Caminhos de profissionalização do magistério**. Campinas, S.P: Papirus, 1998.

L 133